



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo
MESTRADO EM GEOGRAFIA

HANDRESHA DA ROCHA SANTOS

ASPECTOS TAXONÔMICOS DAS FORMAS FAMILIARES DE
PRODUÇÃO: Um estudo de caso no estado de Sergipe

São Cristóvão – SE

2016

HANDRESHA DA ROCHA SANTOS

**ASPECTOS TAXONÔMICOS DAS FORMAS FAMILIARES DE
PRODUÇÃO: Um estudo de caso no estado de Sergipe**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, através do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

Orientada pelo Prof. Dr. José Eloízio da Costa

SÃO CRISTÓVÃO – SE

ABRIL DE 2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237a Santos, Handresha da Rocha
Aspectos taxonômicos das formas familiares de
produção: um estudo de caso no estado de Sergipe /
Handresha da Rocha Santos; orientador José Eloízio da
Costa. – São Cristóvão, 2016.
165 f.: il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2016.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural. 3.
Espaço rural. 4. Território nacional. 5. Moita Bonita (SE). 5.
Japaratuba (SE). I. Costa, José Eloízio da, orient. II. Título.

CDU: 911.3:33:338.43(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa de Dissertação do Mestrado
em Geografia de Handresha da Rocha Santos.

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, com início às nove horas, realizou-se no Programa de Pós-Graduação em Geografia, bloco de didática II, sala 15, na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de Handresha da Rocha Santos, intitulada: "ASPECTOS TAXONÔMICOS DAS FORMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO: Um estudo de caso no estado de Sergipe". Presidida pelo Professor Doutor José Eloízio da Costa, na qualidade de orientador, que passou a palavra para a primeira examinadora, Professora Doutora Fernanda Viana de Alcantara, que discutiu e levantou questões relevantes para o trabalho. Ato contínuo a palavra foi passada para o segundo examinador, Professor Doutor Marcelo Alves Mendes que discutiu e levantou questões relevantes para o trabalho. Na sequência o Professor Doutor José Eloízio da Costa, presidente da Banca, teceu comentários sobre o trabalho apresentado e o desempenho de sua orientanda. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **aprovar** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 18 de abril de 2016

Prof. Dr. José Eloízio da Costa

Orientador

Profa. Dra. Fernanda Viana de Alcantara

Examinadora externa ao programa

Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes

Examinador externo ao programa

Handresha da Rocha Santos

-Mestranda-

À minha mãe Clarice da Rocha, pela graça da vida, pelo amor, carinho e dedicação à minha formação.

Aos meus avós Quirino da Rocha e Maria Gilene da Rocha, por me ensinar a amar o mundo rural, compreender a vida através das transformações no campo e acima de tudo respeitar e valorizar os agricultores familiares.

Aos agricultores familiares dos Municípios de Japaratuba e Moita Bonita pelo carinho, atenção e paciência no desenvolvimento deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

No meus mais ambiciosos sonhos, eu jamais poderia imaginar que um dia teria a oportunidade de concluir uma dissertação! Por isso quero registrar aqui as pessoas especiais que fizeram parte dessa jornada e que sempre levarei em minhas boas lembranças.

Inicialmente quero agradecer a **DEUS**, força suprema por me **ESCOLHER** e **CAPACITAR** para concluir esse trabalho, quero registrar aqui o meu milagre na prova de seleção do mestrado, eu descansei, esperei e provei da **FÉ!** “Toda esta multidão de homens conhecerá que não é pela espada nem pela lança que o senhor concede a vitória; porque o Senhor é o árbitro da guerra, e ele vos entregará em nossas mãos”.¹ Sm 47. Senhor, **MISSÃO DADA É MISSÃO CUMPRIDA**.

Ao meu orientador **José Eloízio da Costa** pelo convívio, conhecimentos e amizade que foram essenciais para realização das reflexões desse trabalho. Meu muito obrigada de coração!

A minha mãe **Clarice da Rocha** por todo apoio, amor, carinho e dedicação à formação educacional minha e dos meus irmãos **Geffther e Hádrian George**, torcida especial seres que amo. Mainha foi possível sentir a força das suas orações nos momentos difíceis, posso todas as coisas naquele que me fortalece.

Aos meus tios **Carlos, Cleverton e Clóvis (negão)**, pela torcida, preocupação, momentos de descontração e felicidade.

Ao meu noivo **Lincoln** minha eterna gratidão, pelo acompanhamento e colaboração durante todo o processo da seleção do mestrado á sua conclusão e defesa, quero agradecer também por suportar minhas mudanças de humor e momentos de stress muito comum na vida acadêmica.

A **Sandra**, que conheci antes de entrar no mesmo grupo de pesquisa. Sempre disposta a me ajudar, com a mesma garra de vencer, mulher forte, corajosa e guerreira obrigada por tudo.

A Prof. Dr^a **Diana Mendonça de Carvalho**, meu eterno muito obrigada, pelos sábios ensinamentos, pela disposição em tirar minhas dúvidas, pela paciência na correção e ajustes dessa dissertação, pelas conversas, dicas, momentos descontraídos, nossos congressos... você é uma pessoa muito especial.

Ao querido amigo **Everton Vinícius**, pelo carinho, amizade verdadeira e torcida especial. Momentos de descontração, risadas, desacordos, trocas de experiências. Que o tempo passe, e possamos manter a amizade.

A professora **Ana Rosa**, pelo carinho, cuidado e atenção ao corrigir essa dissertação, obrigada pelas dicas, palavras de conforto e sugestões.

Aos demais companheiros da Família **GEPRU**, pelas alegrias e conhecimentos compartilhados.

Aos **funcionários do PPGeo**, em nome de Everton e Mateus pelo atendimento, sempre dispostos a solucionar todos problemas.

Aos **professores do PPGeo**, pelos conhecimentos transmitidos.

E claro aos **agricultores familiares e suas famílias**, por terem me recebido em suas casas, partilhado suas vidas, experiências, enriquecendo a minha vida e possibilitado o desenvolvimento e análises aqui apresentadas.

À **FAPITEC** (Fundação de apoio à Pesquisa e Inovação tecnológica do Estado de Sergipe) pela concessão da bolsa de estudo, sem a qual seria mais difícil a conclusão desse trabalho, cabendo ressaltar a importância do incentivo à pesquisa e a pós graduação na construção da educação de nosso país.

Olharam para ele, e foram iluminados; e os seus rostos não ficaram confundidos.

Clamou este pobre, e o Senhor o ouviu, e o salvou de todas as suas angústias.

O anjo do Senhor acampa-se ao redor dos que o temem, e os livra.

Provai, e vede que o Senhor é bom; bem-aventurado o homem que nele confia.

Temei ao Senhor, vós, os seus santos, pois nada falta aos que o temem.

Os filhos dos leões necessitam e sofrem fome, mas àqueles que buscam ao Senhor bem nenhum faltará.

Salmos 34:5-10

RESUMO

A agricultura familiar tradicional é reconhecida por sua potencialidade, sua diversificação da produção e suas alternativas para geração de renda. Esse setor da agricultura é sempre lembrado pela importância na absorção de emprego, na produção de alimentos e sua inserção aos mercados. O presente estudo teve como objetivo evidenciar a categoria 'agricultura familiar' tomando como objeto a unidade de produção e suas características intrínsecas, tais como a questão da gestão, da estrutura fundiária, bem como do perfil familiar. A proposta é analisar a taxonomia em estudos de casos em dois municípios sergipanos, que foram definidos a partir de análises e estudos de dissertações e teses, de dados do censo agropecuário e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recorte espacial escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi, por sentimento de pertencimento e realidade vivenciada dos pequenos produtores rurais, o município de Japaratuba, localizado na região do Vale do Cotinguiba e, também, o de Moita Bonita, localizada no agreste Sergipano. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de base qualitativa e quantitativa, por meio dos seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, onde foi realizado um levantamento de artigos científicos, dissertações, teses e autores que se correlacionam com a temática abordada, permitindo um aprofundamento teórico que norteia o estudo; análise de dados do Censo Agropecuário (2006) os quais serviram como fonte de dados para as análises comparativas entre os municípios; trabalho de campo com realização de entrevistas com atores sociais e institucionais; e aplicação de questionários junto aos agricultores. Logo, a análise validou que os municípios pesquisados apresentam características diferentes no desenvolvimento da agricultura familiar, em relação à gestão, ao tamanho e à renda. Foi realizada uma classificação das unidades familiares, baseada na percepção e questionário aplicado. Essa classificação taxonômica mostrou a caracterização das unidades de acordo com o seu tamanho e núcleo operacional. Contudo, verificou-se que a inserção tecnológica e a relação de trabalho/ produção varia de acordo com o perfil das famílias e dos cultivos, em todas as classificações das propriedades existe o desenvolvimento da agricultura familiar, porém as médias propriedades são os perfis otimizados de maior rentabilidade para reprodução da unidade familiar. Quanto a questão da juventude rural verificou-se que em Japaratuba e Moita Bonita, no que tange ao processo de migração essa, continua a ser um entrave para o desenvolvimento no campo. Aliado a este processo, a falta de um planejamento rural voltado para as políticas públicas, com restrições relacionadas ao acesso ao crédito e ao apoio social, político e econômico dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar. Foi diagnosticada a importância da inserção tecnológica na unidade produtiva, onde é pertinente afirmar que, o tamanho dos estabelecimentos não são determinantes no total da produção uma vez que, com a inserção tecnológica, é possível otimizar o espaço e obter uma boa produção, culminando em ganhos ambientais significativos e na obtenção dos resultados econômicos.

PALAVRAS CHAVE: agricultura familiar; desenvolvimento rural; unidades de produção; território.

ABSTRACT

The traditional family farm is recognized for its potential, diversification of production and its alternatives for income generation. This family sector is always remembered for the importance in absorbing employment, food production and its insertion to markets. This study aimed to highlight the category 'family farm' taking as object the production unit and its intrinsic characteristics, such as the issue of management, land tenure, and the family profile. The proposal is to analyze the taxonomic case studies in two municipalities in Sergipe, which were defined from analysis and studies of dissertations and theses, the agricultural census data and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The spatial area chosen for the development of the research was, by feeling of belonging and real situation of small farmers, the municipality of Japaratuba, located in Cotinguiba Valley region and the Mote Bonita, located in harsh Sergipano. Therefore, a qualitative and quantitative baseline survey was carried out by means of the following: bibliographical research, which was conducted a survey of scientific papers, theses, dissertations and authors that correlate with the theme discussed, allowing a theoretical deepening guiding the study; Census of Agriculture data analysis (2006) which served as a data source for comparative analysis among municipalities; fieldwork with interviews with social and institutional actors; and application of questionnaires to farmers. Therefore, the analysis has validated the surveyed municipalities have different characteristics in the development of family agriculture, for the management, the size and income. Was made a classification of family units based on perception and questionnaire applied this taxonomic classification showed the characterization of units according to their size and operational core. However, it was found that the technological insertion and relative working / production varies according to the profile of families and crops, in all classifications of properties exists the development of family farms, but the average properties are optimized profiles greater viability for reproduction of the family unit. As for the question of rural youth found that in Japaratuba and Moita Bonita, with respect to the migration process remains an obstacle to development in the field. Allied to this process, the lack of rural planning facing public policy with restrictions related to access to credit and social support, political and economic hamper the development of family farming. Was diagnosed the importance of technological integration in the production unit, where it is unreasonable to assume that the size of the establishments are not decisive in the total production since, with the technology insertion, you can optimize the space and get a good production, culminating in significant environmental gains and achieving economic results.

KEYWORDS: family farming; rural development; production units; territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Localização dos municípios de Estudo Japarutuba e Moita Bonita/SE. Base Cartográfica	20
Figura 02 -	Rio Japarutuba Mirim no município de Japarutuba degradado com suas margens dominadas pela cultura da cana de açúcar	72
Figura 03 -	Mancha de Solo Massapê no Município de Japarutuba SE	72
Figura 04 -	Município de Japarutuba/SE, Uso do Solo e Cobertura Vegetal 2015	82
Figura 05 -	Município de Moita Bonita/SE, Uso do Solo e Cobertura Vegetal 2015	84
Figura 06 -	Microrregião de Itabaiana municípios que produzem batata doce	85
Figura 07 -	Ensacamento da Batata Doce tipo Roxinha no Município de Moita Bonita SE	86
Figura 08 -	Fluxo de exportação da batata doce Moita Bonita SE 2015	87
Figura 09 -	Batata doce em Pó, produto para agregar valor a Batata Doce Moita Bonita SE 2015	88
Figura 10 -	Maquinário adquirido pela COOPERAFES Moita Bonita SE 2015	89
Figura 11 -	Fazenda Jardim/ Sede da Cooperativa Jardim ao fundo, povoado São José /Japarutuba	92
Figura 12 -	Distribuição da área dos estabelecimentos Agropecuários em Japarutuba e Moita Bonita SE 2015	96
Figura 13 -	Localização dos povoados em estudo, município de Japarutuba SE	101
Figura 14 -	Localização dos povoados em estudo, município de Moita Bonita SE	102
Figura 15 -	Membro da família entrevistado em Japarutuba e Moita Bonita SE	103
Figura 16 -	Condição Legal da Terra	105
Figura 17 -	Tempo de Trabalho na Terra Própria Agricultores de Japarutuba e Moita Bonita SE	106
Figura 18 -	Animais Criados pelos Agricultores em Japarutuba e Moita Bonita SE	109
Figura 19 -	Principais cultivos para auto consumo em Japarutuba e Moita Bonita SE	110
Figura 20-	Tipos de Tração utilizada pelos agricultores em Japarutuba e Moita Bonita SE 2015	112
Figura 21-	Uso de equipamentos manuais Município de Japarutuba SE 2015	113

Figura 22-	Uso de equipamentos manuais Município de Moita Bonita SE 2015	113
Figura 23-	Equipamentos e Máquinas utilizadas	114
Figura 24-	Tempo de dedicação do Trabalho à agricultura	115
Figura 25-	Questionamento sobre permanecer ou deixar a agricultura	116
Figura 26 -	Quantidade de famílias agricultoras	117
Figura 27-	Profissões que os agricultores familiares gostariam de exercer	117
Figura 28 -	Melhorias a partir do acesso as tecnologias	118
Figura 29 -	Uso da Irrigação no Município de Japaratuba SE 2015	119
Figura 30 -	Uso da Irrigação no Município de Moita Bonita SE 2015	119
Figura 31 -	Participação dos entrevistados em organização social em Japaratuba e Moita Bonita SE 2015	120
Figura 32 -	Quarto de Costura de agricultora familiar povoado Capunga/Moita Bonita SE 2015	125
Figura 33-	Venda direta dos derivados da mandioca em Japaratuba SE 2015	126
Figura 34 -	Valores da Renda obtida pelos agricultores na ocupação principal	126
Figura 35 -	Valores da Renda secundária dos agricultores familiares	127
Figura 36 -	Produtos produzidos pelos agricultores familiares para obtenção de renda Japaratuba SE 2015	128
Figura 37-	Beneficiamento da mandioca de forma tradicional Povoado Mundo Novo Japaratuba SE 2015	130

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 -	Dados da Agricultura Familiar e não Familiar no Brasil 2006	53
TABELA 02 -	População urbana / rural e sexo município de Japaratuba SE	74
TABELA 03 -	Distribuição da População por Condição de Atividade Município de Japaratuba	74
TABELA 04 -	População urbana / rural e sexo município de Moita Bonita SE	77
TABELA 05 -	Distribuição da População por Condição de Atividade Moita Bonita SE 2015	77
TABELA 06 -	Análise das Culturas Temporárias no Município de Japaratuba SE	81
TABELA 07 -	Análise das Culturas Temporárias no Município de Moita Bonita SE	83
TABELA 08 -	Número e área dos estabelecimentos agropecuários dos municípios de Japaratuba e Moita Bonita	95
TABELA 09 -	Índice de Gini da posse de Terra do Estado de Sergipe 2015	96
TABELA 10 -	Distribuição dos questionários aplicados por município em Japaratuba e Moita Bonita SE 2015	100
TABELA 11 -	Distribuição das faixas dos membros familiares dos municípios de Japaratuba e Moita Bonita SE	104
TABELA 12 -	Produção agrícola de Japaratuba e Moita Bonita SE 2015	108

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES -	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIs -	Complexos Agroindustriais
CMDs	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
COOPERAFES	Cooperativa de Produção de Agricultura Familiar e Economia Solidária
CODEVASF	Cooperativa de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
ICODERUS	Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PETROBRAS	Empresa de Petróleo Brasileiro S/A
PIB	Produto Interno Bruto
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRHOCASE	Promoção do Homem do Campo de Sergipe
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEIDES	Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social
SEPLAN	Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....18

CAPÍTULO I: ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

1 Algumas questões sobre a agricultura familiar.....	27
1.1 A questão ontológica da agricultura familiar.....	27
1.2 A inserção das discussões sobre a agricultura familiar no Brasil.....	34
1.3 A definição da agricultura familiar no Brasil: a questão da legalização.....	41
1.4 Um retrato da agricultura familiar no Brasil.....	46
1.5 A agricultura familiar em Sergipe.....	54

CAPÍTULO II – CONHECENDO OS MUNICÍPIOS DE ESTUDO: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS

2 Conhecendo os municípios de estudo: uma análise dos principais aspectos.....	59
2.1 Espaço geográfico e território: conceitos-chave para a geografia.....	59
2.2 Concepções sobre o Espaço.....	60
2.3 Território um espaço sempre em construção.....	63
2.4 Classificar uma necessidade para identificar.....	66
2.5 Conceitos e objetivos da taxonomia.....	67

2.6 Japaratuba: caracterização geográfica.....	69
2.7 Caracterização geográfica do município de Moita Bonita.....	75
2.8 A estrutura fundiária dos municípios de Japaratuba e Moita bonita.....	78
2.9 O Uso das Terras.....	80
2.10 .1A Cadeia produtiva da batata doce no Município de Moita Bonita.....	85
2.10.12A monocultura da cana de açúcar no município de Japaratuba	90
2.11 Taxonomia das unidades familiares de Japaratuba e Moita bonita.....	93

CAPÍTULO III: SINGULARIDADES DAS UNIDADES FAMILIARES DOS MUNICÍPIOS DE JAPARATUBA E MOITA BONITA

3 Singularidades das unidades familiares nos municípios de Japaratuba e Moita Bonita.....	99
3.1 Perfil das famílias dos agricultores familiares.....	99
3.2 A caracterização das unidades familiares.....	111
3.3 As novas estratégias de reprodução das unidades familiares.....	120
3.4 As fontes de renda nas unidades familiares e a reprodução da agricultura familiar.....	124
3.5 Os desafios para inserção tecnológica e a geração de renda nas unidades familiares.....	128
3.6 A questão da migração rural.....	131

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
APÊNDICE.....	151
ANEXO.....	157

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo surge da necessidade de ressaltar a importância da agricultura familiar e da sua pequena produção, bem como analisar essas categorias tomando como objeto de estudo a unidade de produção familiar e suas características intrínsecas, tais como a questão da gestão, da estrutura fundiária, do perfil demográfico, do acesso à terra e das condições de vida desses pequenos agricultores. Além disso, demonstrar a importância dessas características como determinantes na classificação das unidades de produção familiar.

Na agricultura familiar, é predominante o uso intensivo da força de trabalho, basicamente o emprego de familiares, e pouco capital aplicado na produção, que é por sua vez destinada ao auto consumo e ao abastecimento do mercado local. Essa se diferencia da agricultura capitalista pelo pressuposto de que a agricultura familiar parte da lógica de produção, ou seja, produz para o próprio consumo e vende os excedentes. Sendo assim, a produção não é destinada exclusivamente ao mercado e reprodução de capital, enquanto a agricultura capitalista visa o lucro.

As características da agricultura familiar estão relacionadas com a particularidade da produção familiar no Nordeste e são totalmente diferentes daquelas observadas no centro-sul. Dá-se por processos de produção em bases artesanais e, conseqüentemente, com baixo índice de produtividade à medida que a inserção tecnológica é frágil ou insuficiente e o mercado para a pequena agricultura passa bem distante.

Na mesma direção percebeu-se o perfil demográfico do espaço rural nordestino onde é frequente as migrações e a ocorrência do envelhecimento rural surge, aí, uma grande questão, senão um grande problema para os próximos anos em relação à agricultura familiar no Nordeste por duas razões: a primeira tem a ver com o custo das oportunidades de trabalho para os jovens rurais, não dentro daquele quadro clássico simplório de “atração das cidades”, mas dos rendimentos que estes jovens podem auferir para si e seus familiares em atividades tipicamente urbanas em relação aos ganhos obtidos no ambiente rural; a segunda está relacionada com o “choque de gerações”, onde se efetiva um processo de envelhecimento da população rural e da perda dos rendimentos da produção da agricultura familiar, agora orientada por políticas públicas de compensação social, como a Bolsa Família e dos impactos da aposentadoria rural, como forma de sobrevivência dos pobres do campo. E por sinal tem dado bons resultados do ponto de vista das condições de vida dessa população. Daí a abordagem da monetarização da vida social desses agricultores familiares, que transcende em

muito a velha concepção romântica e distorcida da realidade do agricultor familiar produzir para sua sustentação e o que “sobra”, vender para o mercado.

O problema estaria na sustentabilidade dessas políticas em longo prazo e ao que tudo indica não aponta em nada do ponto de vista da autonomia econômica e financeira desses agricultores familiares no Nordeste.

Os espaços definidos para o desenvolvimento da pesquisa foi à região Agreste de Sergipe precisamente o Município de Moita Bonita caracterizada pela agricultura não consolidada e ambiente climático inserido parcialmente no polígono das secas, sua escolha ocorreu por apresentar um maior número de pequenos estabelecimentos menores que 10 ha, e que no entanto, nessa região existe a figura dos empreendedores rurais, como também há a existência de alguns trabalhos de teses e dissertações sobre a região sobre o desenvolvimento da pequena produção camponesa.

E a região do Vale do Cotinguiba precisamente o município de Japaratuba, a escolha se deu a partir do sentimento de pertencimento, será abordada uma realidade vivenciada e que existe pouquíssimos trabalhos sobre a região, o município está localizado no norte do Estado apresentando um clima úmido, é tradicionalmente monocultor e latifundiário. A seguir, a figura 1 mostra a localização dos municípios estudados.

A ciência Geográfica tem como princípio analisar os processos que implicam na dinâmica e configuração do espaço, levando em consideração os aspectos políticos, econômicos, culturais, ambientais, climáticos entre outros. Sendo assim, a intenção de se desenvolver esse estudo, fundamenta-se na busca por respostas sobre as características atuais da agricultura familiar. Nesse contexto, o trabalho justifica-se como contribuição para entender como essa está sendo desenvolvida, qual o papel econômico-social e a importância das relações entre agricultura, tamanho da propriedade e mecanização.

Deste modo, os espaços do agreste sergipano, especificamente os povoados do município de Moita Bonita, Campo Grande, Capunga, Figueiras e Moita de Cima e, no município de Japaratuba, os povoados Mundo Novo e São José foram selecionados em virtude das crescentes transformações econômicas e estruturais que tem ocorrido nos últimos anos. Entre as transformações verificadas destacam-se: Em Japaratuba 1- A questão do agricultor familiar e sua dinâmica da produção capitalista observadas na venda dos produtos beneficiados; Em Moita Bonita 2- A persistência das pequenas propriedades inferiores a 10 ha, com a força de trabalho familiar, utilizada como mão de obra; e em ambos os casos a capitalização destes agricultores, visto que, utilizam seus próprios recursos para melhorias na propriedade e no investimento para a produção.

O presente trabalho tem por objetivo analisar os aspectos da taxonomia (ramo da ciência que engloba descrição, identificação e classificação. Essa significa conhecer como o sistema se organiza, nesse caso as unidades de produção) das formas familiares de produção no estado de Sergipe, dentro de uma perspectiva territorial, e seus rebatimentos na dinamização econômica, levando em consideração os temas gestão da unidade familiar, estrutura fundiária e os desafios face aos entraves da “modernização” voltada para a agricultura familiar.

O motivo para a realização desse estudo baseou-se na necessidade de compreender as razões dessa taxonomia frente aos desafios da insustentabilidade ou não da agricultura familiar diante de um mercado de produtos agrícolas altamente competitivos e que, infelizmente, exclui os agricultores inseridos em formas de produção familiar e produtivamente obsoleta.

Essa taxonomia, além da característica demográfica, estaria na análise da forma de gestão familiar dessas unidades produtivas, levando em consideração sua eficiência e organização espacial da produção, sob bases da diversidade (ou não), das atividades agrícolas desenvolvidas, do planejamento dessa produção e, principalmente, da tradição de desenvolver determinado cultivo, podendo forçar o desenvolvimento da “monocultura na agricultura familiar”.

Ou seja, que sentido tem em manter diversos cultivos se os mesmos não geram qualquer tipo de rendimento na constituição da renda familiar? Apenas “plantar para comer”? Essa realidade existe, mas seguramente não é dominante sob a perspectiva da renda. Pode até existir na maioria dessas unidades agrícolas taxonomicamente ditas como de agricultura familiar, mas a renda familiar é constituída por outras formas de trabalho e não exclusivamente da agricultura em formas tradicionais da gestão familiar.

Para o desenvolvimento da pesquisa, alguns problemas foram considerados questionadores quando da sua execução:

- 1 –O que leva o agricultor familiar a diversificar suas formas de produção?
- 2 –Como é caracterizada a unidade familiar que apresenta maior índice de formas de produção?
- 3 – A geração da renda dos agricultores de pequeno porte, em Sergipe, vem sendo obtida, principalmente, em atividades não diretamente relacionadas com a agricultura?

4 – Condicionais como a existência de oportunidades de trabalho fora da agricultura familiar, as mudanças climáticas e uma tendência decrescente da renda familiar rural favorecem a migração e uma tendência do esvaziamento rural?

5 – Qual o perfil familiar? Quais são as condições de vida?

6- Qual o grau de inserção produtiva e seu rebatimento social?

O estudo está fundamentado na abordagem empírico-analítica e os procedimentos utilizados foram: levantamentos dos micro dados do Censo Agropecuário do IBGE do estado de Sergipe, Censo do IBGE, produção agrícola municipal, população e demografia, dados do Ministério do Trabalho e Emprego, trabalho de campo, realização de entrevistas entre atores sociais e atores institucionais e aplicação de questionários.

No desenvolvimento da pesquisa foram empregados os métodos quantitativo e qualitativo. De acordo com Ruiz (2002), a palavra método é de origem grega e significa o conjunto de etapas e processos a serem vencidos ordenadamente na investigação dos fatos ou na procura da verdade. É uma característica da geografia o uso de conhecimentos e técnicas de outras ciências. Conforme referencia GEORGE, 1978, pág. 8.

De modo que, por natureza a geografia tem de ser metodologicamente heterogênea. Alinha-se por um lado, entre as ciências da terra ou da natureza, da mineralogia e da petrografia, da geologia até a biologia, por outro lado, situa-se entre as ciências do homem, desde a história até a sociologia, a economia, a psicologia social... É esta a razão pela qual ela se encontra continuamente empenhada na busca da sua unidade.

Na pesquisa quantitativa foi utilizado como método o levantamento de dados e na qualitativa a coleta e análise desses dados de maneira mais aprofundada, com considerações dos aspectos implícitos e explícitos das realidades estudadas. Para Strauss (2008), nas pesquisas que utilizam esse método alguns dados podem ser quantificados, como no caso do censo ou de informações históricas sobre pessoas ou objetos estudados, mas o grosso da análise é interpretativo. A técnica utilizada foi a de amostragem casual aleatória, pois, segundo Hill (2012), esse método é preferível quando o investigador pretende extrapolar (generalizar), com confiança para o universo, os resultados obtidos a partir da amostra.

Ainda de acordo com Hill (2012), a utilização desse método tem duas grandes vantagens: é possível demonstrar a representatividade da amostra e é possível estimar (estatisticamente) o grau de confiança com o qual as conclusões tiradas da amostra se aplicam ao universo. Os métodos utilizados para obter os dados no trabalho foram:

- a) na fase de coleta de dados, utilizou-se a entrevista com atores sociais e institucionais, questionários semi estruturados com os agricultores familiares dos Municípios de Japaratuba, precisamente dos povoados Mundo Novo e São José da Caatinga em Sergipe;
- b) em Moita Bonita, nos povoados Capunga, Campo Grande, Figueiras e Moita de Cima com perguntas abertas e fechadas.

Para HILL (2012, p 95):

[...] nas questões abertas obtêm-se muito mais informações de forma rica e detalhada. No entanto, as respostas às vezes necessita ser interpretada, necessitando um conhecimento maior do pesquisador e maior tempo para codificar respostas, fechadas são mais fáceis para aplicar análises estatísticas e analisar as respostas. Por vezes as informações das respostas não são tão ricas e conduz a conclusões óbvias.

Nesse sentido, levou-se em consideração a observação sistemática para facilitar a aplicação dos questionários e a pesquisa documental. A opção pela entrevista semi estruturada se deu pela possibilidade de diálogo entre os sujeitos da pesquisa e por permitir, diante das necessidades sentidas durante a entrevista acrescentar, retirar ou redimensionar as questões formuladas.

Com a observação sistemática, foi possível desvendar aspectos não revelados na fala dos sujeitos da pesquisa, por medos ou tabus. Foram observadas atitudes gestuais, relações e comportamentos presentes na realidade abordada. Na fase da pesquisa bibliográfica foi realizado um levantamento de trabalhos como artigos, teses e dissertações, pesquisas e autores que se correlacionam com a temática abordada, permitindo um aprofundamento teórico que norteia o estudo.

Nesse sentido a pesquisa bibliográfica revela o zelo pelo compromisso e a qualidade, pois, segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (op cit., p.45).

Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso com a qualidade do estudo. Foram utilizados as contribuições e conceitos de alguns autores baseados na teoria de Maria Nazareth Baudel Wanderley (2001) que se dedica ao estudo do agricultor familiar como um personagem que, mesmo tendo capacidade de resistência e adaptação dos

novos contextos econômicos e sociais, não está despidido dos traços camponeses e tem raízes e tradições. O trabalho de Wanderley tem base teórica na proposta de Hugues Lamarche (1993). O trabalho também tem embasamento teórico em Sérgio Schneider (2003,2009) com as tipologias, formas familiares de produção, estilos e diversidade da Agricultura Familiar. Esse autor mostra como se estrutura a agricultura resulta das diferentes maneiras através das quais os agricultores organizam os recursos sociais e materiais existentes em nível local (unidade de produção e consumo) sem perder de vista as relações com os agentes externos e analisa a questão da viabilidade social e econômica das formas familiares de produção e trabalho sobre as condições e possibilidades de sua reprodução. Schneider analisa também a persistência das formas familiares na sociedade moderna.

Outro teórico abordado foi Ricardo Abramoway (1992), que discorre sobre a persistência das formas familiares na sociedade contemporânea. O estudo de Abramoway fundamenta-se numa cuidadosa revisão bibliográfica sobre as contribuições teóricas dos clássicos do marxismo com relação à questão agrária (Lênin e Kaustky).

Um grande referencial para os estudos da agricultura no Brasil, José Graziano da Silva (1993,1998) com 'o estudo do processo da diferenciação'. Esse autor compõe a perspectiva marxista clássica; o seu trabalho filia-se à teoria da diferenciação social desenvolvida por Lênin. Para Graziano, existe uma grande dificuldade de delimitar e caracterizar o setor camponês na agricultura brasileira, devido à dispersão e à variabilidade de formas.

Com relação à abordagem da literatura sobre a Agricultura Brasileira com ênfase na agricultura familiar, foi embasada nas ideias dos teóricos: Ricardo Abramoway, Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Enrique Guanziroli, Hugues Lamarche, Zander Navarro, Sérgio Schneider, José Eli da Veiga, Maria Nazareth Baudel Wanderley e José Graziano da Silva. Foram utilizadas, também, obras de teóricos internacionais, a exemplo de Raffestin e Lefebvre. Com relação aos estudiosos nacionais, cabe citar a contribuição de Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, entre outros, que discutem as questões sobre o conceito de Território e Espaço. No âmbito local, convém mencionar trabalhos de José Eloízio da Costa, Eliano Sérgio Azevedo Lopes e Alexandre Diniz.

Serão apresentadas, no desenvolvimento dos capítulos, as discussões teóricas e os dados obtidos através da pesquisa documental e de campo, de acordo com as orientações recebidas durante cerca de dois anos. O primeiro capítulo identifica a importância da agricultura familiar no cenário político e social, por meio das diferentes definições existentes

e de seu papel no Brasil, baseado em uma vasta leitura sobre a categoria, depois, no segundo capítulo é realizado um estudo das categorias geográficas Espaço e Território utilizadas na pesquisa, assim como uma abordagem sobre a taxonomia onde, a partir do trabalho de campo foi realizada uma classificação dos estabelecimentos familiares partindo do seu grau de capitalização, o capítulo também aborda uma análise dos principais aspectos dos municípios escolhidos para o desenvolvimento do estudo que foram Japaratuba e Moita Bonita. O terceiro capítulo enfatiza o trabalho de campo que muito contribuiu para concretização dos objetivos propostos, foi feita uma análise sobre as estratégias de reprodução dos estabelecimentos familiares, das fontes de renda, das migrações no mundo rural, os desafios para inserção tecnológica e geração de renda e uma caracterização dos estabelecimentos.

Por fim, na conclusão, foram realizadas considerações sobre os motivos que levam o agricultor familiar a modificar suas formas de produção, como também foi feita uma caracterização do estabelecimento familiar que apresenta o maior índice de produção sendo, portanto, considerado um modelo para os outros. Fez-se, ainda, uma análise das condições de vida entre o grupo dos agricultores mais e menos desenvolvidos, destacando o grau de inserção produtiva e seu rebatimento social, assim como uma proposta para diminuir as distorções entre os estabelecimentos familiares e consequentemente sua renda e melhoria de vida. Assim, espera-se que esse estudo seja uma pequena contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas nos locais pesquisados, visto que o campo brasileiro, principalmente do Nordeste, necessita de estratégias que possibilitem a garantia da melhoria das condições de vida.

**CAPÍTULO I – ALGUMAS
QUESTÕES SOBRE A
AGRICULTURA FAMILIAR**

1 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar tradicional é sempre reconhecida pela potencialidade na diversificação da produção e nas alternativas para a geração de renda. Esse setor é sempre lembrado pela importância na geração de empregos e na produção de alimentos, especialmente direcionada para o autoconsumo.

Esse primeiro capítulo identifica a importância da agricultura familiar no cenário político e social, a partir das diferentes definições existentes e de seu papel no Brasil baseado em uma vasta leitura sobre o termo ‘agricultura familiar’. A revisão bibliográfica aborda a importância desta no cenário nacional e os seus aspectos regionais visto que encontramos estabelecimentos fortemente integrados ao mercado e outros voltados para a economia de subsistência, que comercializa apenas os excedentes.

Existe no Brasil uma grande quantidade de pesquisas sobre a agricultura familiar tradicional. No entanto, são poucos os trabalhos voltados para viabilidade ou não dos pequenos estabelecimentos rurais nos municípios de Japaratuba e Moita Bonita, diante das suas características e peculiaridades frente a um mercado altamente competitivo. O resultado da pesquisa poderá contribuir para a implementação das políticas públicas do Estado de Sergipe em relação à agricultura familiar. A pesquisa oferecerá uma visão da realidade do pequeno produtor, com subsídios para as políticas públicas.

1.1 A QUESTÃO ONTOLÓGICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A desconformidade observada entre as pequenas e as grandes propriedades, na extensão da terra possuída pelos grandes e pelos pequenos proprietários, indica uma transparência na desigualdade de condições. A diferença entre a extensão da terra representa outras diversidades: os recursos de capital, o modelo, a técnica de cultivo e consequentemente a produtividade. Essa discrepância entre a grande e a pequena exploração agrícola é um dos atuais problemas da agricultura, quanto às vantagens e eficiência de uma e outra e a sua viabilidade.

A pequena propriedade é o imóvel rural explorado pelo agricultor e sua família, sendo possível a ajuda de terceiros e garantindo a eles a subsistência, o progresso social e

econômico. O tamanho da pequena propriedade ou posse rural familiar no Brasil é variável; ela é estabelecida conforme a região do país onde está localizada. Em relação ao tamanho exato da área de cada propriedade, esta será definida variando da concepção de cada estado. O tamanho estabelecido visa garantir o mínimo para a viabilidade da exploração econômica.

No entanto, o tamanho da propriedade nem sempre é o ideal para a subsistência e o progresso social e econômico da família. O termo ‘pequeno produtor rural’ foi definido pela Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A lei determina que o pequeno produtor rural:

É aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturas ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo. No caso de um Proprietário possuir mais de um imóvel contíguos ou não, a soma dos mesmos não poderá ultrapassar a 50 ha sob pena de perder a condição de Pequeno Produtor Rural.¹

É do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a competência de definir o tamanho do módulo fiscal e, para que isso seja feito, torna-se necessário um conjunto de fatores que não envolvem só o tamanho do imóvel. Para estabelecer o tamanho do módulo é analisado o tipo de exploração que a propriedade vai fazer e observar se a lavoura será permanente, temporária ou de exploração florestal. Como também, é analisada a renda obtida pela propriedade e o conceito de propriedade familiar.

O módulo fiscal é a área mínima necessária para que a exploração seja economicamente viável. No Brasil, o produtor rural é definido pelo tamanho de sua propriedade; se o produtor tem uma pequena propriedade ele é considerado um pequeno produtor. De acordo com o INCRA, a maioria dos imóveis rurais no Brasil é caracterizada pelo regime de agricultura familiar. O módulo fiscal é uma medida de área conhecida como hectares que é fixada de tamanhos diferentes nos municípios brasileiros, pois leva em conta as particularidades. Este foi definido pela lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe a classificação institucional de imóvel rural e que, de acordo com a lei, está condicionada à sua dimensão e produtividade. Quanto à sua dimensão pode ser considerada:

¹ <http://www.planalto.gov.br> acessado em Junho de 2015.

- Pequena propriedade – imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; (Propriedade Rural Familiar)

- Média propriedade – imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais.

- Latifúndio é a área que detém mais de 600 vezes o módulo rural, mas há também área inferior que poderá ser compreendida como latifúndio em virtude do não aproveitamento sustentável da terra, descumprindo a função social.²

O conceito de agricultura familiar é recente no Brasil e, por muitos anos, várias categorias foram utilizadas para se referir ao trabalhador rural. Falava-se em pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência e camponês. No entanto, estes conceitos envolvem um julgamento antecipado sobre o desempenho econômico destes estabelecimentos rurais. Sobre esse assunto ABRAMOVAY, 1994, pág.2 afirma que:

O uso da expressão agricultura familiar no Brasil é muito recente. Anos atrás, os documentos oficiais usavam de maneira indiscriminada e como noções equivalentes “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando não “agricultura de subsistência”.

O que se pensa inicialmente sobre o pequeno produtor é que é alguém que vive em condições precárias, que não tem acesso ao sistema de crédito ou, se tiver, é muito limitado, que trabalha com técnicas tradicionais e não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos. Aproximadamente 4,2 milhões de estabelecimentos classificados pelo Censo Agropecuário estão nesta condição.

Contudo, afirmar que estas são as características essenciais da agricultura familiar é desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola no Brasil. O extenso debate sobre a agricultura familiar e a unidade familiar ou propriedade familiar como unidade de produção, consumo e vivência é algo por si só complexo, pois penetra em áreas de análises diversas.

A esse respeito, encontramos a seguinte colocação de WANDERLEY, 2001, pág.33:

Nas sociedades modernas, multiplicaram-se outras formas da agricultura familiar não camponesas. São aquelas que sob o impacto das transformações de caráter mais geral – importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente globalização da economia, etc.-tentam adaptar-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna.

²[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) acessado em Junho de 2015

Existem vários aspectos conceituais para a abordagem da agricultura familiar, no entanto, existe também a generalidade sobre alguns atributos que direcionam a conceituação tendo a família como proprietária dos meios e produção; o trabalho é executado na terra principalmente pela família e para a família.

Para discutir sobre a diversidade dos conceitos sobre esse tema é necessário abordar sobre a temática a fim de entender suas particularidades. A dificuldade de caracterização e definição da agricultura familiar não deve discernir quanto a sua importância, mas, ampliar estudos mais específicos sobre a sua estrutura socioeconômica e, principalmente, estimular novos estudos sobre o tamanho da propriedade. Para NAVARRO (2011, pág.107), no Brasil:

[...] o surgimento da expressão agricultura familiar se deu sob um contexto radicalmente diferente e a legalização da expressão também obedeceu a diretivas igualmente distintas. Excetuado o critério preliminar de gestão, que a lei brasileira estipula, e que é o mesmo no caso da tipificação norte americana.

Nesse sentido, a agricultura familiar é uma forma de organização produtiva em que os critérios usados para a tomada de decisões relativas à exploração agrícola não se submetem unicamente a rentabilidade econômica, mas levam em consideração as necessidades e objetivos da família. Essa concepção se opõe ao modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho.

De acordo com Oliveira (2000) as vantagens da produção familiar como espaço ideal e privilegiado para consolidação de uma agricultura de base sustentável é a lógica de funcionamento das explorações familiares, baseada na associação dos objetivos de produção, consumo e acumulação patrimonial, resulta num espaço de reprodução social cujas características de diversidade e integração de atividades produtivas vegetais e animais, ocupação de força de trabalho dos membros da família e controle decisório sobre todo o processo produtivo são sensivelmente mais vantajosos ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável que as explorações capitalistas patronais.

Nas últimas três décadas, após processos sociopolíticos e lutas em defesa da agricultura familiar, esta passou por fortes transformações econômicas e políticas. Hoje, a discussão sobre essa temática ocupa um espaço considerável no mundo acadêmico e político do país.

A agricultura familiar é lembrada frequentemente em discursos dos movimentos rurais, governamentais e acadêmicos, principalmente por pessoas preocupadas com as

disparidades existentes entre as formas de produção rural no Brasil, que desejam diminuir o desenvolvimento bifronte no mundo rural e buscar meios para melhorias das condições de vida dessas pessoas, além de ocupar um lugar de relevância no meio rural, onde a importância dessa agricultura varia segundo as regiões e é inegável que a mesma passou por modificações nos últimos anos.

Para Schneider (2009), no Brasil o termo agricultura familiar está passando por um processo de evolução e não possui uma definição estabelecida. Segundo o autor, existe uma nova visão da agricultura familiar como forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, na qual o trabalho é composto por explorações onde a família assume importância decisiva.

Por outro lado, a dinâmica da agricultura no espaço rural está cada vez mais influenciada, também, por atividades não agrícolas desenvolvidas pelos membros da família. Um exemplo é a emergência e a necessidade da expansão das unidades familiares pluriativas, onde parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a dedicar-se a atividades não agrícolas, praticadas dentro e fora dos estabelecimentos rurais para aumentar a renda familiar, já que apenas o trabalho nesses estabelecimentos não é o suficiente para uma boa qualidade de vida da família.

Conforme Schneider (2003), na agricultura familiar pode ser observada a articulação entre a mão-de-obra familiar agrícola e não agrícola. Essa convivência se deve, frequentemente, em função do pouco espaço para se produzir como também às dificuldades de modernização tecnológica, o que compromete a renda e obriga os membros dessas pequenas unidades familiares a buscar alternativas.

Na mesma esteira, relacionam-se aos estudos que demonstram a perda da competitividade das atividades relacionadas à agricultura familiar, assim como ao estrangulamento da comercialização dos seus produtos, que é um dos problemas a serem enfrentados, juntamente com a fragilidade na organização e no domínio do intermediário. Todas essas questões operam como obstáculos para a superação da pobreza e da concepção da insuficiência financeira dessas famílias, elemento principal para a autonomia econômica dos agricultores familiares.

Um dos maiores desafios relacionado à agricultura familiar está na dificuldade de comercializar os produtos, tornando-se necessária a criação de estratégias para o escoamento, a fim de fortalecer a atividade e minimizar as dificuldades encontradas. Segundo Guanzirolli (2013) essa dificuldade reside, sobretudo, na compreensão do funcionamento dos mercados

que impõe articulação com os segmentos pré e pós-porteira e nas novas formas de negociação e práticas de gestão do processo produtivo. Ainda de acordo com o autor (op.cit 2013, p.132):

O sucesso da atividade agrícola não está condicionado apenas por fatores controlados da 'porteira para dentro'. As condições dos distintos segmentos da cadeia produtiva em que a exploração agrícola está inserida, bem como as instituições e organizações que lhe provem suporte financeiro, tecnológico, legal e de informações, são muito importantes, algumas vezes mais importantes do que os fatores endógenos.

Outro problema a ser solucionado é a atualização tecnológica no campo, que tem requerido a atualização de informações, a adoção de mecanismos de aprendizagem e de formação profissional e empresarial dos produtores rurais. Tudo isso tem criado dificuldades para os pequenos produtores rurais e os mesmos tem sido, ao longo dos anos, excluídos do mercado em razão da necessidade de se produzir em grande quantidade, com elevado padrão de qualidade e a preços competitivos.

De acordo com Filho (2013), no geral, os estabelecimentos familiares investem menos em tecnologia do que o resto da economia e, conseqüentemente, geram menor valor agregado por população ocupada. Para não serem excluídos do processo produtivo os pequenos produtores rurais devem incorporar novas tecnologias, aperfeiçoamento profissional e adotar um sistema de planejamento, que seja de simples manuseio e que favoreça o gerenciamento de suas atividades diárias, como do o acompanhamento das lavouras e de outras atividades que são desenvolvidas no meio rural.

No entanto, não se pode julgar e responsabilizar o pequeno produtor por essas deficiências, em virtude do processo histórico de exclusão dos mesmos. Porém, é possível que as consequências de tal processo histórico sejam superadas, tendo em vista iniciativas governamentais de dinamização de projetos direcionados às pequenas propriedades. Sobre esse assunto Guanziroli (2009) afirma que, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares devem-se mais aos fatores externos, como no contexto institucional historicamente desfavorável, do que às desvantagens estruturais associadas à extensão da terra.

O grande avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas afetou praticamente todos os setores produtivos, inclusive a agricultura. Tal processo foi particularmente penoso aos pequenos produtores rurais, dada a falta de capital e a dificuldade de acesso a financiamentos oficiais para acompanharem as inovações. A inserção da tecnologia no campo, em ritmo intenso, vem dificultando a sobrevivência dos pequenos produtores rurais. As mudanças

repentinamente tem forçado estes a adotarem novos mecanismos de aprendizagem e de formação profissional. A esse respeito JESUS (2006, pág.27) afirma que:

[...] a modernização da agricultura brasileira serviu para atender os interesses do setor industrial e dos grandes proprietários oriundos pela necessidade de desenvolvimento do Estado capitalista brasileiro, que gera uma modernização desigual e excludente assegurando os privilégios dos grandes proprietários em detrimento dos pequenos que não conseguem se modernizar.

A inserção tecnológica e a mentalidade empreendedora, no entanto, requerem algum nível de instrução, o que a maioria dos pequenos produtores rurais não dispõe. A educação é um fator determinante importantíssimo da renda, pois indivíduos melhor qualificados tendem a ganhar mais e gerir melhor as propriedades, uma vez que saberão lidar com inovações tecnológicas, investimentos financeiros e custos operacionais.

Souza et al (2006) menciona que, devido ao baixo nível de avanço tecnológico, a agricultura familiar de pequeno porte ainda se apresenta com baixos níveis inovativos e “problemas tanto de caráter produtivo (baixa capacidade de produção, mecanização inadequada, terras insuficientes) [...] “como de caráter organizativo e técnico.” Dessa forma SOUZA 2006, pág.7 afirma que:

Busca-se, no momento, a transferência de novas tecnologias, mais adaptadas às condições da agricultura familiar local de forma a tornar seus empreendimentos mais rentáveis, com redução da necessidade de recorrer a uma segunda ocupação (pluriatividade) ou mesmo ao êxodo para as periferias das grandes cidades. A inovação tecnológica é de suma importância para garantir a sobrevivência da agricultura familiar, uma vez que o incremento na produção ou a implementação do seu sistema produtivo contribui para a sustentabilidade da exploração familiar evitando o risco de sua saída do mercado, pois os demais componentes deste estão em contínua transformação.

Contudo, o pequeno produtor rural enfrenta inúmeros problemas na produção e também na comercialização e muitas vezes é marginalizado social e economicamente. Na maior parte do país, esse tipo de produtor possui uma extensão rural carente e inadequada, com crédito deficiente, com dificuldade em produzir e vender, sem os itens básicos da cidadania (como saúde e educação) e imerso em um contexto onde as instituições Estatais estão enfraquecidas. Corroborando com essa ideia WANDERLEY 2001, pág. 35 afirma que:

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se

baseiam na valorização dos recursos de que ele dispõe internamente no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e futuro. De uma certa forma, os agricultores familiares modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo.

Entende-se que foi imposto ao pequeno produtor um modelo tecnológico demandador de capital que ele não tinha, de uma complexidade que não lhe era compreensível e em um modelo no qual ele não teve qualquer participação. Um dos principais problemas que impedem o fortalecimento da pequena produção é a incompatibilidade da geração e da transferência da tecnologia com sua realidade.

A partir desses pressupostos observa-se que os conceitos de pequeno produtor rural e o agricultor familiar são parecidos, mas não significam a mesma coisa. As diferenças estabelecidas nas leis ajudam a explicar a forma de ver o mundo rural de cada produtor.

Para o pequeno produtor rural a renda bruta oriunda das atividades agrícolas tem que ser 80%, no mínimo, e que sejam exercidas pela família com eventual ajuda de terceiros, ou seja, ele exerce a atividade rural e a sua renda advém principalmente desta, que pode ser talvez a única fonte monetária. Já o agricultor familiar pratica atividades no meio rural, utiliza predominantemente mão de obra familiar, podendo até contratar trabalhadores, e sua renda é principalmente advinda das atividades no estabelecimento rural. No entanto, pode exercer outra atividade não agrícola para complementar a renda; e, com uma maior rentabilidade, o agricultor familiar vai melhorando seu estabelecimento e aos poucos se tornando um pequeno empreendedor rural.

1.2 A INSERÇÃO DAS DISCUSSÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O extenso debate sobre a agricultura familiar e a unidade familiar ou propriedade familiar, como unidade de produção, consumo e vivência é algo por si só complexo, pois se adentra em áreas de análise diversas e diferentes entre si. Existem vários aspectos conceituais para a abordagem da agricultura familiar, no entanto existe a generalidade sobre alguns atributos que direcionam a conceituação tendo a família como proprietária dos meios e produção, onde o trabalho é executado na terra principalmente pela família e para família.

Para TEDESCO et al (2001, pág. 22), a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos no Brasil, assume ares de novidade e renovação.

Sobre a questão conceitual “emergente” da agricultura familiar, destaca-se sua caracterização contemporânea e do processo de reprodução social dessa importante atividade econômica no meio rural brasileiro, a partir das afirmações de Schneider (2003), observando que expressões como “agricultura familiar” e “campesinato” já estão bem claras, contanto que não se ignore a dinâmica capitalista nesse processo:

É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral. Mesmo que em certos casos as unidades familiares estejam submetidas a determinados condicionantes externos como, por exemplo, o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos, entre outros), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho de seus membros permite que determinadas decisões se tornem possíveis, o que muitas vezes um agricultor muito inserido na dinâmica capitalista, contando com a contratação de assalariados, não poderia concretizar ou sofreria fortes restrições (SCHNEIDER, 2003, pág. 114).

A agricultura familiar foi, durante a década dos anos 1980, um dos temas mais debatidos quando se tratava da discussão da questão agrária. Nessa discussão, entraram como temas mais importantes o tipo de propriedade, o estilo de vida dos trabalhadores rurais, as formas de financiamentos dos governos e a expansão da violência no campo. Esse embate teórico foi o grande responsável pela formalização de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares.

A categoria agricultura familiar ao longo dos últimos anos foi conhecida por outras terminologias como: camponeses, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência e por fim agricultor familiar. A mudança do nome na categoria obedece à evolução no contexto social e as transformações ocorridas no âmbito socioeconômico e territorial. O sistema de produção da agricultura familiar combina a posse dos meios de produção e a realização do trabalho. Não há separação entre gestão da propriedade e execução do trabalho, estando ambos sob responsabilidade do produtor e sua família. (GUERRA et al., 2007 pág. 25).

A importância do reconhecimento da categoria agricultura familiar foi crucial para a implantação de políticas públicas que possibilitou uma maior atenção por parte do poder público para a categoria. Para Azevedo e Pessôa, (2011) estudos mostram a relevância da agricultura familiar na organização e na estruturação do espaço agrário no Brasil, ainda que, ao longo dos anos, este segmento da sociedade não tenha tido uma atenção especial ou valorização no que tange as políticas públicas e na atuação do Estado, quando comparados a outros segmentos, tal como a agricultura patronal. Um dos maiores impactos que causou o retrocesso do desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil foi a falta de proteção do Estado para com os pequenos agricultores, diferentemente do que foi feito nas sociedades capitalistas desenvolvidas que evidenciam os melhores índices em setores importantes como educação e índices socioeconômicos.

Veiga (1991) coloca que, quando se analisa a agricultura familiar numa perspectiva histórica, a forma predominante de agricultura em todos os países capitalistas desenvolvidos é a agricultura familiar. Esta representou papel relevante na estruturação das economias, destruída pelas guerras e que, ao passar dos tempos, se modernizou e foi a grande responsável pelo crescimento econômico desses países. Segundo Guanzirolli 2009, pág. 15

A expansão e dinamismo da agricultura familiar baseou-se na garantia do acesso à terra que em cada país assumiu uma forma particular, desde a abertura da fronteira oeste americana aos farmers até a reforma agrária compulsória na Coreia e em Taiwan. Em todos esses países, além de contribuir para dinamizar o crescimento econômico, a agricultura familiar desempenhou um papel estratégico que tem sido revelado em muitas análises: o de garantir uma transição socialmente equilibrada entre uma economia de base rural para uma economia urbana e industrial. O contraste é gritante com os desequilíbrios socioeconômicos que caracterizam a maioria dos países em vias de desenvolvimento- especialmente latino americanos - os quais estão, em grande medida, associados às estratégias adotadas de modernização e industrialização.

No caso brasileiro, o desenvolvimento da agricultura familiar é representado pelas singularidades dos processos sociais enfrentados pela história da agricultura no país, as peculiaridades da época colonial que deixaram como marca e herança a dominação econômica, política e social das grandes propriedades, a escravidão e terras para serem ocupadas ou possadas. Observa-se, assim, que desde o início da colonização houve o estímulo para expansão das grandes propriedades e apoio aos latifundiários e que foram estes que receberam grande apoio na política agrícola.

Segundo Lamarche (1993) pode-se afirmar que, desde então e de maneira geral, a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de produção e, especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade. Conforme Wanderley (2001, pág. 38):

(...) a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção.

Foi a partir de meados da década de 1960 que a agricultura brasileira iniciou o processo de modernização, com a inserção da chamada Revolução Verde, essa baseada no uso da tecnologia, mecanização, insumos industriais e uso de sementes geneticamente modificadas. Surgiram, nessa década, com o processo de modernização da agricultura, novas formas de exploração agrícola desencadeando transformações na pecuária e na agricultura.

Como consequência desse processo ampliou-se a produção agrícola em grande escala, gerando os efeitos sociais e econômicos sofridos pela população envolvida com atividades rurais. A expansão da agricultura “moderna” ocorreu juntamente com a constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola e gerando efeitos sobre o meio ambiente. Dessa forma:

Essa agricultura que se moderniza, sob o influxo dos incentivos do Estado e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua base técnica de meios de produção. Esse processo significa também que em certa medida a reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termos de relações interindustriais para trás e para frente [...]. (DELGADO, 1985, pág.35)

As transformações no campo ocorreram, porém, de forma distinta, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são derivadas de desigualdades. Pensar sobre as tendências do “novo mundo rural” significa olhar atenciosamente para esta realidade que, ao mesmo tempo em que tem colocado uma classe da sociedade com mais alto nível tecnológico na agricultura e pecuária, paralelamente deixa outra, a exemplo dos agricultores familiares, que constitui a maioria dos produtores rurais, distantes destas inovações. É esta categoria que em algumas regiões está cada vez mais

próxima do limite de sobrevivência e que, primordialmente, tem merecido maior preocupação por parte das políticas públicas. Corroborando com essa ideia (op.cit,1985, pág.42).

Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneíza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira. Ao contrário, deve-se ressaltar a concentração espacial do projeto modernizante, abrangendo basicamente os estados de centro – Sul brasileiro (MG, GO, RJ, SP, PR, SC, RS). Por seu turno, ocorre paralelamente um movimento de concentração de produção, abrangendo um número relativamente pequeno e de estabelecimentos rurais, conforme o indicador de modernização que se tome), que respondem por parcelas crescentes da produção. As demais regiões do país e os milhões de estabelecimentos não incorporados ao processo de modernização cumprem, nessa estratégia de organização da produção, papéis periféricos na agricultura brasileira. [...]

O “modelo” agrícola usado na década de 1960 a 1970 era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa: grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. A opção de aquisição era facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinando o endividamento e a dependência dos agricultores. A chamada modernização conservadora ficou concentrada nas grandes unidades de produção e, de certa forma, marginalizou os agricultores familiares.

Para Guanzioli (2009), a modernização foi inevitavelmente dolorosa contribuindo para o êxodo rural, a qual passaria pelo fortalecimento e expansão da grande produção (capitalista) em detrimento da (pequena) produção familiar (nesse momento composta por agricultores descapitalizados), vista como ineficiente.

A agricultura nacional passa a se referir não mais à questão de grandes ou pequenos agricultores, mas à integração de todo o setor agropecuário brasileiro em um novo ambiente, onde a propriedade rural passa a ser encarada como uma empresa que, de fato, se profissionaliza e se moderniza, buscando obter conhecimentos acerca dos mercados em que opera e aumentando o relacionamento com o segmento industrial.

De acordo com Silva (1999), com relação à modernização, ocorreu de maneira parcial, no sentido de atingir alguns produtos, em algumas regiões, beneficiando alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo. Assim, não só aumentou a dependência da agricultura aos outros setores da economia, como o segmento industrial e o financeiro, como também possibilitou a expansão do desequilíbrio social e ambiental.

Segundo op.cit (1993) a modernização se restringe a alguns produtos e regiões, como o café, a cana de açúcar, a soja, o trigo e etc. Esses produtos são chamados de “culturas de

rico”, por outro lado, o feijão, o leite, a fava, grande parte do arroz e do milho conhecidos como “culturas de pobre” não receberam a mesma importância.

Entretanto, o atual padrão de desenvolvimento econômico tem corroborado com a exclusão do agricultor familiar por meio da geração de emprego, diminuição da renda, entre outros, provocando, conseqüentemente, uma desordem no espaço rural, decorrente da competitividade desigual. Dentro de uma ótica global, a modernização agrícola mostra que, através dos processos históricos, a propriedade da terra foi sendo subordinada ao capital.

O progresso técnico não está uniformemente difundido, mas, ocorre uma concentração espacial e setorial que SILVA (2000, pág. 94) afirma que:

[...] não há um futuro promissor para aquelas unidades de produção que até agora não conseguiram se modernizar e que se concentram (por isso mesmo) nas regiões “periféricas” do País, mostrando que o processo de modernização afeta diferentes áreas, em um espaço natural e social e em épocas históricas diversas.

Para Silva (1981) as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade. A estratégia da modernização conservadora frente da inovação tecnológica solidificou as características do “modelo” agrícola brasileiro, capitalista, concentrador, dominador, exportador e excludente.

Com a modernização capitalista e a inserção do processo de globalização da economia, houve um aumento da instabilidade do emprego no campo, onde pequenos produtores, face à insuficiência dos meios de produção necessitaram vender sua força de trabalho em outros estabelecimentos agrícolas. A longa jornada de trabalho na produção familiar obrigou os seus produtores à auto exploração para permanecerem no campo.

Uma das conseqüências da introdução das formas capitalistas de produção no campo é a multiplicação do trabalho temporário e uma maior dependência de outras formas de trabalho. Com esses exemplos percebe-se um enorme contraste socioeconômico na maioria dos países em desenvolvimento, principalmente os latinos americanos, que estão estrategicamente se modernizando, para assegurar uma expansão competitiva no mercado.

Conforme afirma Abramovay (1992), nos países capitalistas o padrão de desenvolvimento sempre esteve estruturado na agricultura familiar, enquanto que, nos países ditos subdesenvolvidos, o modelo agrícola priorizado foi o patronal, cujo espaço era fortemente monocultor e voltado a práticas de exportação. Assim, apesar da pouca atenção

dada a essa categoria social, ela tem historicamente contribuído para a movimentação da economia e para o desenvolvimento econômico local.

De acordo com Schneider (2012) tardiamente, se comparado aos estudos dos países desenvolvidos sobre a agricultura familiar, o Brasil passou a estudar esse contexto em meados da década de 1990. Já Azevedo e Pessoa (2011) acrescentam que o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil ocorreu principalmente a partir dos estudos realizados pela Food and Agriculture Organization (FAO) em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no início daquele ano.

No Brasil, a expressão agricultura familiar ganhou projeção nacional no final dos anos 1990 e principalmente, a partir da primeira metade da década de 1990, o debate inicialmente, concentrou-se no campo político e, posteriormente acadêmico. Verifica-se que os teóricos dos estudos rurais até o final dos anos 50 concentravam suas análises sobre a natureza das relações de produção no campo. A partir dos anos 90 surgiram pesquisas com o intuito de conhecer o caráter familiar dos estabelecimentos, cuidando-se, portanto, de tema atual. (SCHNEIDER, 1999 pág. 100).

A partir da identificação das necessidades específicas para a produção familiar, pôde-se implementar uma política pública que objetiva o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Esta política está regulamentada através da Lei nº 11.326, publicada em 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares, inspirou-se em muito nos critérios do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e definiu o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural como alguém que pratica atividades no meio rural. De acordo com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) 2006, para ser agricultor familiar as pessoas devem atender aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - possua renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

É importante ressaltar que o módulo Fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituído pela Lei nº 6746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é

variável, sendo fixado para cada município (MDA 2006). Em se tratando do enquadramento dos produtores aos quesitos da agricultura familiar, o modelo internacional adotado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e o INCRA (2000) se utilizam da comparação com a agricultura patronal, tendo como principais critérios:

- 1- A administração dos estabelecimentos é realizada pelo próprio produtor;
- 2- O trabalho familiar utilizado no estabelecimento é superior ao trabalho concentrado;
- 3- O tamanho da propriedade deve ser igual ou inferior ao tamanho médio ponderado dos estabelecimentos de cada grande região brasileira, multiplicado por quinze;

Assim, só será considerada propriedade familiar se o estabelecimento estiver respeitando todos os critérios definidos em lei.

1.3 A DEFINIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: A QUESTÃO DA LEGALIZAÇÃO

Segundo Tedesco et all (2001) o agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento

O tema agricultura familiar tem sido alvo de várias discussões, existindo diversas interpretações sobre o seu futuro na contemporaneidade, havendo argumentos que sinalizam o seu desaparecimento e os que sugerem que a agricultura familiar é capaz de se manter e reproduzir ao longo dos tempos.

Para WANDERLEY (2001, pág.23):

O conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

O reconhecimento oficial dos agricultores familiares como sujeitos de direitos é recente na história brasileira. Nas últimas décadas foram criadas políticas públicas específicas para a agricultura familiar e esta foi reconhecida legalmente. Foi com o PRONAF, criado em 1996, que se constituiu a primeira política pública especificamente direcionada a esta categoria social e a Lei da Agricultura Familiar de 2006, que definiu oficialmente esta "categoria produtiva" como atividade econômica particular. Neste sentido, Schneider aponta a contribuição dos debates sociais e políticos da sociedade e do mundo acadêmico.

Neste processo, o papel do Estado e das políticas públicas que focalizam os agricultores familiares e a reforma agrária tiveram um papel decisivo, pois foi através delas que se instaurou um debate entre estudiosos e pesquisadores que passaram a alimentar o próprio tema do desenvolvimento rural.
(SCHNEIDER, 2010, pág.527)

No entanto, apesar deste reconhecimento ser recente, a trajetória de luta dos trabalhadores do campo por direitos tem sido longa. Existem vários exemplos que ocorreram no espaço brasileiro: lutas dos indígenas pela preservação de suas áreas, face à ação dos colonizadores; ocupação de terras por posseiros, desde a colonização, em busca de áreas para plantar; formação dos quilombos por escravos que fugiam às condições do cativeiro; a luta pelo acesso à terra para cultivo de alimentos por trabalhadores que viviam do trabalho em fazendas, como demonstra a literatura sobre a expansão da cafeicultura e as demandas dos “colonos do café”. Tem-se, ainda, o chamado do governo getulista, ainda do Estado Novo, onde houve incentivos para uma “marcha para o oeste”; as resistências de posseiros, em todos os tempos e lugares, à tentativa de sua expulsão da terra, seja pela especulação imobiliária urbana ou pela frente de expansão agrícola, dentre outras. Esses exemplos mostram a constante busca da luta para o acesso à terra e seus direitos.

Logo, como aponta Andrade (1969), uma política bem orientada voltada para investimentos públicos e privados poderia melhorar consideravelmente a exploração dos recursos e das possibilidades naturais aí existentes, assim como elevar o nível de vida da população.

Um fato importante na história das lutas pelo reconhecimento dos trabalhadores rurais como pessoas detentoras de direitos pode ser relacionado com as lutas dos trabalhadores urbanos visto que, a luta por direitos políticos e trabalhistas foi iniciada e liderada pelo movimento operário, o qual unia várias classes de trabalhadores e setores, incluindo os rurais.

A agricultura familiar está cada vez mais presente nos embates teóricos e discursos políticos. Existe um consenso social que se manifesta em prol do apoio que a agricultura familiar deveria receber, pois esta, de forma geral, objetiva criar empregos, diminuir o êxodo rural, diminuir os preços dos alimentos, reorganizar o espaço e diminuir a pobreza. Mas, a agricultura familiar só foi reconhecida como categoria social quando se incorporou às discussões da agenda política.

[...] o termo agricultura familiar corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Consagra-se para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração no setor agropecuário.
(FERNANDES et all, 2007 pág. 230)

Sendo assim, a consolidação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está, de fato, associada à legitimação instituída pelo Estado em 1996, ao criar o PRONAF. De acordo com SCHNEIDER, 2003 pág. 100.

[...] esse programa, formulado como respostas às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional as categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional, etc.).

Com o passar dos anos percebe-se que as principais dificuldades para o crescimento e o desenvolvimento da produção agrícola familiar no Brasil ainda são a baixa capitalização, o pequeno acesso a linhas de crédito oficiais, o baixo acesso à tecnologia, a diferença produtiva entre as regiões e o acesso à assistência técnica e aos mercados.

Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as necessidades específicas do setor necessitam de políticas públicas pertinentes e urgentes, que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no

campo, evitando assim o esvaziamento rural, e que contribuam para o desenvolvimento regional.

Em nosso país, muitas políticas públicas passaram a ter como foco a agricultura familiar, tendo como marcos a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a consolidação do PRONAF, além dos esforços no campo da reforma agrária. Por um lado, essas ações representam o atendimento às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e movimentos sociais do campo, por outro, relacionam-se a um olhar contemporâneo para a agricultura familiar, tendo-a como agente estratégico rumo a um desenvolvimento regional e territorial.

Segundo Guanzirolli (2007), o PRONAF surge na época de 1995, quando o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares. Afirma o autor que após 10 anos de execução não cabe nenhuma dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra.

A partir desse pressuposto, é possível afirmar que a agricultura familiar desempenha um papel fundamental para o crescimento da economia e para a melhoria de vida dos agricultores e que as políticas públicas exercem função importante no seu fortalecimento e valorização. Para isto, é necessário que os agricultores familiares conheçam essas políticas e delas se apropriem visando um verdadeiro e sólido desenvolvimento.

De acordo com Teixeira (2002) o PRONAF foi uma política pública que possibilitou maior democratização do crédito rural para uma grande parte dos agricultores familiares, recursos para infraestrutura no município, capacitação de técnicos e agricultores familiares, recursos para assistência técnica e extensão rural de infraestrutura. Outro detalhe importante relativo ao PRONAF e que é bem ressaltado por COSTA et al (2014.pág, 338) é que:

O Programa Nacional de Apoio à agricultura familiar (PRONAF) é a maior e única referência para os estudos das micro finanças rurais na escala nacional. É evidente que existem outras modalidades, inclusive, gestadas por entidades de direito privado, de alcance municipal ou regional. O Pronaf destaca-se não somente por essa abrangência, mas também pelo volume de recursos disponíveis, pelo alcance em número de tomadores de crédito e pela diversidade das linhas de crédito disponíveis.

Para melhor compreensão das políticas públicas sociais implementadas por um governo, é fundamental a compreensão da concepção de Estado e de política pública e social que sustentam tais ações e programas de intervenção.

Em se tratando de políticas sociais (geralmente compreendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc.), os fatores envolvidos para medir o seu “sucesso” ou “fracasso” são complexos, diversificados e exigem grande esforço de análise. Estes diferentes aspectos devem estar sempre referidos a um perfil de Estado no interior do qual eles se inserem, ressaltando-se a diferenciação a diferenciação entre Estado e Governo.

Para que se possa adotar uma compreensão sintética dos objetivos deste estudo, faz-se necessário considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes como, por exemplo, órgãos legislativos, tribunais e outras que não formam um único bloco necessariamente que possibilitam a ação do governo; e Governo como o conjunto de programas e projetos que vem da sociedade (políticos, técnicos, da sociedade civil e outros) e que os disponibiliza para esta, como um todo, caracterizando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação”; é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas e de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Teixeira (2002) afirma que “Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.

Este não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. Estas são compreendidas como de responsabilidade do Estado quanto à implementação e manutenção a partir da tomada de decisões que envolvam órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. Em se tratando de políticas sociais, estas se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado e voltadas, inicialmente, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Na última década houve a criação e expansão de programas e políticas públicas para agricultores familiares, sendo os mais importantes: crédito rural do PRONAF, Seguro da

Agricultura Familiar (SEAF), Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Sendo assim, existem várias estratégias de atuação da agricultura familiar e, portanto, o apoio à produção familiar agrícola é uma estratégia para a dinamização da economia de muitas regiões rurais brasileiras que necessitam de oportunidades para se desenvolver. Uma administração pública formada por uma concepção crítica de Estado e que considere sua função atender a sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, deve estabelecer como prioritários programas de ação universal, os quais possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social e a diminuição da pobreza.

1.4 UM RETRATO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Um olhar sobre as diversas faces da agricultura familiar nas regiões brasileiras revela as disparidades encontradas para a sobrevivência desta. A partir dessas diferenças observam-se peculiaridades vinculadas à permanência da agricultura familiar, ocasionadas pelo desenvolvimento desigual. Sendo assim, é possível afirmar que a agricultura familiar é importante pela diversidade de produção, pela função de garantir a segurança alimentar através da produção agrícola e capacidade de abastecer com alimentos, e em relevante quantidade, a mesa dos brasileiros.

De acordo com Portugal (2004), quando se analisa o cenário em que se insere a agricultura familiar observa-se que os problemas são diferentes para cada região, estado ou município. No Norte há dificuldades de comercialização pela distância dos mercados consumidores e esgotamento da terra nas áreas de produção; no Nordeste são minifúndios inviáveis economicamente; no Sudeste é a exigência em qualidade e saudabilidade dos produtos por parte dos consumidores; no Sul é a concorrência externa de produtos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Sobre esse assunto, Buainaim (2006) afirma que a agricultura familiar no Brasil é tão diversificada que pode até colocar em dúvida a utilização de um mesmo conceito agricultor

familiar abrangendo situações socioeconômicas tão diferentes apenas em função de um traço comum, o uso majoritário de mão-de-obra familiar.

A diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano, o capital social e assim por diante. A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes umas das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto nas condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas, etc. (BUANAIM, 2006, pág.15)

Sob a ótica regional, é no Sul que se concentra a principal área da agricultura familiar no Brasil e também onde se apresenta a maior diversidade nos sistemas produtivos e, conseqüentemente, o melhor desenvolvimento. O padrão de vida dos agricultores é facilitado pelo acesso à educação, saúde e saneamento. Isso tem favorecido o dinamismo e a permanência das pessoas nas regiões rurais. Para Guanzirolli (2009) a diversificação da agricultura, a combinação de rendas agrícolas e não agrícolas, a busca de uma melhor qualificação profissional e de novas alternativas fizeram do Sul do Brasil a região com índices de desenvolvimento humano mais elevados em relação à média nacional.

Ainda segundo op.cit (2009) na região sul, a agricultura familiar comparada com a patronal é superior ao valor da produção por hectare, volume de crédito, por hectare cultivado e quantidade de empregos gerados; observa-se, então, uma presença marcante da agricultura familiar na região, que é a grande responsável pelo desenvolvimento local e melhoria das condições de vida da população. Uma situação adversa da que é encontrada na região nordeste, de tradição latifundiária e patronal.

[...] o nordeste é apontado ora como a área das secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido á baixa renda per capita dos seus habitantes. (ANDRADE 1986, pág. 22)

No Nordeste existe uma grande concentração das unidades familiares em algumas localidades, porém esses têm um baixo nível de produtividade e, conseqüentemente, de renda. Isso decorre muitas vezes por questões ambientais, hídricas e falta de assessoria técnica.

Apesar de a agricultura familiar ser muito importante para a subsistência da família, nessa região esses critérios não são suficientes, principalmente pela falta de acesso a créditos, o baixo nível tecnológico e, por conseguinte, baixo acesso ao mercado.

Desse modo, apesar da relevante importância social da agricultura familiar é cada vez menor a sua inserção na dinâmica da economia rural, principalmente no nordeste, uma região considerada problemática no país e que, segundo Guanzirolli (2009), é a região que abriga 63% da pobreza rural do país.

Nessa região as unidades familiares detêm um baixo nível tecnológico que reflete em uma baixa produtividade. A defasagem tecnológica é proveniente, entre outros motivos, do não acesso à assessoria técnica. Em oposição, os grandes latifúndios de produção monocultora alcançam elevados índices de produtividade em culturas destinadas à exportação, como cana de açúcar, café, dentre outros.

Em contrapartida, para saírem da pobreza, muitos nordestinos tem aderido ao êxodo rural como a única opção para sobrevivência da família. Eles saem em busca de melhores oportunidades de emprego e condições de vida, uma vez que, em sua maioria, vivem em condições precárias. Além disso, muitos dos migrantes, geralmente os filhos, que deixam seus parentes no meio rural, enviam dinheiro para que esses possam dar continuidade à produção nos estabelecimentos familiares.

Nesse sentido um fator relevante para a migração é a carência de investimentos voltados para a área rural, que faz com que o agricultor se desestimele perante inúmeros problemas que tem de enfrentar com a insuficiência de subsídios do governo. Já os aposentados do meio rural migram para o meio urbano em busca de melhoria no acesso aos serviços especialmente a saúde em razão de sua idade avançada.

Outro detalhe importante relativo à migração, e que é bem ressaltado por Souza (2007), é que conseqüentemente, seja por falta de incentivos no setor agrícola ou pela busca de melhoria dos serviços, os agricultores migram para o meio urbano, gerando uma massa de desempregados sujeitos a trabalhos com baixa remuneração e expostos a diversos desafios como: infraestrutura, habitação, saneamento básico, transporte, desemprego, entre outros.

Como a agricultura familiar é a principal forma de trabalho no meio rural, uma parte das pessoas ocupadas nessa atividade não consegue obter uma renda mínima através dos seus estabelecimentos. Para sobreviverem, muitos agricultores dependem de outras rendas, como aposentadorias, venda da força de trabalho para outras propriedades em tarefas não agrícolas,

geralmente em áreas da construção civil (pedreiros, marceneiros, ajudantes) dentre outros. Dessa forma, o que importa é o aumento da renda da família.

Então, no que se refere à temática da pobreza rural e da identificação com a agricultura familiar, as contribuições de Steven e Pereira (2012) são no sentido de analisar as características mais recentes da pobreza rural brasileira e que superam a face da determinação dessa categoria que seria a renda da família, como bem coloca os autores em relação à importância da sustentabilidade da renda.

Em nossa opinião o aumento da renda gerada e auferida pelas famílias não acompanhou o crescimento de outras fontes de renda, e sem um crescimento robusto da renda gerada pelas famílias pobres será difícil sustentar uma queda continuada do nível da pobreza rural no futuro (STEVEN e PEREIRA, 2012, pág.121)

Em outras palavras, o crescimento da renda não acompanharia os outros rendimentos, o que repercutiria na manutenção de programas que objetivam combater necessidades imediatas e atender as necessidades básicas. Os programas de transferência de renda não poderiam ser as principais fontes do rendimento da família. Desse modo, a ampliação dos rendimentos de transferências sociais em nada altera o quadro da pobreza, o que vem gerando um quadro socialmente preocupante à medida que essas transferências não estão sendo “adequadas” para a melhoria das condições de vida das famílias rurais, enfraquecendo a autonomia das famílias mais pobres.

Ressalta-se a diversidade e a complexidade das estratégias utilizadas pelas famílias para aumentar a renda e diminuir a pobreza, o que se agrega à questão da migração, analisada por Janvry e Sadoulet (2000) como uma das tipologias de superação para saída da pobreza rural. Esse processo é tradicional e opera em médio prazo de grande valia socioeconômica, quando os membros das famílias que não migraram recebem periodicamente recursos enviados por familiares que migram para as cidades, sendo esse um aspecto que tem sido pouco estudado no aspecto da permanência da agricultura familiar no Brasil.

Souza (2007) acredita que cada vez se torna mais necessário o uso de medidas complementares como a concessão de créditos, a extensão rural e investimentos em infraestrutura voltados à agricultura para amenizar a pobreza no campo. O acréscimo na produtividade agrícola ajudaria a reduzir as migrações rurais, melhoraria a distribuição de renda e resultaria na diminuição da pobreza absoluta.

Não só na região nordeste, mas, em todo o território nacional existe um aumento da migração rural. Muitas pessoas saem em busca de um futuro melhor na cidade, no entanto,

nem sempre isso é possível. Nos últimos anos o aumento da criminalidade praticada por jovens tem sido ocasionado pela falta de oportunidades, seja ela no campo ou cidade, e um dos maiores problemas vividos pela sociedade atualmente é essa criminalidade cruel, muitas vezes desencadeada pela disparidade social.

A concentração de terra e bens é um dos fatores que contribui para o aumento da violência, seja no meio urbano ou rural. Isso não é justificável, mas, constitui uma triste realidade em nosso país visto que, existe uma grande disparidade socioeconômica constituída. Sobre esse assunto WANDERLEY (2001, pág. 45) afirma que umas das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um território familiar; um lugar de vida e trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores.

É necessário dar condições para o homem do campo para que, ao migrar com sua família, possa ter um nível de vida digna e honesta em qualquer lugar diminuindo, assim, uma parte dos problemas relacionados à migração existente no país. É crucial um debate sobre a qualidade de vida, pois existem pessoas que a tem contudo não dispõem dela em sua plenitude pois, enquanto houver essa gigantesca discrepância social, a questão da segurança será um grande problema para todos.

Não são os migrantes do campo os causadores da violência, mas a grande desigualdade socioeconômica, o alto número de excluídos e a falta de oportunidade e empregos com salários dignos levam ao desequilíbrio social. É de suma importância e urgência diminuir a alta carga tributária existente no país, desvencilhar todo o atraso brasileiro de um povo que vem de um processo histórico de exploração e buscar soluções que sejam capazes de lhe dar melhores condições e qualidade de vida, fazendo com que o Brasil possa entrar na lista dos países com um índice de desenvolvimento humano que se enquadre na realidade de desenvolvido, diminuindo as disparidades sociais.

O Centro Oeste, em relação à agricultura familiar, é analisada por Guanzirolli (2009) como a região que registra a mais baixa presença de agricultores familiares. Obviamente devido à expansão dos latifúndios com a agricultura mecanizada e os problemas enfrentados pelos agricultores com o desgaste e a acidez do solo no cerrado.

De fato, pode-se afirmar que os agricultores familiares, oriundos principalmente da região sul e nordeste, foram os verdadeiros desbravadores do centro-oeste. Mais recentemente, deram impulso ao processo de modernização da agricultura regional e a sua transformação no principal pólo graneleiro do país. A dinâmica da ocupação da região pelos agricultores

familiares é a clássica, descrita por vários autores que estudaram o movimento das fronteiras brasileiras como “frentes pioneiras ou de subsistência”. Os agricultores familiares ocupavam a área virgem, desmatavam a terra e cultivavam alimentos básicos (arroz, feijão, milho e mandioca). À medida que a fertilidade natural do solo começa a cair e as áreas ocupadas vão sendo apropriadas por outros (pela aquisição da posse ou da expropriação direta do posseiro-pioneiro), novas terras são incorporadas à produção pelos agricultores familiares e a fronteira vai se expandindo. (GUANZIROLI, 2009, pág. 131)

Todavia, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a agricultura familiar continua a desempenhar o importante papel de suprir as necessidades de consumo familiar e, em alguns casos de pequenos estabelecimentos de melhor porte, é uma forma de produção de renda extra a partir da venda dos excedentes.

Na região Norte existe uma grande barreira de extrema importância que dificulta a expansão da agricultura familiar: a extensão da floresta amazônica, que durante muito tempo foi motivo de discussões e pesquisas, até a descoberta de que o principal responsável pela riqueza do solo amazônico é a própria floresta, a pequena camada do húmus é formada a partir da decomposição de folhas, galhos, frutos, além de animais mortos, que formam uma rica matéria-orgânica, então o desmatamento seria inútil. Esse ato de nada adiantaria para a produção da agricultura familiar ou patronal. Guanzirolli (2009) aborda que o processo de derruba e queima é o mecanismo pelo qual o agricultor obtém os nutrientes de que precisa por dois ou três anos de lavouras de subsistência numa área que raramente ultrapassa os quatro hectares.

A crescente insustentabilidade destas práticas agrícolas na região reforça o movimento em busca de novas terras, configurando o que foi chamado de “itinerância externa”. Trata-se da clássica expansão da fronteira agrícola na região impulsionada por pequenos produtores familiares em busca de sobrevivência. (GUANZIROLI 2009, p. 143.)

Entretanto, a região Norte vem expandindo a área da agricultura familiar e tornando-a a base fundamental do seu PIB (Produto Interno Bruto).

Na região Sudeste é onde a agricultura familiar tem menor importância, devido à expansão da industrialização. No entanto, não podemos ignorar a importância e dinamismo que a agricultura familiar tem na região.

Em todo caso, é possível apontar que também no Sudeste a dinâmica da agricultura familiar está intimamente ligada ao movimento da agricultura patronal, seja a cultura do café, algodão, cana de açúcar ou fazendas de gado

em Minas. Ao contrário do que ocorreu no Sul, onde a agricultura familiar constituiu um segmento próprio, autônomo, na maioria dos estados da região Sudeste os produtores familiares estão nos interstícios da grande propriedade, sujeitos aos movimentos de expansão e crise que vem afetando as principais atividades exploradas pela agricultura patronal. (GUANZIROLI, 2009, pág.157).

Algumas diferenças no modelo do desenvolvimento da agricultura familiar no Sudeste em relação às outras regiões, de acordo com op.cit (2009), estão relacionadas aos produtores, onde alguns tem um nível de renda relativamente elevado, outros são capitalizados e tem poucos problemas de capital de giro ou de capacidade de investimento; estes são prudentes e realizam investimento progressivamente e em pequenas áreas, em geral sem financiamentos bancários. Essa forma de investimento talvez seja a maior adversidade existente comparada à produção da agricultura familiar entre as regiões Sul e Sudeste, pois na região Sul, apesar dos grandes investimentos no segmento, ela é subsidiada na maioria das vezes e muitos dos produtores tem acesso às políticas públicas.

Guanzirolli (2009) afirma que os produtores familiares capitalizados da região sul exploram sistemas relativamente complexos e utilizam de forma intensiva os recursos terra, trabalho e capital e movimentam volumes significativos de capital de giro.

A análise do Censo Agropecuário Brasileiro de 2006 permite afirmar que houve um crescimento da participação da agricultura familiar no total dos estabelecimentos brasileiros e em todas as regiões, exceto a Sul. Também foi possível detectar pequenas diferenças entre a distribuição dos estabelecimentos familiares entre as regiões do país, tanto em termos do número de unidades quanto da área total ocupada por eles.

No entanto, a existência de várias modalidades de agricultura familiar é também consequência das diferentes intervenções do Estado e das políticas de créditos. Wanderley (1995, pág. 57) ressalta que “há no Brasil modelos diversos de agricultura familiar, que se distinguem pelas oportunidades oferecidas aos agricultores e pela própria atuação diferenciada do Estado em cada região”.

Na análise de Mattei (2002), em menos de dez anos o Pronaf se transformou em uma alternativa concreta para diversos segmentos da agricultura familiar brasileira. A evolução do programa nas últimas safras agrícolas esteve fortemente atrelada à disponibilidade de crédito em suas diferentes modalidades, que passaram a ser o carro-chefe dessa política de teor agrícola. Nessa curta trajetória do Programa foram promovidas diversas mudanças institucionais que ampliaram a capilaridade dessa política pública, tanto nacional como regional, verificando-se um aumento dos contratos efetuados, do volume de recursos

utilizados e das principais categorias de agricultores beneficiados. Esse processo certamente teve efeitos bastante positivos sobre o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, particularmente no que diz respeito à participação do setor na geração de indicadores socioeconômicos do meio rural do País.

O Censo Agropecuário Brasileiro, do ano de 2006, revela os dados constantes na Tabela 01, onde é possível verificar as relações entre as produções da Agricultura Familiar e da Agricultura Não Familiar.

Os dados da Tabela 01 a seguir mostram a importância da Agricultura Familiar na composição da produção agrícola brasileira, mas, revelam também que, embora o número de estabelecimentos ocupados com a Agricultura Familiar represente cinco vezes mais que aqueles voltados à produção em grande escala, a área total ocupada pela Agricultura Familiar é de apenas 24,3%, bem como o Valor Bruto da Produção da Agricultura Não Familiar é de 89 bilhões de Reais, ou seja, um valor bem superior àquele resultante da Agricultura Familiar.

Estes dados são explicados em decorrência das características da Agricultura Familiar, cujo objetivo não é o atendimento às leis de mercado. É possível ainda identificar na Tabela 1, que as pessoas ocupado na atividade da Agricultura Familiar é aproximadamente três vezes superior ao número de pessoas ocupadas pela Agricultura Não Familiar. A partir da análise dos dados acima é pertinente afirmar que o Estado precisa aumentar a intervenção estrutural, visando benefícios universais e atendendo os interesses gerais da sociedade.

Tabela 1 – Dados da Agricultura Familiar e Não Familiar no Brasil – 2006

Total de Estabelecimentos		Área Destinada à Agricultura Total (%)		Valor Bruto da Produção em Bilhões de Reais (R\$)		Total de Pessoal Ocupado na Agricultura (em milhões de pessoas)	
Agricultura Familiar	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Agricultura Não Familiar
4.367.902	807.587	24,3	75,7	54	89	12,3	4,2

Fonte: Censo Agropecuário 2006
Organização da autora

1.5 A AGRICULTURA FAMILIAR EM SERGIPE

Em Sergipe, as condições da agricultura familiar não é muito diferente da maioria dos casos encontrados no Nordeste, onde se encontra a concentração fundiária e a falta de acesso a créditos. Sendo assim, é comum encontrar pequenos estabelecimentos, má distribuição de terras e, conseqüentemente, lutas e pressões resultando na consolidação de movimentos como, por exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de norte a sul do estado, em busca de acesso à terra e melhores condições de vida.

Em Sergipe, como no Brasil, há uma concentração de terra nas mãos de poucos e um grande número de pequenos agricultores com áreas reduzidas dimensões, havendo, portanto, uma má distribuição da terra no espaço rural. Essa alta concentração tem sido responsável por inúmeros conflitos na luta pela posse da terra, resultando em vários assentamentos rurais que têm minimizado as carências dos trabalhadores. (FRANÇA, et. Al, 2007, pág. 154,155)

Diante de uma realidade na qual o urbano tem se revelado, sobretudo para os jovens, como uma alternativa para uma carreira promissora e, contudo, com a diminuição do mercado de trabalho e a desvalorização da mão de obra destes jovens no campo, além da diminuição nos rendimentos familiares, é comum a migração e o surgimento de atividades não agrícolas no ambiente rural. Apesar da melhoria no padrão de vida baseado no acesso aos programas voltados para o meio rural na última década, e do aumento nas pesquisas sobre a realidade rural no estado, existe a dificuldade de trabalhos que compartilhem um diagnóstico geral sobre a realidade da agricultura familiar em Sergipe.

Estudos e pesquisas sobre as atividades não agrícolas e sobre a pluriatividade na agricultura do estado são incipientes e incompletos, no sentido de permitir que se tenha um panorama mais amplo da presença e do significado dessas atividades no meio rural, e particularmente, no setor da agricultura familiar de Sergipe. Quando não são tratadas tangencialmente, dado o objetivo dos estudos não terem como foco essa questão, os trabalhos sobre o assunto retratam casos particulares, referentes a municípios ou regiões específicas. (S/R apud LOPES 2009.pág,114)

De uma maneira geral, e pelo que foi possível observar a partir do trabalho de campo (2015), o padrão de vida dos pequenos proprietários não difere muito entre os municípios. Apesar da melhoria no acesso à educação, ainda são encontrados altos índices de

analfabetismo ou pessoas com um baixo nível de escolaridade; a maioria das pessoas vive em habitações de alvenaria e de padrão razoável, no entanto, ainda persistem casos na qual há moradias sem acesso ao saneamento, com paredes de barro e piso de cimento, ou seja, ainda há casos de moradias precárias apesar do crescente investimento para a redução da pobreza e aumento da qualidade de vida, ao contrário dos donos de grandes estabelecimentos que possuem moradias de alvenaria e confortáveis.

Devido às baixas condições sócio econômicas e baixo índice de acesso ao ensino, a tarefa dos filhos, na maioria das vezes, ainda é ajudar os pais no trabalho rural e em casa, para auxiliar no sustento da família. Poucos são os jovens que ingressam na carreira estudantil e prosseguem, pois, além das dificuldades quanto à distância da escola, que geralmente fica na cidade, existe também a necessidade de continuar o ensino superior em um centro regional ou na capital. Isso requer um custeio que, para muitos pais da região rural, ainda seria muito dispendioso, apesar da expansão de programas do governo federal para auxílio desses jovens, na última década.

Para muitos desses jovens, a única alternativa é terminar o ensino médio na cidade, retornar ao campo para ajudar a família e encontrar emprego em outras atividades como pedreiros, marchantes, marceneiros, para os homens e, para as mulheres, principalmente o trabalho doméstico. Alguns conseguem, com muito sacrifício, unir o útil ao agradável: trabalham durante o dia e, no período da noite, custeiam o estudo técnico ou superior com o dinheiro do próprio trabalho.

Quanto aos filhos dos médios ou grandes produtores, em sua maioria dão prosseguimento aos estudos, uma vez que existe uma maior facilidade para o seu custeio e tornam-se, quase sempre, comerciantes ou servidores públicos; poucos são os que se formam e retornam para as atividades rurais.

O trabalho familiar é predominante em todo o estado nos pequenos estabelecimentos com as atividades de subsistência, já nos médios e grandes é predominante a atividade da pecuária, uma tarefa que exige pouca mão de obra e que vem crescendo no estado. Em relação às oportunidades de emprego, o que existe em maior quantidade é o trabalho temporário em oposição ao trabalho permanente. Isso ocorre, principalmente, pela expansão da pecuária e da fuga do cumprimento da legislação trabalhista por parte do empregador.

Dessa forma, para aumentar a produção e diminuir os custos é feita uma parceria onde a relação de trabalho e o pagamento da produção ocorre por meio da meação, terço ou quarta parte, ou a empreitada muito comum na época do plantio e colheita, onde existe a maior

necessidade. Segundo Lamarche (1993) é entre as menores explorações que a combinação dos modos de exploração é mais intensa. Essa estratégia, portanto, constitui o último recurso diante da falta de terras; quanto maior o porte da exploração aumenta, mais o modo associado de exploração torna-se raro. Não se pode deixar de admitir que este modo de exploração é, para os “pequenos”, uma estratégia preciosa.

Apesar de algumas mudanças nas últimas décadas em favor dos pequenos produtores inserindo-os dentro de prioridades e programas específicos, observa-se que grande parte dos pequenos estabelecimentos sergipanos está voltada para a agricultura de subsistência e que o tamanho da propriedade não é suficiente para gerar e aumentar a renda. Em decorrência disso, surge a necessidade de os pequenos produtores venderem a força de trabalho por medíocres salários, muitos sem acesso aos direitos trabalhistas e/ou carteiras assinadas.

Mesmo com situações adversas, o agricultor familiar exerce uma função importante na sociedade brasileira, o de garantir o abastecimento alimentar nas mesas dos brasileiros; por isso a importância do Estado em procurar assistência técnica para melhorias produtivas e, conseqüentemente, melhores condições de renda e acesso aos mercados. Os agricultores familiares são os mais fragilizados em relação às demandas dos mercados consumidores. De acordo com esse núcleo de pensamento (SCHNEIDER, 2003, pág.114) afirma que:

[...] em certos casos as unidades familiares estão submetidas a determinados condicionantes externos como, por exemplo, o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos, entre outros), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho de seus membros permite que determinadas decisões se tornem possíveis.

Nesse sentido alguns projetos são desenvolvidos buscando diminuir essas disparidades e dando possibilidades de melhorias aos agricultores familiares. No estado de Sergipe, por meio da ação governamental, foram criados alguns Projetos de Irrigação que, apesar da atual fragilidade, são de grande relevância para o desenvolvimento da agricultura familiar e melhoria das condições de trabalho. Esses projetos foram classificados por DINIZ (1996) como áreas de exceção. Os projetos desenvolvidos foram o Jacarecica e Ribeira localizados na cidade de Itabaiana, Piauí em Lagarto, Jabiberibe em Tobias Barreto, o Califórnia em Canindé de São Francisco e os Projetos de Irrigação no Baixo São Francisco. Apoiados pela Cooperativa de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

Com a implantação desses projetos foi possível inserir melhorias para a qualidade de vida dos agricultores. Lopes e Mota (1997, pág. 163) abordam que, apesar de tudo, é patente a

significativa melhoria das condições de vida e de renda dos produtores familiares de Jacarecica e Ribeira, como provam não apenas a renda por eles obtidas, mas também nas condições sociais-saneamento, energia elétrica e qualidade das habitações

Apesar de grande parte dos produtores familiares em Sergipe não estarem integrados ao mercado, observa-se a importância desses produtores. DINIZ (1996) aborda que, em 1985, esse segmento apresentava considerável participação de elementos agrícolas de destaque no Estado.

Em Sergipe, é possível observar uma elevada produção familiar voltada para os cultivos tradicionais como mandioca, feijão, fumo, arroz, laranja, dentre outros. Dessa produção, uma parte é utilizada para o consumo familiar e a parte excedente é vendida para arrecadação da renda complementar. No entanto, o aumento da produção nos pequenos estabelecimentos sergipanos esbarra-se na fragilização ocasionada pela baixa modernização, pequeno acesso aos créditos e pelo uso inadequado do solo. Esses são alguns empecilhos diários vividos pelos agricultores familiares sergipanos. Sem o apoio do Estado dificilmente esses agricultores conseguirão melhorias adequadas para uma integração maior ao mercado.

CAPÍTULO II – CONHECENDO OS MUNICÍPIOS DE ESTUDO: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS

2 CONHECENDO OS MUNICÍPIOS DE ESTUDO: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS

O objetivo deste capítulo é definir as concepções de espaço geográfico e território, adotadas no trabalho. Esclarecer essas definições permite que as exposições sejam mais nítidas quando se utilizam esses dois conceitos, pois, ambos são importantes para auxiliar na elucidação à proposta da questão agrária brasileira, especificamente a agricultura familiar.

Um outro conceito explorado é a taxonomia, ramo da ciência que engloba descrição, identificação e classificação. A classificação engloba conhecer como o sistema se organiza, nesse caso as unidades de produção. A classificação das unidades de produção familiar visa identificar o nível das propriedades familiares, se é viável, capitalizada ou descapitalizada, quanto ao tamanho da área, uso da mecanização, insumos, os tipos de atividades, a renda e o consumo de tecnologia.

Esse capítulo também retrata uma análise dos principais aspectos dos municípios escolhidos para o desenvolvimento do estudo que foram Japaratuba e Moita Bonita-SE. Em relação aos aspectos aqui discutidos estarão a estrutura fundiária, a caracterização dos estabelecimentos familiares, os setores de atividade econômica e o uso do solo.

No que se refere à escolha das áreas para estudo, serão abordadas duas realidades distintas: o município de Japaratuba localizado na região do Vale do Cotinguiba, região tradicionalmente canavieira e de tradição latifundiária, situado no norte do Estado de Sergipe, apresentando um clima úmido e o município de Moita Bonita, localizado no agreste Sergipano, região que apresenta um maior número de pequenos estabelecimentos familiares menores que 10 ha, com ambiente climático inserido parcialmente no polígono das secas

2.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO E TERRITÓRIO: CONCEITOS-CHAVE PARA A GEOGRAFIA

As concepções aqui apresentadas contribuirão para a estruturação teórica e as análises da pesquisa. O espaço geográfico, no seu conceito amplo, é necessário para a interpretação de outros conceitos. O território é uma das concepções que auxiliam na análise do espaço

geográfico, sendo também amplo e diverso. Por isso, esse estudo considera que os conceitos de espaço e território são indissociáveis na interpretação geográfica.

A finalidade dessa seção é contextualizar e definir as formas e processos como o território é utilizado no estudo, diante da diversidade de usos do conceito, tendo como princípio que para a análise geográfica é essencial entender os conceitos de espaço geográfico e território como indissociáveis, pois o território é formado a partir do espaço. A análise geográfica através do conceito de território pressupõe analisar o espaço a partir de relações de poder. A abordagem territorial na última década traz à tona questões importantes que estão relacionadas à discussão da cidadania, do poder, de políticas públicas, da centralidade do poder e da descentralização do poder.

Para diversos autores da Geografia a exemplo de Haesbaert (2004), Souza (2000), Raffestin (1993) que se dedicam ao estudo sobre o conceito de território, é recorrente nos trabalhos a análise etimológica e as raízes filosóficas. É consensual que o território é indissociável da noção de poder e é limitante concebê-lo unicamente como os limites político-administrativos dos países. O território deve ser estudado tomando como referência o espaço, pois ele é formado a partir do espaço geográfico, daí a indissociabilidade entre os dois. Cada autor apresenta uma visão particular de território, sendo ela influenciada pela realidade estudada, por seus objetivos e por sua concepção de espaço.

Os conceitos de espaço geográfico e território, aqui definidos, foram utilizados na pesquisa como direcionadores de análises. Do conceito de espaço geográfico tem-se como referência a necessidade de considerar sistemas de ações de forma intrínseca, em um processo contínuo pelo qual a sociedade transforma a natureza, construindo e reconstruindo o espaço através do seu trabalho. Esta percepção leva a pensar na interação entre as forças criadoras: os sujeitos sociais que, por meio de suas estratégias, influenciam a produção do espaço. Daí surge o território, resultado da inserção do poder no espaço. Sendo assim, observa-se que espaço geográfico e território são fundamentais para a proposta da análise do desenvolvimento da agricultura familiar, em ambos os casos o que está em questão é o espaço e o poder.

2.2 CONCEPÇÕES SOBRE O ESPAÇO

Espaço Geográfico e Território são conceitos complementares e interdependentes. Portanto, para entender o território, é necessário compreender o conceito de espaço e a relação espaço-tempo. Dessa forma, por uma questão metodológica, nesse estudo analisamos inicialmente o espaço e em seguida o território.

Para Alcantara et al (2014) o espaço como principal categoria de estudo da geografia permite o diálogo com outras ciências. A geografia compreende o espaço como um fato dinâmico, numa análise sob diferentes pontos de vista.

As concepções apresentadas nesta seção contribuirão para a estruturação teórica e para as análises desse estudo. O conceito amplo de espaço é necessário na análise de outros conceitos a exemplo de território. Este também é amplo e diverso e, em alguns casos, muito semelhante ao conceito de espaço geográfico.

O espaço é o objeto da geografia. O conhecimento da natureza e das leis do movimento da formação econômico-social por intermédio do espaço é o seu objetivo. O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia. É a categoria por intermédio da qual se pode dialogar com os demais cientistas que buscam compreender o movimento do todo da formação econômico-social, cada qual a partir de sua referência analítica. (MOREIRA, 2007, pág.63).

Nesse sentido, o processo de construção do espaço geográfico é econômico, político e cultural. O mesmo acontece com o território, como produto da ação de apropriação e produção de um espaço, inserindo-se num campo de poder qualquer, de relações sociais.

Onde o homem estiver, há relação, e assim poder, e, a partir da apropriação e produção do espaço, conseqüentemente, há território. “A apropriação e produção do espaço geográfico, cotidianamente, estão na base do arranjo territorial. Território e espaço estão ligados, entrelaçados, pois o primeiro é fruto da dinâmica socioespacial” (SAQUET, 2005, pág. 49). Espaço e território são constantemente modificados pelas relações que o homem estabelece no seu cotidiano e, assim, expressam diferentes temporalidades.

Na intenção de qualificar a compreensão de espaço sob a perspectiva geográfica, “como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2009, pág. 21). Surge a partir da intencionalidade social por meio da qual o homem se apropria do espaço natural transformando-o, através do trabalho, em espaço geográfico, portanto, é resultado e condição da dinamicidade de relações que os homens estabelecem cotidianamente entre si, com a natureza ou consigo mesmo.

Essas relações mostram, ainda, contradições e desigualdades sociais. Por estarem juntos, os sistemas de objetos e ações se dão de modo associado e estão “reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes)” (SANTOS, 2009, pág. 77-78).

Ainda de acordo com Santos (2009) a ação é própria do homem e sempre se dará sobre o meio. Resulta de suas necessidades materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas; próprias ou criadas. Os sistemas de objetos, sua utilidade atual, passada ou futura é dada pelas relações sociais, do relacionamento do homem com o seu entorno. Tem papel simbólico, mas também funcional.

O espaço geográfico é produzido social e historicamente. É diariamente reproduzido através do trabalho e demais atividades do homem, revelando, ainda, as contradições e desigualdades sociais. Para CASTRO et all (2003 pág. 26) “o espaço é concebido como Local da Reprodução das relações sociais de produção isto é, reprodução da sociedade”. As mudanças ocorrem de maneira dialética; não é algo aleatório, mas sim, fruto de intencionalidades sociais, construído de acordo com a evolução histórica e também da ciência e técnicas presentes no território.

O Espaço é, assim, um híbrido entre o meio natural e a técnica, com múltiplas relações que se caracterizam através dos objetos (formas) e ações (conteúdos) pelo transcorrer do tempo (SANTOS, 2009). Corrêa (2003) apresenta, ainda, outras determinações para o espaço, sendo caracterizado pelos mecanismos de ação econômicos, em que a variável mais importante é a distância, relegando as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações.

A concepção de espaço geográfico se refere à dinâmica e funcionalidade de determinado local somado a processos mais amplos proporcionados pelas ações em diferentes níveis escalares. O espaço é, então, através do resultado do trabalho e das redes de circulação e comunicação, local e global ao mesmo tempo. Ele possui um presente que passa muito rápido e um devir que, além de ser começo é também sequência, é sucessão e, portanto, movimento.

Nesse sentido LEFEBVRE, apud CASTRO et all pág. 26 afirma:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos,

o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção.

Em conformidade com o pensamento de Santos (2012), entende-se que o território se forma a partir de uma relação espaço/tempo e ao se apropriar de um espaço, em determinado tempo, a sociedade o territorializa. A utilização do território pelo homem cria o espaço, projetado pelo trabalho. Ainda de acordo com Santos 2012 pág .78 “o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.”.

As colocações dos autores conduzem a uma percepção de que o espaço é produto do processo histórico e social. O que muda e/ou permanece, para cada período e/ou momento e lugar, é o arranjo social, espacial e territorial (SAQUET, 2006). Sendo assim, cada objeto e sujeito tem um tempo (passado, presente e futuro) que coexiste no espaço e no território.

2.3 TERRITÓRIO: UM ESPAÇO SEMPRE EM CONSTRUÇÃO

O conceito de território tem sido discutido e desenvolvido por meio de diferentes abordagens, onde cada autor vai definir sua linha de pesquisa de acordo com seus métodos e concepções de interpretação da realidade. Observa-se uma vasta discussão sobre o conceito de território, isto, à discussão onde o leitor pode se ver dentro das relações de poder que formam o território como uma parte da realidade da vida.

É importante ressaltar que os conceitos dentro da geografia são de suma importância e seus papéis empíricos devem também ser ressaltados, pois é neste processo que se percebe o sentido da discussão, o poder de ação, que pode ser aplicado como um instrumento de leitura da realidade. Vários autores da Geografia debatem sobre o conceito de território, no entanto é consensual que o território é indissociável da noção de poder e que não é possível concebê-lo apenas como conceito dos limites político-administrativos. Para estudar o território é necessário ter como referência o espaço, pois ele é formado a partir do espaço geográfico, por isso a inseparabilidade entre os dois. Cada autor expressa uma visão de território, sendo ela motivada pela realidade do estudo, por seus objetivos e por sua concepção de espaço.

De acordo com Raffestin (1993) o território desde o início constituiu-se como sinônimo de poder, tem origem etimologicamente da palavra *territorium*- terra ou de *territor-terrio* (terror, aterrorizar), este tem a denominação de terra como domínio e também de terror.

Desta forma terror aos que são impedidos de entrar, já aos que tem o privilégio de apropriar-se cria uma efetiva identificação.

Ainda de acordo com Raffestin (1993) o processo de apropriação do espaço seguindo os objetivos de territorialização, tem se modificado ao longo da história onde passa de território zonal perdendo sua característica de controle de áreas para um território de controle de rede. Sendo assim, esse processo constitui-se principalmente em três momentos: nas sociedades tradicionais, reflete um território voltado para os recursos e símbolos culturais, se voltarmos um pouco à história podemos observar que até meados do século XIX na sociedade moderna predominava a individualização do espaço, mais que um grupo, no entanto de forma paralela à construção da identidade, já na sociedade pós moderna a mobilidade é imprescindível para a construção do território.

Souza (2000), ao analisar o território, destaca que este nada mais é do que um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder e surge na geografia política como espaço concreto em si que é apropriado e ocupado por um grupo social, tendo como cenário gerador de raízes e identidade. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação, é abordado como uma alternativa de desenvolvimento, propondo o conceito de território autônomo como processo de auto instituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade, onde as pessoas tem a liberdade de manifestar suas escolhas e potencialidades, gerando um espaço socialmente equitativo, devendo ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções. Para o autor:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade (SOUZA, 2001, pág. 106).

Ainda sobre a discussão de Território que vem sendo discutido atualmente pode ser observado a partir da leitura de Haesbaert. Segundo o autor:

Um “território” no sentido etológico é entendido como o ambiente (environment) de um grupo [...] que não pode por si mesmo ser objetivamente localizado, mas que é constituído por padrões de interação através dos quais o grupo ou bando assegura uma certa estabilidade e localização. Exatamente do mesmo modo o ambiente de uma única pessoa seu ambiente social, seu espaço pessoal de vida ou seus hábitos) pode ser visto como um “território”, no sentido psicológico, no qual a pessoa age ou qual recorre. (Op.cit,2010, pág. 38).

Na análise de Santos (2000) o território se distingue como recurso: para os atores hegemônicos, ou seja, os privilegiados, é utilizado como uso funcional e mercantil, enquanto para os hegemonzados como abrigo e valorizando-o como garantia de sobrevivência.

Vale enfatizar nesta distinção ao que se refere aos hegemonzados, este território adquire igual valor tanto ao uso como recurso quanto à sua identidade. Segundo Haesbaert (2004, pág. 4) dado um sentido mais amplo, afirma que o território neste caso “não diz respeito apenas à função, ao ter, mas ao ser”.

Com isso podemos chamar o modo como às pessoas utilizam a terra de Territorialidade, este inclui além de uma dimensão política, também relações econômicas e sociais, sendo esse processo o modo com as pessoas se organizam no espaço, dando significado ao lugar. (Op.cit, 2004 pág. 10).

Nessa lógica não cabe ver o território como um instrumento de alienação, mas como um espaço que estimule cada vez mais a diversidade e as igualdades sociais eliminando, desta forma, a visão dicotômica entre espaço e tempo, sociedade e natureza, material e simbólico, entre outros. Mas, buscando fazer uma relação destes com a importância da existência do homem frente à formação dos territórios.

“Ao passo que não há desterritorialização, também não há desespacialização, pois se assim afirmássemos estaria ao mesmo tempo negando a existência do próprio espaço”. (HAESBAERT, 2009, pág. 364). Espaço, esse, em que se desenvolvem os processos de territorialização e desterritorialização, à medida que consiste em uma condição múltipla e não existiria dissociado.

Diante de uma análise apresentada por Haesbaert de pensar além da dualidade da desterritorialização, surge também a importância de fazer uma relação da dinâmica da natureza com relação às questões ambientais unindo a visão antropocêntrica neste discurso, excluindo a relação sociedade natureza, visando apenas o humano. A partir desta perspectiva emerge a necessidade de criar um paralelo às discussões da multiterritorialidade incluindo a diversas formas de organização espacial desenvolvidas pelo homem conjuntamente ao desenvolvimento de práticas favoráveis, não só ao homem, mas ao meio em que vive e a uma sociedade que vive em exclusão ou reclusão espacial.

As questões ambientais ganham notoriedade juntamente às questões culturais que predominam principalmente nas populações tradicionais, em que desenvolvem atividades dentro das possibilidades a elas pré-existente.

Nessa linha, a questão do território aplica-se a diversas realidades espaciais e a questão rural insere com vigor, face às relações assimétricas dos atores sociais que organizam e produzem o “território rural”. O território da agricultura familiar e o território do agronegócio operam dentro de dimensões diferentes, com resultados bem distintos.

O objetivo proposto neste trabalho de compreender a taxonomia das unidades de produção familiar tem na questão territorial sua grande importância na medida em que produz elementos muitas vezes contraditórios e que, na perspectiva da renda, a atividade da agricultura perde importância em sua formação.

A esta proposta cabe, também, relacionar o social ao ambiental, à medida que as dinâmicas da natureza aqui representada nas questões ambientais emergem como um meio de análise de como a inserção da tecnologia irá contribuir como uma forma de melhorar a produção e renda nos pequenos estabelecimentos, à medida que passa a ser uma alternativa de uma organização espacial para os agricultores de menor porte econômico.

Neste sentido de reorganizar o espaço nesse caso as unidades familiares de produção, será realizado uma classificação a partir das particularidades dessas em relação ao funcionamento, produção e capitalização buscando compreender suas especificidades.

2.4 CLASSIFICAR UMA NECESSIDADE PARA IDENTIFICAR

De acordo com Stace (1992), classificar objetos é uma prerrogativa humana baseada na capacidade da mente de contextualizar e reconhecer a presença de propriedades similares em objetos individuais. Propriedades e classes são abstrações relacionadas entre si: quando uma propriedade é atribuída a um objeto, então o objeto torna-se membro de uma classe particular definida por aquela propriedade.

Dentro dessa ótica, classificar formas, estruturas e comportamentos é, então, uma capacidade que o ser humano realiza de forma geralmente involuntária, sem esforço. É comum, por exemplo, no cotidiano classificar e caracterizar diversos objetos e lugares a partir de aspectos particulares que são encontrados e observados; a partir daí se têm uma classificação de algo. Dessa forma, as classes caracterizam-se por um conjunto de particularidades, a presença dessas propriedades dá significados aos objetos das classes. Ao

atribuir uma característica específica a uma unidade significa que tem um táxon dado (uma característica) que é o reconhecimento da presença de um conjunto de propriedades.

O motivo de analisar as formas das unidades produtivas familiares se dá a partir dos questionamentos sobre o caráter familiar das unidades agrícolas, o funcionamento e a produção, em relação ao agricultor. O tamanho da propriedade e a inserção da tecnologia poderia anular o tamanho desta? Qual seria então o tamanho ideal de uma unidade agrícola para o desenvolvimento da agricultura familiar e obtenção da renda unicamente através dela? Identificar indica uma classe e, no objeto de estudo, essa classe se refere às propriedades familiares quando nelas se reconhecem particularidades que são capazes de constatar suas especificidades.

Classificar é essencial para perceber e agir na realidade. O principal objetivo da classificação das propriedades familiares é facilitar a diferenciação das especificidades das propriedades no espaço em estudo, nesse caso, os municípios de Japaratuba e Moita Bonita-SE.

2.5 CONCEITOS E OBJETIVOS DA TAXONOMIA

Num sentido estrito, a taxonomia engloba a descrição, designação e a classificação de algo. De acordo com Stace (1992), a taxonomia compreende três importantes atividades subsidiárias: a classificação, a atribuição de nomes e a identificação. Os taxonomistas servem-se de características para classificar e/ou identificar; essas características são os caracteres taxonômicos. Os critérios são utilizados para distinguir os táxons de outro semelhante.

A categoria taxonômica, também caracterizada por táxon, é qualquer grupo taxonômico de qualquer grau, criado de acordo com as regras de nomenclaturas para a classificação dos seres vivos. As categorias taxonômicas estão integradas a um sistema hierárquico de classificação, a hierarquia taxonômica proposta por Lineu, que é um sistema de ordenação em que os seres vivos são agrupados numa série ascendente.

Na geografia, o termo taxonomia foi utilizado inicialmente por Jurandyr Ross, ele utilizou esse termo para propor uma divisão do relevo brasileiro mais detalhado, isso permitiu um conhecimento maior sobre a formação deste. Ross aprofundou os estudos existentes sobre o critério morfoclimático adotado pela classificação de Aziz Ab'Saber, que então passou a

fazer parte de um conjunto de outros fatores: a estrutura geológica e a ação dos agentes externos do relevo. De acordo com Vesentini (2005), a classificação de Jurandyr Ross baseou-se em três maneiras diferentes para explicar as formas de relevo:

- Morfoestrutural: que leva em conta a estrutura geológica;
- Morfoclimática: considera o clima e o relevo;
- Morfoescultural: considera a ação de agentes externos;

E para cada um desses critérios ele criou um grupo para as diferentes formas de relevo ou três níveis que foram chamados de táxons e estão regidos por uma hierarquia.

1º táxon: Considera a forma de relevo que se destaca em determinada área- planalto, planície e depressão.

2º táxon: Leva em consideração a estrutura geológica onde os planaltos foram modelados – bacias sedimentares, núcleos cristalinos arqueados, cinturões orogenéticos e coberturas sedimentares sobre o embasamento cristalino.

3º táxon: Considera as unidades morfoesculturais, formada tanto por planícies como por planaltos e depressões, usando nomes locais e regionais.

A partir do conceito de taxonomia Ross identificou que o relevo de cada região depende de sua estrutura morfológica, fazendo uma nova classificação do relevo e uma abordagem atualizada da estrutura geológica brasileira.

Sobre esse assunto, trazendo a taxonomia para a agricultura foi estabelecida pela autora, uma classificação hierárquica para as unidades familiares a partir do seu grau de inserção tecnológica e interação com o mercado. Assim, o objeto de investigação são os agricultores familiares e não familiares. Os táxons irão distinguir as propriedades e o seu grau de ascendência. Que são:

Táxon 1- Propriedade Tradicional

Táxon 2 - Propriedade em Prosperidade

Táxon 3 - Propriedade com Inserção Tecnológica

Propriedade Tradicional - Tem como principal função o plantio para subsistência da família; o plantio é feito sem nenhum recurso tecnológico, apenas com os instrumentos manuais: a enxada, a foice, o facão e técnicas tradicionais; não existe venda de produtos excedentes.

Propriedade em Prosperidade - O plantio é realizado para suprir as necessidades da família e o excedente é comercializado; tem acesso ao uso de maquinários e recursos tecnológicos, objetivando o lucro com a comercialização dos produtos.

Propriedade com Inserção Tecnológica - O plantio é feito com o objetivo principal do lucro, há o uso de insumos agrícolas, maquinários, tecnologias e de mão de obra assalariada. É uma propriedade que visa a agricultura comercial.

Os termos ‘tradicional’, ‘prosperidade’ e ‘com inserção tecnológica’ exprimem a interpretação do processo de evolução da agricultura familiar nos municípios de Japaratuba e Moita Bonita a partir da pesquisa de campo (2015) e da aplicação dos questionários. A taxonomia remete a classificação, mas também a representação espacial dos táxons como estratégia para intervenção das políticas públicas para o meio rural. Nesse sentido PRANCE 1986 pág. 92 considera que

La taxonomia, certamente há interacionado com la agricultura de muchas maneras a través de los años. Aunque há existido una separación artificial que há sido detrimental a ambos os campos. Los investigadores básicos vierten si contenido em aquillos que se limitam por dedicar-se a la investigacion aplicada.

Esta colocação do autor reforça a importância de um estudo aplicado da agricultura e suas inter-relações, que podem corroborar para melhoria das condições de vida a partir de uma correta identificação de classe dos agricultores familiares, aproximando-os das oportunidades e políticas públicas dispostas.

Para o desenvolvimento do estudo foram escolhidos os municípios de Japaratuba e Moita Bonita no estado de Sergipe, regiões distintas, com características ambientais, históricas econômicas diferentes.

2.6 JAPARATUBA: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Japaratuba é um município localizado no Vale do Cotinguiba que, de acordo com Santos (1998), é uma região bem individualizada, berço da oligarquia sergipana; é uma tradicional zona canavieira, na zona Norte do estado. O município de Japaratuba situa-se a 54 quilômetros da capital, Aracaju. Seus limites são, ao norte, o município de Muribeca, ao sul o

município de Carmópolis, ao leste o município Japoatã e a oeste o município de Capela. De acordo com LOPES ET ALL (2014,pág, 176):

Apresenta condições similares à encontrada no extremo sul do estado, sendo, portanto uma região deprimida, com uma pecuária pouco intensiva e com uma lavoura em precárias condições. A lavoura canavieira existente na área não é suficiente para alterar as suas condições econômicas.

Desde sua formação, estabeleceram-se engenhos em volta do município, o que explica o grande fluxo de escravos recebidos naquela época, a sua tradicional agricultura monocultora da cana de açúcar e as concentrações de terras.

Na cidade de Japaratuba do início do século XIX a principal atividade era o trabalho escravo nos engenhos, que se concentravam principalmente na zona açucareira, ou seja, região do Cotinguiba. Mesmo estando obrigados a trabalhar na monocultura canavieira, os escravos dedicavam-se a outras atividades, plantavam, carregavam produtos, produziam torrões de açúcar e, nas horas vagas, desenvolviam a agricultura de subsistência. A esse respeito, CABRAL 2007 pág. 10, afirma que:

Japaratuba tem uma história de riqueza açucareira conotada, de um lado, pela presença de proprietários enobrecidos pelo Império, e, do outro lado, pela quantidade de negros e de escravos que suplantava, por quase todo o século XIX, a população branca e livre. Em torno dos engenhos e das fazendas de gado, os negros escravos cumpriam uma vasta lúdica, apoiados pela devoção mantida pelas igrejas e capelas.

A monocultura da cana de açúcar teve boa produtividade devido a alguns fatores destacando-se o clima e o solo. Japaratuba é formada na unidade de relevo da planície litorânea, caracterizado por formas planas e baixas a exemplo das restingas; seu clima é o subúmido que, de acordo com Santos (1998), tem chuvas bem distribuídas durante todo ano, concentrando-se de abril a agosto, havendo somente de um a três meses secos, onde os efeitos da secas são pouco observados por se tratar de uma região de rios perenes e chuvas frequentes.

Japaratuba também é o nome de uma bacia hidrográfica totalmente sergipana. De acordo com França et all (2007) a bacia do rio Japaratuba ocupa área de drenagem de 1.856,64 Km², correspondente a 8,42% da superfície do Estado.

A bacia tem esse nome, pois o rio Japaratuba tem a drenagem principal. Sua nascente está localizada na Serra da Boa Vista, no município de Graccho Cardoso, e deságua no

Oceano Atlântico, no município de Parambu. Seus principais afluentes são os rios Siriri e Japaratuba Mirim. Outro detalhe importante relativo à abrangência da bacia, e que é bem ressaltado por FRANÇA ET ALL 2007, pág. 91, é que:

Essa bacia abrange, em parte ou no todo, dezesseis municípios sergipanos – Graccho Cardoso, Feira Nova, Aquidabã, Cumbe, Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japaratuba, Maruim, Muribeca, Nossa Senhora das Dores, Pirambu, Rosário do Catete, Santo Amaro das Brotas, Siriri e Barra dos Coqueiros.”

As principais atividades relacionadas nos municípios que compõem a bacia são a exploração mineral do petróleo e gás natural, sal gema, potássio, calcário, magnésio, turfa e areia, a expansão da irrigação da cultura da cana de açúcar, do coco, milho e mandioca, turismo e lazer, a pesca, abastecimento humano e animal. Contudo, o uso contínuo das águas sem o manejo necessário vem degradando a bacia do rio Japaratuba, que apresenta processos de degradação avançados em alguns locais, resultado do aumento das atividades agropecuárias, da extração mineral e despejos industriais sem o controle devido. Dessa forma, esses problemas exigem ações voltadas para a preservação e conservação do ambiente.

Dos vários afluentes dessa bacia, dentre eles os rios Cajueiro e Japaratuba Mirim, este se encontra muito degradado devido à expansão desordenada da monocultura da cana de açúcar, como pode ser observado na figura abaixo, essa monocultura a cada ano se expande em direção às margens férteis dos rios, não respeitando os limites previstos em lei pelo novo código florestal, assim como outras leis que disciplinam a ocupação e uso do solo. A presença da cultura da cana de açúcar no município tem prejudicado a agricultura familiar, a policultura e a apicultura com a diminuição das áreas verdes e morte dos enxames devido ao uso indiscriminado dos agrotóxicos.

A bacia do rio Japaratuba é de grande importância estratégica para o estado de Sergipe, pois abriga o campo de Carmópolis, o maior campo petrolífero terrestre do Brasil e que nos últimos anos tem se destacado na produção. Sua rentabilidade econômica é de suma importância para o desenvolvimento de ações nas áreas sociais, na saúde e educação promovendo melhores condições de vida para a população Japaraturubense.

Contudo, com os avanços da exploração do petróleo e gás natural e da monocultura da cana, o meio ambiente têm sido degradado, por isso é urgente práticas de ações voltadas para a sustentabilidade da bacia do rio Japaratuba.

Figura 02- Rio Japarutuba Mirim no município de Japarutuba SE degradado com suas margens dominadas pela cultura da cana de açúcar.



Fonte: Trabalho de Campo 2015

Em relação ao solo, Japarutuba situa-se na região de abrangência do massapê, solo derivado da decomposição do calcário de coloração escura e fertilidade alta, não necessitando de muita adubação para o desenvolvimento das plantas.

Outro detalhe importante relativo ao solo massapê e que é bem ressaltado por SANTOS (1998, pág. 62) “a área de maior ocorrência é a região do Cotinguiba, onde floresceu e se desenvolve a cultura da cana de açúcar. O massapê constitui a melhor mancha de solo do estado, apresenta pH básico e é rico em nutrientes”.

Figura 03: Mancha de Solo Massapê no Município de Japarutuba SE



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

A alta fertilidade natural do solo compensa algumas limitações como o uso constante de fertilizantes. Talvez esse seja um dos motivos desse solo se manter com características de fertilidade apesar de ser utilizado há mais de trezentos anos em Sergipe, no entanto, através dos relatos obtidos no trabalho de campo (2015) já está sendo vista uma degradação proveniente do uso prolongado de insumos para a plantação da cana, assim como degradação de nascentes e mortes de rios.

Quanto à economia do município, é baseada na produção da cana de açúcar, que é beneficiada por usinas, pelas destilarias de álcool e seus derivados, pela cultura de subsistência e pelos royalties advindos da extração do petróleo e gás natural, sendo um dos municípios mais importantes na produção terrestre no estado de Sergipe.

França et al (2007) ressalta que entre os municípios que detêm a exploração de petróleo e gás natural destacam-se Japaratuba, Carmópolis, Divina Pastora, Rosário do Catete e Siriri.

Em relação à distribuição da população, de acordo com o censo demográfico do IBGE do ano de 2010, como pode ser observada na tabela a seguir, se encontra predominantemente na zona rural, que pode ser compreendida como uma região não urbanizada onde a maioria da população é destinada a atividades da agricultura e pecuária, extrativismo, turismo rural e silvicultura.

Na zona rural do município em estudo, destaca-se a produção para auto consumo, venda de excedentes e a monocultura da cana de açúcar. Em relação ao número de membros da unidade familiar a quantidade de pessoas que realizam trabalho na agricultura ainda é insuficiente, nesse caso um fator importante para melhoria do desempenho e aumento da produtividade é a inserção tecnológica.

Nesse sentido, a agricultura é, portanto, uma parte fundamental do setor econômico primário, e é uma base importante para o crescimento da economia das localidades. Na atualidade, milhões de pessoas se sustentam graças à agricultura, promovendo a segurança alimentar.

A zona rural brasileira tem o desenvolvimento como um grande desafio. Esse por se tratar de uma problemática dotada de um grande número de variáveis que se encontram estreitamente inter-relacionadas como a questão de gênero, êxodo rural, condições de vida e crescimento econômico e que, só alcançará a compreensão se considerados todos estes aspectos. E impulsionando a economia.

Tabela 2 - População urbana / rural e sexo município de Japaratuba

Unidade da Federação	Total	Total Urbana	Total Rural	Total Homens	Homens Urbano	Homens Rural	Total Mulheres	Mulheres Urbana	Mulheres Rural
Japaratuba	16.864	7.903	8.961	8.389	3.785	4.604	8.475	4.118	4.357
Sergipe	20.680.17	15.203.66	5.476.51	10.050.41	7.239.16	2.811.25	10.629.76	7.964.50	2.665.26

Fonte: IBGE, 2010.

Organização da autora

Em relação à distribuição da população por condição de atividade, observa-se na tabela abaixo que os setores da indústria extrativa mineral e administração pública tem maior expressividade, seguidos dos setores de serviços, comércio e agropecuária.

Tabela 3- Distribuição da População por Condição de Atividade Município de Japaratuba SE 2015.

IBGE Setor	Ano			
	2014	2013	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
1 - Extrativa mineral	994	1.151	-157	-13,64
2 - Indústria de transformação	12	11	1	9,09
3 - Serviços industriais de utilidade pública	3	4	-1	-25,00
4 - Construção Civil	1	6	-5	-83,33
5 – Comércio	103	108	-5	-4,63
6 – Serviços	138	109	29	26,61
7 - Administração Pública	1.409	1.504	-95	-6,32
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	104	102	2	1,96
Total	2.764	2.995	-231	-7,71

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2015) Dados RAIS.

Quanto à questão da empregabilidade ser maior no setor da indústria extrativo mineral, esse fato deve-se à chegada e instalação da Empresa de Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) no município de Carmópolis, onde houve uma grande concentração de empresas terceirizadas, sendo essas as responsáveis pelo aumento e acesso ao emprego registrado em Japaratuba. Essa mobilidade e estabilidade no emprego formal contribuiu para um crescimento urbano em Japaratuba expandindo-se os setores de comércio e serviços, tendo impacto efetivo no crescimento comercial e surgimento de infraestrutura. Corroborando com esse pensamento ARAÚJO, 1991 pág. 57 afirma que:

Em escala municipal, na década de 1970 os município de General Maynard, Japoatã, Japaratuba, Nossa Senhora das Dores e São Francisco apresentaram

maiores percentuais no setor primário. Em contrapartida, na década de 1980 houve um decréscimo na taxa de população ativa primária, em todos os municípios, o que se atribui ao crescimento ainda que inexpressivo dos setores secundário e terciário como absorvedores de mão de obra.

No setor da administração pública observa-se uma grande quantidade de pessoas atuando. Isso pode ser explicado pela acessibilidade e dedicação à educação e devido à relativa proximidade até a capital Aracaju, assim como, a administração pública municipal também serve como cabide de empregos. No tocante ao setor da agricultura, observa-se um razoável contingente de força de trabalho. Partindo desse pressuposto é possível afirmar que a mobilidade do trabalho entre Japarutuba e Carmópolis favoreceu a diminuição do trabalho rural, onde os jovens saem dos povoados circunvizinhos em busca de empregos formais. Contudo, a população urbana do município ainda não ultrapassou o contingente rural.

Quanto à indústria, não há registros de expressividade. No tocante à composição familiar, a partir da análise no trabalho de campo (2015), constatou-se que a família no geral é constituída em média de 4 a 5 pessoas, mostrando que ainda existe uma prole numerosa, necessária para a divisão do trabalho na família, visto que o município em estudo é de maioria da população rural.

2.7 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MOITA BONITA-SE

Os critérios adotados para a divisão da região Nordeste se dividem em quatro grandes Zonas fisiográficas: Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte. O município em estudo está inserido na região agreste, que é uma região de transição entre a Mata e o Sertão e onde às vezes, em seu espaço, podem ser encontradas manchas de outras regiões como da Mata e do sertão nas áreas mais secas.

No agreste, primitivamente cobertas pela Mata Atlântica e que hoje são classificadas como Agrestina, devido ao tipo de ocupação humana e de uso da terra do que as condições naturais. Em outras áreas de altitude elevadas e expostas aos ventos úmidos do sudeste, surgem os brejos que apresentam condições de umidades e pluviometria semelhantes às da Zona da Mata, com temperaturas amenas, fazendo com que se desenvolva uma organização do espaço baseadas na agricultura. Assim o que caracteriza o Agreste é a diversidade de paisagens que ele oferece em curtas distâncias, funcionando

quase como uma miniatura do Nordeste, com áreas secas e úmidas. (ANDRADE, 2011, pág. 43/44)

No estado de Sergipe, através de diversos estudos pode-se observar três regiões sob os aspectos fisiográficos e levando em consideração dados físicos e de ocupação do solo: o Litoral, com predominância dos coqueirais e canaviais associados ou não a pastagem nativa e artificial, o Sertão, com o domínio da pecuária extensiva e das secas prolongadas e a zona de transição denominada Agreste.

Segundo Andrade (1991), o agreste de Sergipe não é homogêneo, pois apresenta contrastes que permite dividi-lo em três zonas: a primeira, ao norte orientada para a pecuária bovina melhorada de leite e de corte; a segunda, na porção central, orientada para a pecuária e a policultura com cultivos de milho, feijão, mandioca, olerícolas, etc; a terceira, na parte sul, orientada para agricultura comercial, com predomínio do cultivo da laranja, maracujá, fumo, pecuária, etc.

O município de Moita Bonita está situado na zona central do agreste policultor, vinculado a Microrregião de Itabaiana e é voltado para a pecuária, cultivos de subsistência e da monocultura da batata doce. Seus limites são: ao norte, os municípios de Ribeirópolis e Nossa Senhora das Dores, ao sul e oeste, Itabaiana e ao leste Santa Rosa de Lima e Malhador.

De acordo com Andrade (1991), o município de Moita Bonita está parcialmente incluído na região do polígono das secas, com temperaturas médias anuais de 24°C e precipitação anual média de chuvas de 1000 mm, com período mais chuvoso de março a agosto (outono e inverno). O relevo é dominado por pediplanos com ocasionais colinas. A vegetação do município compreende capoeira, caatinga, campos limpos e campos sujos. O município está inserido na bacia hidrográfica do rio Sergipe. O rio Jacarecica é o principal rio da região.

Em conformidade com ANDRADE 1991, pág. 48

O município de Moita Bonita tem um clima quente tipo Mediterrâneo, (semi - árido brando) o que muito contribui para a produção de gêneros alimentícios básicos como o feijão, milho, batata doce e inhame, pois, embora os totais pluviométricos estejam situados em torno dos 900 mm anuais, eles se concentram justamente nos meses menos quente, o que reduz sensivelmente a perda de água por evaporação.

Economicamente, o referido município depende principalmente da agricultura familiar, especialmente da mandioca e batata doce, seguida de milho e feijão, da pecuária de bovinos, suínos e muares, além da criação de aves. Quanto à população de Moita Bonita como

pode ser observada na Tabela 4, esta se concentra principalmente na zona rural. Esse dado revela que o setor primário é de suma importância para o município.

Tabela 4- População urbana / rural e sexo município de Moita Bonita

Unidade da Federação	Total	Total Urbana	Total Rural	Homens Total	Homens Urbana	Homens Rural	Mulheres Total	Mulheres Urbana	Mulheres Rural
Moita Bonita	11.001	4.600	6.401	5.462	2.223	3.239	5.539	2.377	3.162
Sergipe	20.680.17	15.203.66	5.476.51	10.050.41	7.239.16	2.811.25	10.629.76	7.964.50	2.665.26

Fonte: IBGE 2010. Organização da autora

Quanto à distribuição da população por condição de atividade, constata-se que o setor de comércio e administração pública cresceu muito e tem taxas de expressividade. Sobre esse aspecto e baseado em relatos do trabalho de campo (2015) percebe-se que esses setores tem sido preferencialmente o destino dos jovens migrantes rurais.

Em relação à agricultura, observa-se uma pequena expressividade, fato que está relacionado diretamente às migrações: os jovens tem preferido dedicar-se aos estudos ou trabalhos não rurais. Aliado a isso, as melhorias no acesso à educação e as proximidades com a sede do município de Itabaiana considerada um centro regional tem feito com que os jovens venham optando por seguir carreira fora da agricultura, mesmo que em trabalhos sem registros de carteira assinada, ficando apenas os pais e as pessoas que não tiveram acesso a oportunidades.

Tabela 5- Distribuição da População por Condição de Atividade Moita Bonita-SE 2015

IBGE Setor	Ano			
	2014	2013	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
2 - Indústria de transformação	8	6	2	33,33
3 - Serviços industriais de utilidade pública	3	1	2	200,00
4 - Construção Civil	1	0	1	n/d
5 – Comércio	114	92	22	23,91
6 – Serviços	78	59	19	32,20
7 - Administração Pública	251	254	-3	-1,18
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	5	5	0	0,00
Total	460	417	43	10,31

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2015) Dados RAIS

Mesmo tendo sido reduzida a sua participação, a agricultura ainda tem grande relevância como fonte de renda para a população. Na atualidade, o setor primário do município ainda continua absorvendo uma quantidade razoável de mão de obra, apesar de todos os problemas e dificuldades que pelas quais atravessa o meio rural. Quanto à indústria, nota-se uma participação inexpressiva. Em relação à composição familiar, a partir da análise do trabalho de campo (2015), constatou-se que a família, no geral, é constituída em média de 4 a 7 pessoas, evidenciando que em Moita Bonita a maioria das famílias apresentam uma prole numerosa, um fato comumente encontrado no Nordeste e necessário nas regiões rurais devido a necessidade da força de trabalho.

A análise da estrutura e composição da população de Japaratuba e Moita Bonita reflete as condições vividas pelos cidadãos, em sua maioria no meio rural, a ausência de terra suficiente para trabalhar e adquirir uma maior renda, salários dignos e lazer. Esses fatos, aliados a uma política agrícola brasileira que, mesmo tendo relevantes avanços na última década, ainda prioriza os grandes proprietários em detrimento dos pequenos, onde estes se deparam com burocracias para aumentar a produção, a venda e o acesso a mercados institucionais, continuam tornando precária a vida dos agricultores familiares das áreas em estudo, que lutam diariamente pela sobrevivência.

2.8 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DE JAPARATUBA E MOITA BONITA

A estrutura fundiária é um critério importante a ser analisado, principalmente nas últimas décadas, em função do avanço capitalista no campo, pois vem modificando os meios de produção. Na maioria das pequenas propriedades da região Nordeste a geração de renda é obtida através da agricultura, que é comprometida por vários fatores como a baixa modernização, a falta de organização, as intempéries climáticas, dentre outros.

De acordo com o censo agropecuário de 2006, a região Nordeste apresenta o maior número de minifúndios, com cerca de 58% de seus estabelecimentos familiares medindo menos de 10 hectares. Esses agricultores dificilmente terão perspectivas de melhoria de seus sistemas produtivos se não adotarem a inserção tecnológica em suas propriedades. Existe uma

grande dificuldade em dimensionar as categorias das unidades familiares em relação aos parâmetros mundiais, nacionais e nordestinos.

Então, para analisar a estrutura fundiária, é importante compreender os conceitos das categorias dimensionais, pois a produção, o sistema de utilização da terra, as técnicas empregadas, o crédito, a comercialização e o uso de mecanização estão em função da categoria da propriedade, uma vez que todas estas características podem definir a categoria em que a unidade familiar está inserida. Sobre esse assunto Andrade (1991, pág.74) afirma que:

[...] os padrões de classificação das propriedades rurais, imóveis rurais e estabelecimentos no Brasil, diferem tanto a nível de instituições como de pesquisadores. Uns classificam-nas em pequenas, médias e grandes, independentemente de ser propriedade ou estabelecimento rural, isso de acordo com o critério dimensional, outros além dessas três categorias incorporam a de muito pequena e muito grande.

Dessa forma e tendo em vista que encontramos realidades diferentes e que os conceitos divergem de acordo com as leis de cada país, existem várias propostas de classificação. Sendo assim, em um país de grandes dimensões como o Brasil cada estado ou região adotam seus critérios e os critérios dimensionais não são suficientes para caracterizar, pois a classificação depende do tamanho, da localização e da forma que a unidade familiar está sendo trabalhada, ou seja, dependem dos critérios dimensionais, locacionais e operacionais. No entanto, pesquisadores ainda debatem as formas que esses critérios são adotados.

Por exemplo, em escala nacional, consideram-se como pequenas as propriedades ou estabelecimentos com área inferior a 100 hectares e médias de 100 a menos de 1.000 hectares. É, portanto, um critério dimensional. Nesse caso, para o estado de Sergipe, o uso desse padrão de classificação se torna ineficaz, pois em quase sua totalidade os estabelecimentos se classificariam como de pequena propriedade.

Partindo desse pressuposto, para realizar uma tipificação das unidades familiares dos municípios em estudo adotou-se uma classificação para o tamanho das propriedades, porque as classificações das instituições pesquisadas como INCRA Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), Empresa de desenvolvimento agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) e IBGE, não demonstrariam com maiores detalhes a estrutura fundiária do local em estudo, pois as instituições adotam critérios necessários para os seus estudos e não são compatíveis com a realidade estudada.

A partir das pesquisas efetivadas e do trabalho de campo (2015) procurou-se realizar uma taxonomia para as unidades familiares dos municípios de Japarutuba e Moita Bonita, com o objetivo de mostrar a realidade agrária e seus tamanhos. Para chegar a esse critério, observou-se a produção, a comercialização, as técnicas de cultivo e as relações de trabalho.

Nesse sentido é importante adotar os critérios do módulo rural, que pode ser entendido como uma unidade de medida agrária representada em hectares, a qual busca identificar a forma e as condições do seu aproveitamento econômico. De acordo com o Estatuto da Terra Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964.

Art. 11. O módulo rural, definido no inciso III do artigo 4º do Estatuto da Terra, tem como finalidade primordial estabelecer uma unidade de medida que exprima a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico.³

Em síntese, essa lei visa estipular uma área mínima necessária para o sustento familiar, na perspectiva de que a propriedade tenha sua função social de produzir alimentos. Deste modo, o módulo rural é estabelecido pelas dimensões da propriedade familiar e representa uma área mínima de terra calculada para cada imóvel rural. De acordo com Costa et al (1992) o conceito de módulo rural é utilizado como referência para a classificação dos diversos tipos de imóvel, tem sua área fixada para cada região a partir das características da produção agrícola regional (tipo de exploração) e numa extensão direta do conceito de "propriedade familiar".

2.9 O USO DAS TERRAS

A forma como a produção agrícola se organiza espacialmente na área rural e a criação dos animais pode ser representada pelas áreas ocupadas com os cultivos (sendo esses temporários ou permanentes), assim como por pastagens naturais ou plantadas e/ou pelas terras improdutivas. O modo como essas atividades rurais estão distribuídas dentro do espaço no município é um reflexo de como uma localidade organiza sua economia.

³ www.planalto.gov.br/ccivil

Um estudo sobre o uso de terra é importante para conhecer o uso do espaço em uma localidade, pois a informação sobre o uso da terra pode ser usada para desenvolver soluções referentes à gestão de problemas relacionados a recursos naturais.

A partir de uma análise do censo agropecuário e da produção agrícola municipal, no município de Japaratuba observa-se uma nítida predominância e crescimento da monocultura da cana de açúcar, até mesmo por parte dos agricultores familiares e áreas de assentamentos, visto que as culturas temporárias estão baseadas na pequena produção. Em geral estas culturas tem perfil de auto consumo, principalmente no que se refere à produção de milho, feijão e mandioca. O plantio ocorre nas pequenas propriedades, o trabalho utilizado é o familiar e o destino do excedente são os mercados locais, enquanto que as culturas permanentes envolvem mais capital, propriedades rurais com maior extensão de terras e produção em grande escala e voltada para o mercado externo.

Outra cultura que merece destaque no município é a mandioca. Destinada para a produção de farinha que é um dos alimentos básicos da população, tradição permeada desde os tempos coloniais, sobretudo na região canavieira, constituía-se como alimento básico dos escravos, como também dos indígenas, que eram habitantes nativos e em grande número. Tanto que o município leva o nome de um cacique das cinco tribos indígenas existentes na então província de Sergipe del Rey. A produção da farinha é seguida pela cultura do feijão, tendo em vista ser este um produto agrícola básico da população em geral.

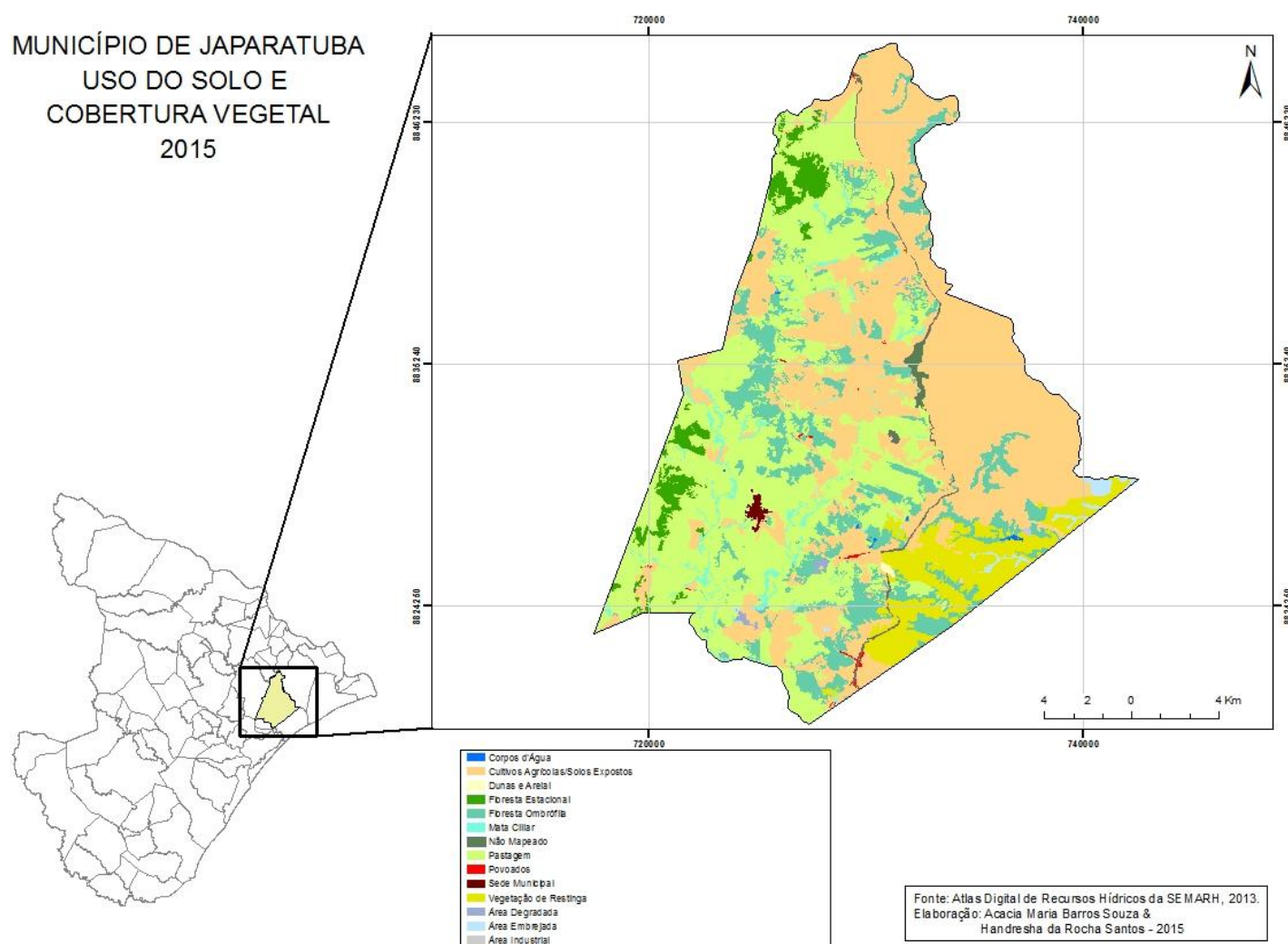
Tabela 6- Análise das Culturas Temporárias no Município de Japaratuba SE 2015

Lavoura Temporária	Área Plantada (Hec)	Área Plantada (Hec)	Área Plantada (Hec)	Área Plantada (Hec)
Ano	2011	2012	2013	2014
Amendoim	35	35	25	-
Batata Doce	-	-	-	-
Cana de Açúcar	6.647	7.967	8.427	9.777
Feijão	350	350	300	270
Mandioca	630	500	550	550
Milho	150	150	170	170

Fonte: IBGE, SIDRA Produção Agrícola Municipal, 2011-2014.

O uso de terras demonstra um crescimento gradativo da cultura da cana de açúcar em detrimento da produção de outras culturas. No entanto, as atividades tradicionais realizadas pelos agricultores familiares são desenvolvidas nos três assentamentos do município e povoados e a produção é vendida principalmente nas feiras livres do município e em municípios circunvizinhos.

Figura 04 – Município de Japaratuba/SE, Uso do Solo e Cobertura Vegetal, 2015



Fonte: Atlas Digital De Recursos Hídricos da SEMARH, 2013

Organização: Souza, Acácia Maria Barros e SANTOS, Handresha da Rocha

Nos últimos anos o município de Moita Bonita tem modificado sua produção, aderindo principalmente à monocultura da batata doce e, conseqüentemente, diminuindo a produção voltada para a agricultura familiar.

Tabela 7- Análise das Culturas Temporárias no Município de Moita Bonita-SE

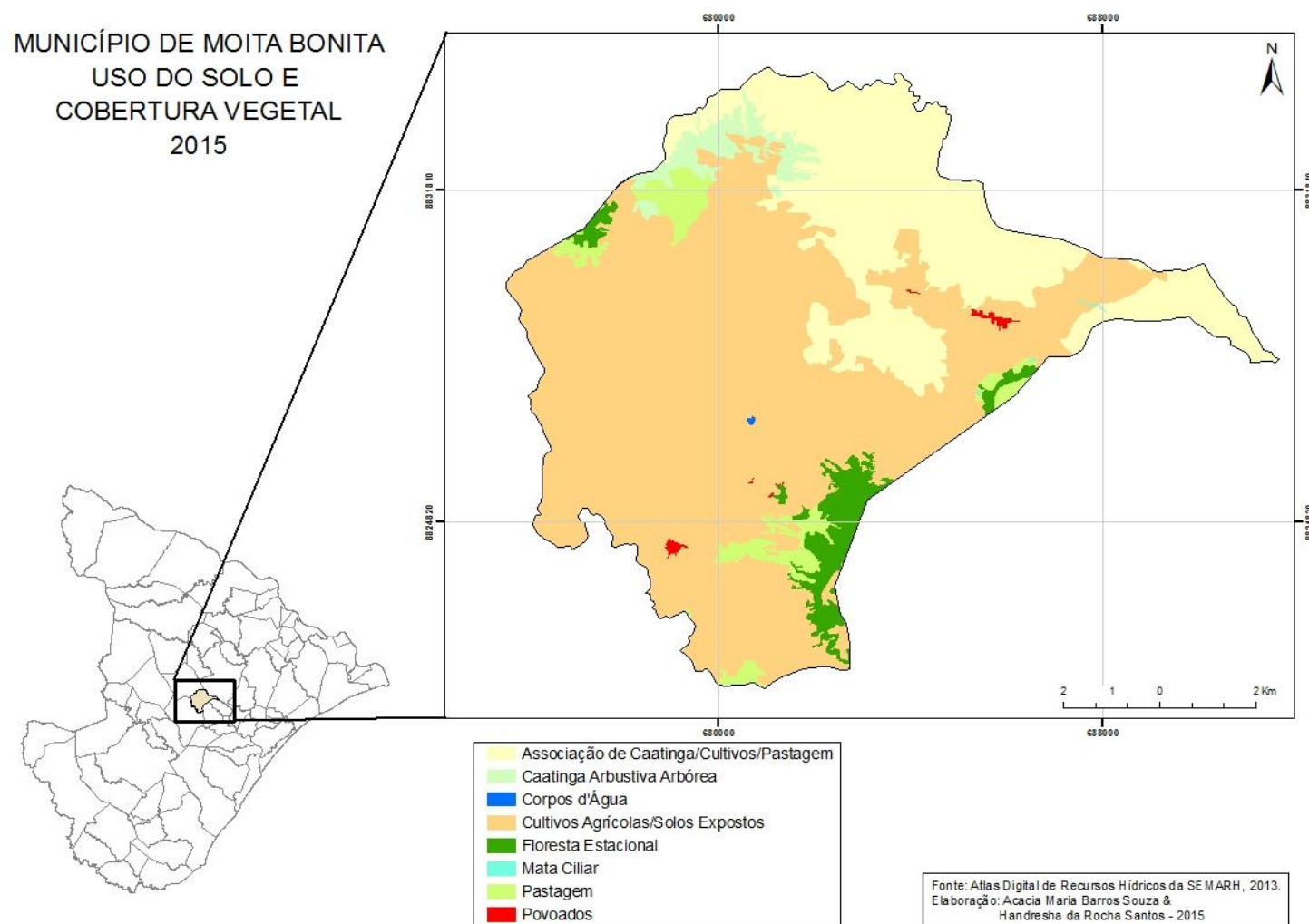
Lavoura Temporária	Área Plantada (Hec)	Área Plantada (Hec)	Área Plantada (Hec)	Área Plantada (Hec)
Ano	2011	2012	2013	2014
Amendoim	130	135	130	130
Batata Doce	580	900	950	950
Cana de Açúcar	-	-	-	-
Feijão	100	80	10	-
Mandioca	700	700	600	540
Milho	80	75	50	40

Fonte: IBGE: SIDRA Produção Agrícola Municipal, 2011-2014.

A diversidade da estrutura produtiva indica que o uso atual das terras do município de Moita Bonita engloba as atividades tradicionais envolvendo a agricultura familiar. A partir dos dados da tabela, pode-se perceber que o uso da terra tem uma relação direta com uma boa distribuição, especialmente quando se analisa em termos de cultura temporária e permanente.

Analisando o uso de terras do município e a estrutura produtiva diversa, percebe-se que o atual uso engloba desde as atividades tradicionais com a agricultura familiar às atividades de médias propriedades sendo desenvolvidas em estabelecimentos menores, visando mercados externos e tendo como principal produto a batata doce. Como mostra acima a tabela 8, ao longo dos anos a produção tem aumentado significativamente.

Figura 05 - Município de Moita Bonita/SE, Uso do Solo e Cobertura Vegetal, 2015.



Fonte: Atlas Digital De Recursos Hídricos da SEMARH,2013

Organização: Souza, Acácia Maria Barros e SANTOS, Handresha da Rocha

e, em alguns deles como Moita Bonita, já corresponde a 70% da economia agrícola do município.

Em relação à produtividade, existe agricultor que consegue produzir o ano inteiro, com uma produção média de 500 sacos de 40 kg por hectares e por safra; e os que possuem sistema de irrigação chegam a produzir três safras por ano. São quase três mil propriedades, onde metade delas trabalha com sistema de irrigação, tanto em perímetros irrigados como em poços artesianos. Este é um segredo para fazer o solo produzir até quatro safras durante o ano. Para dar conta de tanto trabalho os agricultores contratam mão de obra de terceiros para ajudar; emprega-se em torno de quatro a cinco pessoas para fazer a produção e essas pessoas, na maioria mulheres, chegam a ganhar quase um salário mínimo mensal. O beneficiamento é feito apenas com a limpeza do tubérculo e, em seguida, é realizada a classificação e o ensacamento do produto.

As espécies de batata doce mais cultivadas na região são a de pele roxa, comumente chamada roxinha e a de pele branca, conhecida como italiana, boca louca, ourinho ou paulistinha. O período de plantio sequeiro vai de abril a junho e a irrigação é feita durante todo o ano. Quanto ao período de colheita, este acontece de julho a novembro e, se a plantação for irrigada, persiste o ano inteiro.

Figura 07 - Ensacamento da Batata Doce tipo Roxinha no Município de Moita Bonita-SE

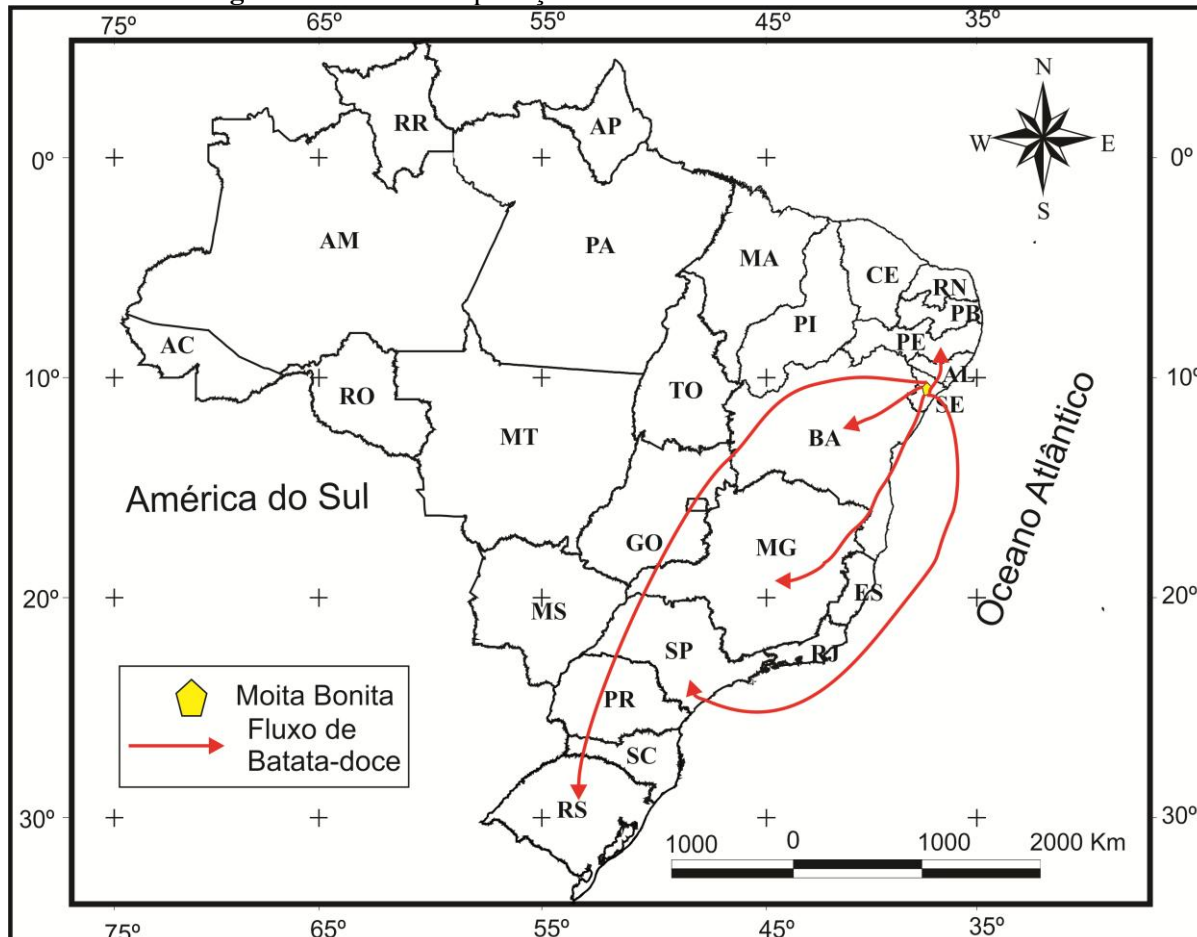


Fonte: Trabalho de Campo 2015

A cultura da batata doce tem um peso econômico relevante para o município de Moita Bonita. Estima-se que em relação à geração de emprego e renda atinja cerca de 50% da

ocupação do município, isso porque, além da produção local ser muito grande, ali também é realizado o maior comércio do produto que segue para todo país, destacando-se os estados da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco.

Figura 08-Fluxo de exportação da batata doce Moita Bonita-SE 2015



Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC.

Organização: Diana Mendonça de Carvalho e Handresha da Rocha Santos

A produção, segundo a Cooperativa dos plantadores de batata local – COOPERAFES (Cooperativa de Produção da Agricultura familiar e Economia Solidária) de Moita Bonita e do CMDS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável), aproximadamente 950 hectares vem sendo cultivados, onde aproximadamente 450 hectares são de sequeiro, com uma produtividade média de 17 toneladas por hectare, e 500 hectares irrigados, rendendo por hectare cerca de 250 sacos por ano, ou seja, duas safras/ano, totalizando aproximadamente uma produção anual de 20.400 toneladas.

Essa Cooperativa tem sido de grande importância para os agricultores familiares do município, pois é através desta que eles têm melhorado a renda por meio do beneficiamento da batata doce. Além disso, através de cursos profissionalizantes realizados em parceria com o

Figura 10- Maquinário adquirido pela COOPERAFES Moita Bonita-SE 2015



Fonte: Trabalho de Campo 2015

A cooperativa tem realizado grandes esforços em busca de melhorias para os agricultores, sempre realizando reuniões tendo como pauta a busca de editais que possam trazer benefícios. Foi a partir de um desses editais que recentemente a COOPERAFES recebeu novas aquisições com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). São elas:

- Trator agrícola 4x4, cabinado, 4 cilindro e potência mínima de 85 cv
- Grade aradora intermediária de controle remoto 14x28x6 270 mm
- Carreta agrícola 6 ton com molas e pneus
- Preparadora de solo e encanteiradora de 1,80 m. com leiras em “V”.
- Arrancadeira de batatas em sistema de esteiras.
- Frezadora defletora com asas reguláveis e formato das leiras em “V”.

Contudo, ainda existem necessidades que precisam ser solucionadas para um sólido desenvolvimento dos agricultores familiares. Uma cadeia produtiva constituída e operando, uma mecanização agrícola, análises de solo, perfuração de poços artesianos, o beneficiamento da batata doce e um conhecimento maior sobre o controle de pragas.

Os parceiros na produção da batata doce são os agricultores familiares na produção, a COOPERAFES na organização dos produtores e comercialização dos produtos, a

EMDAGRO na assistência técnica, ICODERUS (Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural), a Prefeitura Municipal de Moita Bonita com o apoio político e o CMDS de Moita Bonita com o apoio institucional.

Com as parcerias estabelecidas espera-se que consigam atuar na cadeia da batata doce ajudando nos processos de ATER e no beneficiamento do produto, para assim agregar valor a batata doce, além de trabalhar a questão sanitária do beneficiamento, o marketing dos produtos e os processos burocráticos necessários para regularização dos produtos a serem beneficiados. Essas parcerias podem viabilizar o acesso aos mercados, com participação em convênio com a prefeitura para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio de compras institucionais.

A organização dos produtores está dividida entre os que fazem parte da cooperativa, os que trabalham em parceria por meio das associações e outros sozinhos. É importante ressaltar que todos os produtores estão nas mãos dos atravessadores; em relação ao acesso ao crédito destaca-se que 80% dos produtores são pronafeanos. Isso tem ajudado muito na produção, mas os produtores ainda necessitam agregar valor a batata doce. Para isso, o representante da COOPERA FES vem analisando experiências de caso em outros estados, como em Tocantins, na produção do Etanol, da ração animal na região sul, substituindo o milho, em batata do tipo “RUFLES” em Universidade em São Paulo, amido na Argentina, casos de exportação e farinhas, em estudo.

Quanto aos desafios encontrados para inserir melhorias na agricultura familiar do município a resposta encontrada é sempre a mesma, ter acesso à assistência técnica e diminuir a migração rural.

2.10.2 A monocultura da cana de açúcar no município de Japaratuba SE

O ciclo da cana-de-açúcar foi um dos momentos de maior desenvolvimento econômico do Brasil Colônia e durante muito tempo a base da economia colonial. Era utilizada a mão-de-obra africana escrava e tinha-se como objetivo principal a venda do açúcar para o mercado europeu. As plantações ocorriam no sistema de plantation, ou seja, em grandes fazendas produtoras de um único produto, utilizando mão-de-obra escrava e visando o comércio exterior. O Brasil se tornou o maior produtor de açúcar nos séculos XVI e XVII.

Nesse período o país ficou muito dependente da monocultura da cana-de-açúcar. Embora ocorresse a produção em pequena escala de outros gêneros agrícolas, quase toda produção agrícola era voltada para a cana-de-açúcar.

O Nordeste brasileiro representa a primeira zona de povoamento criada pelos conquistadores portugueses, que iniciaram a colonização a partir do litoral nordestino, o que favorecia a ocupação em razão da presença de melhores condições naturais, como uma porção litorânea vastamente recortada, ideal para a navegação. O cultivo da cana-de-açúcar, baseado no sistema Colônia-Metrópole, estruturou o comércio e o desenvolvimento das cidades nordestinas, principalmente na faixa litorânea, atualmente conhecida como Zona da Mata.

De acordo com o IBGE na década de 90, o município de Japaratuba contribuiu com 31% do total de produção estadual, sendo em 2004 superada pela microrregião do Baixo Cotinguiba que passou a responder com 39 % da produção estadual sergipana. Os solo massapê e latossolo esse de textura argilosa comuns na região são de grande potencialidade agrícola e permite a plantação de vários cultivos como a banana, algodão herbáceo, fruticultura e cana-de-açúcar, sendo que este último volta a se destacar nas pequenas unidades agrícolas.

O município de Japaratuba sempre se caracterizou pelo predomínio de grandes propriedades voltadas para a monocultura da cana de açúcar, onde a maior parte das terras ainda concentra-se nas mãos de poucos e a menor porção encontra-se em posse dos pequenos e médios proprietários.

Essa realidade perdurou por séculos, até que a participação política da Igreja Católica com o surgimento do Programa Promoção do Homem do Campo de Sergipe (PRHOCASE), no ano de 1968, muda a realidade. De acordo com Araújo (1991) a Igreja Católica introduziu algo novo no ambiente rural da região canavieira, pois agrupou os camponeses com suas famílias em “fazendas” onde puderam trabalhar em comunidade.

De acordo com Lopes (2013), em Sergipe a colonização voltada para pequenos agricultores teve início com as ações desenvolvidas principalmente pelas chamadas cooperativas de colonização, no caso de Japaratuba, a Cooperativa Jardim. Nessas cooperativas os trabalhadores rurais, antes tendo unicamente os canaviais para vender sua força de trabalho e receber salários, agora podiam produzir para auto consumo e venda de excedentes.

Para muitos agricultores que até então eram “escravos” da monocultura canavieira, esse padrão comunitário soava como grito de liberdade e, enfim, poderiam traçar novos caminhos. Sobre isso LOPES, 2013 pág. 306 ressalta que:

As cooperativas tendo à frente padres belgas mais envolvidos com as lutas do povo, vinculados ou não à Diocese de Propriá, tinham o claro objetivo de Procurar livrar os meeiros de arroz do município de Propriá e os canavieiros de Japarutuba da exploração a que eram submetidos pelos latifundiários do Baixo São Francisco e do Vale do Japarutuba

Figura 11: Fazenda Jardim/ Sede da Cooperativa Jardim ao fundo. Povoado São José/Japarutuba SE 2015



Fonte: Trabalho de campo 2015

A partir da implantação da Cooperativa Jardim centenas de pessoas, que antes viviam exclusivamente do trabalho canavieiro, tornaram-se agricultores familiares ao receber uma parcela de terra. No entanto, esses agricultores não tiveram condições ou acesso de melhorias na produção, plantando e produzindo de modo tradicional, com dificuldade de acesso aos mercados institucionais e, conseqüentemente, a uma devida melhoria nas condições de vida.

Nesse sentido ARAÚJO, 1991 pág. 62 afirma que:

Não devemos esquecer que essa é uma área tipicamente canavieira, e como a cana de açúcar historicamente se constituiu numa atividade econômica de peso dentro desse setor (visando os interesses principalmente externos), a obtenção do lucro exigia, por sua vez, a ocupação de grandes propriedades,

mormente naquelas que se destinam ao cultivo exclusivo da cana de açúcar, um tipo de agricultura que difere da existente na pequena propriedade.

As colocações do autor conduzem à afirmação de que no município de Japaratuba existe como denomina PAIVA (1975), “dualismo na agricultura” com a existência do setor tradicional convivendo próximo do setor moderno.

No município de Japaratuba que faz parte dos municípios de maior produção de cana-de-açúcar do estado de Sergipe, verifica-se que a atividade canavieira tem provocado modificações no seu território, a expansão da produção de cana-de-açúcar tem levado várias terras a se tornarem espaços de cultivo da cana, os pequenos produtores, por serem desprovidos de condições financeiras não encontram outros meios mais rentáveis que o arrendamento, sendo assim, arrendam suas terras aos grandes proprietários detentores do capital, e, nessa condição surge o clientelismo onde o dono das terras indica pessoas para trabalhar, de certa forma o arrendador é uma nova configuração espacial do coronel, figura emblemática do auge da cultura canavieira, nesse sentido observa-se uma relação de sobrevivência à exploração do capital que predomina no espaço agrário sergipano através da nova estrutura do agronegócio.

Apesar dos incentivos através do PRHOCASE, do acesso as políticas públicas na última década o desenvolvimento da agricultura familiar em Japaratuba esbarra se na expansão da cultura canavieira. As pequenas propriedades, e até a médias propriedades cedem seu espaço para o plantio da cana – de – açúcar, de forma que a agricultura de subsistência vem sendo substituída pela mesma, levando o agricultor familiar a adapta-se e a transformar-se gradativamente subordinado à esta.

2.11 TAXONOMIA DAS UNIDADES FAMILIARES RURAIS DE JAPARATUBA E MOITA BONITA

A partir das análises, pesquisas de campo e visitas em repartições públicas, por meio do estudo do módulo rural e outros aspectos apresentados pelos entrevistados foi feita uma classificação das propriedades familiares, baseada na percepção e questionário aplicado. Essa classificação taxonômica é importante, pois mostra a caracterização das propriedades de acordo com o seu tamanho e núcleo operacional.

a) PROPRIEDADE MÍNIMA: é uma propriedade com uma área de até 4 ha, que são popularmente conhecidos como pequenos lotes. Nesse tipo de estabelecimento o trabalho é exclusivamente familiar, sendo necessário o trabalho externo para complementar a renda. O seu dono sobrevive principalmente do trabalho externo e do complemento dos programas de políticas públicas, aposentadorias ou pensão. A produção é diversificada e o principal produto, no caso de Japaratuba, é a mandioca. Já em Moita Bonita é a batata doce. Esses produtos são vendidos para os intermediários e os outros produtos como milho, feijão, macaxeira e amendoim são para o auto consumo. Para o plantio é utilizado a tração animal e técnicas tradicionais. A criação de animais é diversificada e é tida como uma poupança viva, pois nos momentos mais difíceis vende-se um animal e obtém-se o dinheiro necessário.

b) PEQUENA PROPRIEDADE: propriedade com área de 5 a 10 ha, onde predomina o trabalho familiar, mas ainda existe a necessidade do trabalho externo para o complemento da renda. Por exemplo, eventualmente existe a necessidade do trabalho temporário contratado. É o proprietário que dirige o estabelecimento. A produção é voltada para o próprio consumo e o excedente é vendido em feiras e para os atravessadores; a produção é consorciada com a criação de animais como bovinos, suínos e galináceos. Existe o uso de insumos industrializados e é predominante o uso de técnicas tradicionais contudo, no período de plantio, existe o uso da mecanização.

c) MÉDIA PROPRIEDADE: propriedades com área de 10 a 30 ha. A produção é voltada para a comercialização, tirando também o necessário para o próprio consumo, e o rendimento é considerado o suficiente para a sobrevivência da família. Nesse tipo de propriedade existem trabalhadores assalariados, arrendatários e parceiros. Também existe o consorciamento da produção com a pecuária.

d) GRANDE PROPRIEDADE: mede acima de 30 ha. A produção é voltada para a pecuária bovina e aves e a produção agrícola é apenas para consumo próprio. Existe uma presença significativa de mão de obra assalariada para o plantio e realização de diversos trabalhos na propriedade, é o chamado “topa tudo”. A produção pecuária, que é a atividade principal juntamente com seus produtos derivados, é destinada à comercialização.

A dimensão das propriedades não significa estabelecer parâmetros para o desenvolvimento da agricultura familiar, porque a inserção tecnológica e a relação de trabalho/ produção varia de acordo com o perfil das famílias e dos cultivos, em todas as classificações das propriedades existe o desenvolvimento da agricultura familiar, porém as médias propriedades são os perfis otimizados de maior viabilidade para reprodução da unidade familiar. Quanto a questão da estrutura fundiária Moita Bonita pode ser considerada um município onde a estrutura fundiária é fragmentada, caracterizada por pequenos estabelecimentos. Essa fragmentação ocorreu pelo processo de sucessão hereditária, existindo casos em que o desmembramento se fez por meio da venda de parcelas do estabelecimento, nos momentos de maior dificuldade econômica.

Já no município de Japaratuba a estrutura fundiária é concentrada, devido a tradição monocultora, e em casos de desmembramento por sucessão hereditária observa-se o fato de uma pessoa tornar-se dono da parcela de terra, pois compra a parte dos outros herdeiros. A partir dos dados encontrados na tabela abaixo, observa-se a desproporcionalidade de concentração de terras ao analisar a distribuição do número de unidades e sua área entre os municípios de Japaratuba e Moita Bonita.

Tabela 8- Número e área dos estabelecimentos agropecuários dos municípios de Japaratuba e Moita Bonita

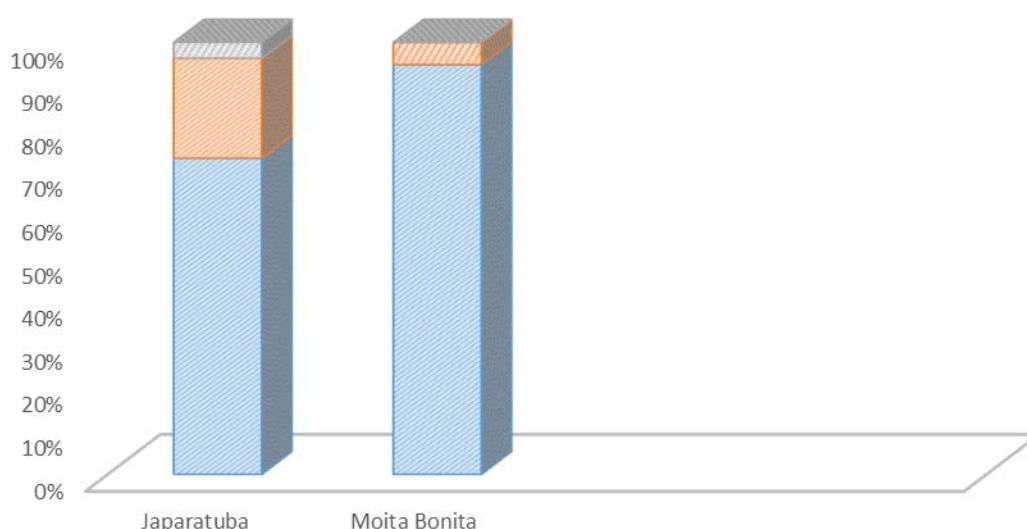
Unidades da Federação	Números de Unidades de estabelecimentos agropecuários	Área em Hectares dos estabelecimentos agropecuários
Sergipe	87.787	1.404.496
Japaratuba	643	15.170
Moita Bonita	2.634	7.258

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2006. Organização: Handresha Rocha

De acordo com a análise do censo agropecuário do ano de 2006 é possível afirmar que no município de Moita Bonita não há disparidade em relação a distribuição da terra, como mostra a figura 5. Com base nos dados dos estabelecimentos com área de 0 a menos de 10 ha existem 2.477 estabelecimentos que ocupam 60% da área total do município, somando aproximadamente 4.0701 ha. Já as médias propriedades são em número 134 estabelecimentos e ocupam 3,046 ha. Ainda no município foi identificada uma propriedade com tamanho maior que 100 ha, mas não existem dados informando sobre a extensão exata da área.

Em Japaratuba, os estabelecimentos de 0 a menos de 10 ha totalizam 436 estabelecimentos que perfazem 67,81 % da área total. Os estabelecimentos considerados médias propriedades foram recenseados num total de 138. No município também foram encontrados 22 estabelecimentos que medem de 100 a menos de 200 ha, 12 estabelecimentos com 200 a menos de 500 ha e 3 estabelecimentos com 500 a menos de 1000 ha. Esses dados revelam a enorme concentração de terras que permanece como herança dos latifúndios grandiosamente explorados para a monocultura da cana de açúcar no município.

Figura 12- Distribuição da área dos estabelecimentos Agropecuários em Japaratuba e Moita Bonita –SE 2015



Fonte: IBGE - censo agropecuário 2006

Outro instrumento muito utilizado para indicar a estrutura fundiária e a desigualdade é o **Índice de Gini**, que também é conhecido como **Coefficiente de Gini**, um instrumento estatístico utilizado para medir a desigualdade social de um determinado país, estado ou município. É muito usado também para medir a concentração e a desigualdade da estrutura agrária; quanto mais perto de 1 for o índice, há maior concentração de terras.

Tabela 9 - Índice de Gini da posse de terra do Estado de Sergipe-2015

Unidades da Federação	Ano 1985	Ano 1995/96	Ano 2006
Estado de Sergipe	0,819	0,829	0,754
Japaratuba	0,850	0,615	0,765
Moita Bonita	0,596	0,638	0,575

Fonte: AZEVEDO et al, com dados do SIDRA/IBGE – Censos Agropecuários 1985, 1995/96 e 2006. Organização da autora

A partir da análise do Índice de Gini da posse de terra, no município de Moita Bonita é pertinente afirmar que existe realmente uma boa distribuição de terras em relação aos dados do Estado de Sergipe, não havendo relativas disparidades quanto ao tamanho de área. Isso demonstra que a população conseguiu manter sua parcela de terra.

No município de Japaratuba a realidade é diferente. Observa-se a partir da tabela que nos anos de 1995/96 houve um decréscimo e no decorrer de apenas 10 anos iniciou-se a concentração de terras. Um dos fatos que podem estar relacionados a esse acontecimento é o aumento da expansão da área ocupada pela monocultura da cana, reflexo dos incentivos governamentais através do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) com implantação de Usinas e Destilarias, assim como o crescimento da especulação imobiliária, através da renda fundiária, e a proximidade relativa com a capital Aracaju.

Em síntese pode-se concluir que, na análise da estrutura agrária do município de Moita Bonita a taxa de crescimento do número de imóveis foi superior à taxa de crescimento da área indicando uma evolução agrária desconcentradora. Em contrapartida, no município de Japaratuba ocorreu o inverso, ou seja, houve o aumento do tamanho da área.

CAPÍTULO III - SINGULARIDADES DAS UNIDADES FAMILIARES DOS MUNICÍPIOS DE JAPARATUBA E MOITA BONITA

3 SINGULARIDADES DAS UNIDADES FAMILIARES DOS MUNICÍPIOS DE JAPARATUBA E MOITA BONITA

O terceiro e último capítulo é baseado na exploração de dados secundários e do trabalho de campo, apresentando as singularidades dos agricultores familiares a partir das estratégias de reprodução, da organização da família e sua interação com as políticas públicas e os mercados.

Por fim, foram utilizados os dados obtidos nos questionários e nas observações de campo, mostrando a constituição da agricultura familiar nos municípios de Japaratuba e Moita Bonita, suas realidades e interações. Assim como, busca se entender a realidade agrária dos referidos municípios e em que estão baseadas as fontes de renda dos agricultores familiares.

Este capítulo apresenta o espaço rural de Japaratuba e Moita Bonita, caracterizando seu desenvolvimento agrícola e algumas singularidades como: o uso de tecnologias, custo da mão de obra, forma de obtenção da terra, renda, tamanho da propriedade, migração, condições de vida, acesso a saneamento, equipamentos e máquinas utilizadas, família e trabalho.

3.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

As informações e análises expostas nos capítulos anteriores desse trabalho permitiram situar os aspectos históricos e geográficos dos municípios em estudo, além da estrutura fundiária, e sua classificação taxonômica.

Essas categorias foram importantes para desenvolver suas formas e características ao longo do processo histórico e na formação econômica dos municípios de Japaratuba e Moita Bonita. Dessa forma, o que se pretende neste estudo é analisar as características dos estabelecimentos familiares, sua estrutura fundiária e os desafios face aos entraves da “modernização” voltada para a agricultura familiar. Bem como, comparar a renda familiar e a dinamização econômica dos estabelecimentos familiares, tomando como recorte empírico dois municípios em duas regiões diferentes.

O trabalho de campo é de suma importância para comprovar que todos aqueles conceitos, muitas vezes exaustivamente expostos, são verídicos. Contudo, utilizou se a

metodologia empírica para obter os resultados. Deste modo, é importante destacar a importância do trabalho de campo nesse estudo.

Assim, a experiência de campo nos aproxima do cotidiano dos agricultores familiares, buscando novos questionamentos que acrescentem resultados. Nesse sentido, além de facilitar a visualização e a assimilação da realidade, é uma técnica importante para o entendimento de caso por meio da percepção dos atores sociais.

O trabalho de campo foi desenvolvido através da aplicação de 40 questionários que tiveram como atores os agricultores familiares dos municípios de Japaratuba e Moita Bonita. Nesses municípios foram estudados os aglomerados rurais que são referências em produtividade na agricultura familiar. (Tabela 10).

Nos questionários aplicados foram abordados pontos sobre família e trabalho, estrutura fundiária, perfil demográfico, acesso à terra, produção agropecuária, atividades para autoconsumo, renda familiar, tipo de tração utilizada, equipamentos e máquinas utilizados, abastecimento e saneamento, inserção no mercado de trabalho, condições de vida (como vivem hoje), destino dos migrantes, despesas com mão de obra, forma da propriedade familiar e participação em organização social.

Além disso, entrevistamos técnicos da EMDAGRO, técnicos em ATER (assistência técnica e extensão rural), lideranças sindicais, como o presidente da COOPERAFES (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Moita Bonita), intermediários, feirantes e secretários de agricultura que, mesmo diante das suas muitas atividades e atuações nos municípios, foram gentis disponibilizando sua atenção e fornecendo informações.

Nesse sentido, ao construir o questionário para conhecer a realidade desses atores, é importante conhecer o perfil das famílias que foram entrevistadas (Figura 15).

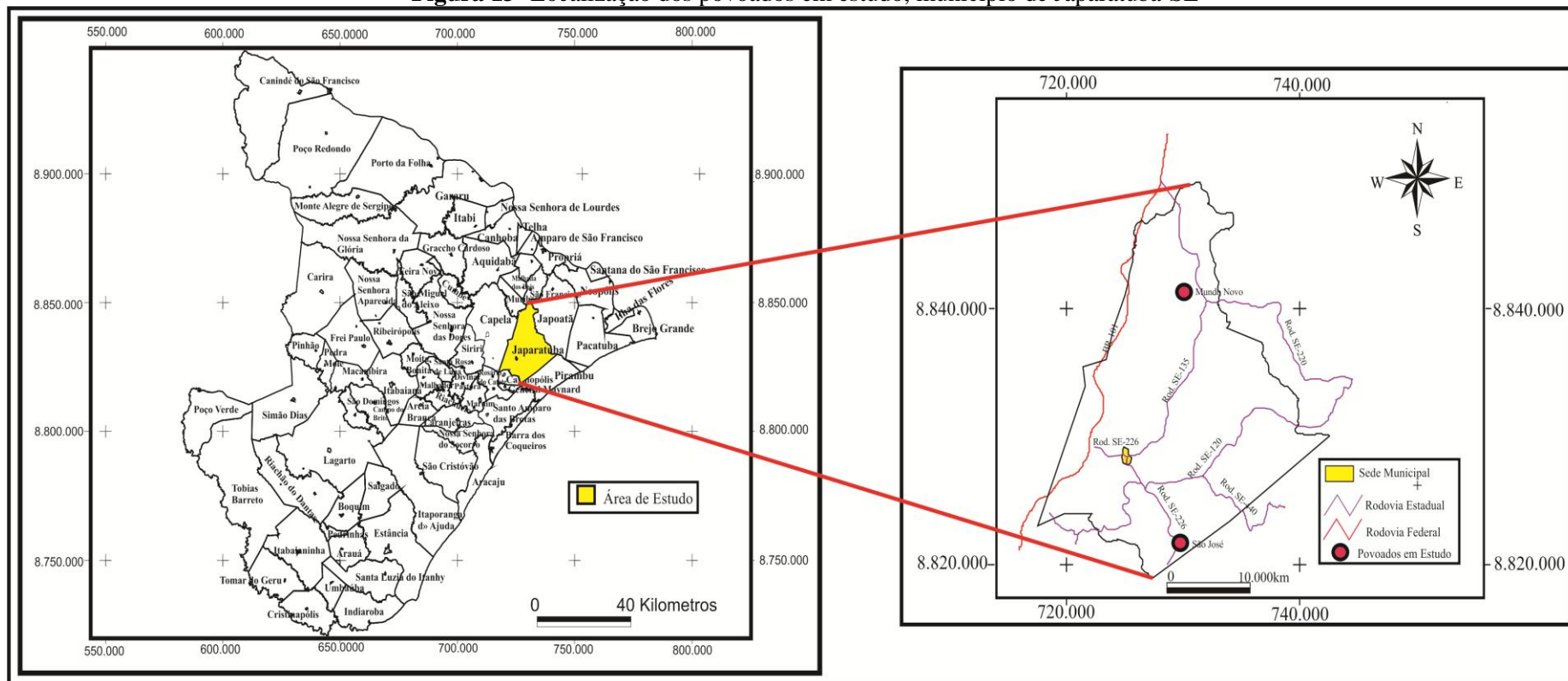
Tabela 10 -Distribuição dos questionários aplicados por município em Japaratuba e Moita Bonita-SE 2015

Município	Aglomerados Rurais	Nº de questionários
Japaratuba	Mundo Novo	10
	São José	10
Moita Bonita	Capunga	4
	Campo Grande	6
	Figueiras	4
	Moita de Cima	6

Fonte: Trabalho de campo 2015

A seguir as figuras 13 e 14 identificam a localização dos aglomerados rurais dos municípios de Japaratuba e Moita Bonita na qual foram aplicados os questionários.

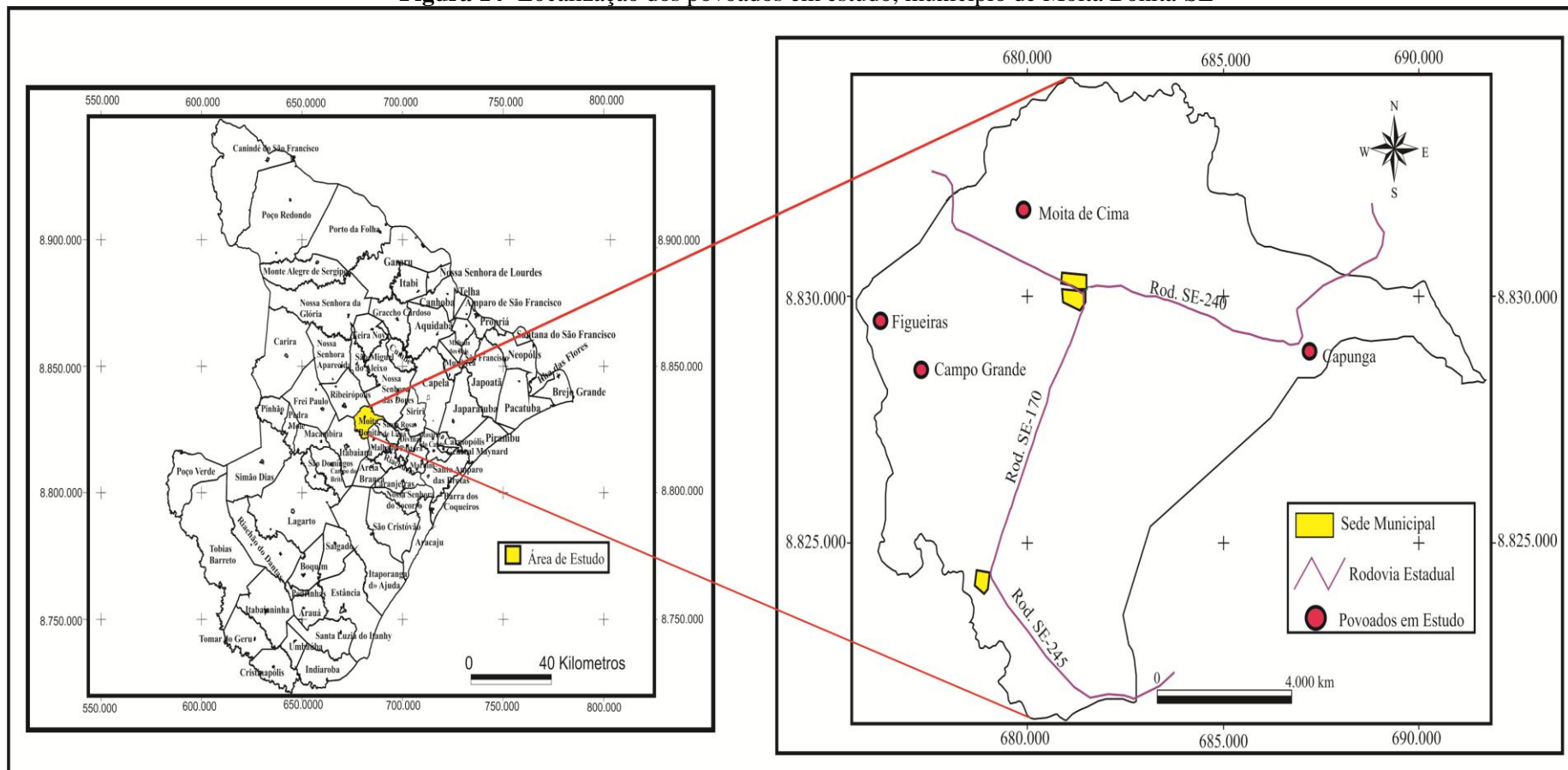
Figura 13- Localização dos povoados em estudo, município de Japarutuba-SE



Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC.

Organização: Diana Mendonça de Carvalho e Handresha Rocha

Figura 14- Localização dos povoados em estudo, município de Moita Bonita-SE

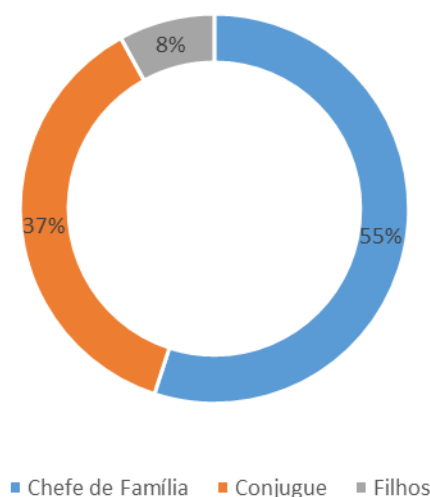


Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC.

Organização: Diana Mendonça de Carvalho e Handresha Rocha

Do total dos questionários aplicados, 54% foram respondidos por pessoas do sexo masculino e 46% do sexo feminino. Com isso, as informações colhidas tiveram maior detalhamento pelo fato de, na grande maioria dos casos, na família rural, o homem ser considerado o chefe da família e o responsável por administrar a propriedade. A média de idade dos entrevistados foi 33 anos. Dos membros da família que foram entrevistados, 55% são chefes da família, 37% cônjuges e 8% filhos, o que tornou relevante a qualidade das informações foi o fato de os chefes de famílias serem dominantes.

Figura 15- Membro da família entrevistado em Japaratuba e Moita Bonita -SE



Fonte: Trabalho de campo (2015)

Dentre os agricultores entrevistados, quando questionados como eles se enquadravam em relação à categoria rural, 100% responderam que são agricultores familiares, pois quem administrava a propriedade era a família e a renda familiar era originada principalmente da produção agrícola, não empregando mais que dois funcionários em alguns períodos.

Em relação ao grau de instrução 36% responderam ter o 1º grau incompleto, enquanto 2% relataram ter o 1º grau completo, 17,8% disseram ser analfabeto, 17,7% declararam ter o 2º grau incompleto seguidos de 17% que contaram ter o 2º completo; 6,5% dos entrevistados informaram saber ler e escrever, 0,7% disseram ter cursos técnicos. Apenas 0,7% relataram orgulhosamente ter concluído o 3º grau, seguidos da mesma porcentagem dos que informaram ter o 3º grau incompleto. Observa-se, então, que, apesar das melhorias na educação e progressos através dos programas e políticas públicas voltadas para o rural, a educação é um

fator que merece uma maior atenção, visto que há forte desigualdade no nível de escolaridade entre os residentes do meio rural.

Sobre a composição dos agricultores por idade nas famílias, observou-se que o maior percentual etário se concentra na faixa de 51 a 60 anos, revelando-se a um processo de envelhecimento rural e contínua migração dos jovens, com sua força de trabalho. Esses saem em busca de empregos formais, ou porque não querem dar continuidade ao trabalho no meio rural, visto que as oportunidades auferidas nos empregos urbanos são mais fascinantes aos olhares dos jovens rurais.

Tabela 11- Distribuição das faixas etárias dos membros familiares dos municípios de Japaratuba e Moita Bonita-SE

Anos	Pessoas	%
Até 10 anos	16	13,01
11-17 anos	18	14,63
18-25 anos	10	8,13
26-33 anos	10	8,13
34-42 anos	10	8,13
43-50 anos	17	13,83
51-60 anos	23	18,7
61 ou mais	19	15,44

Fonte: Trabalho de campo (2015)

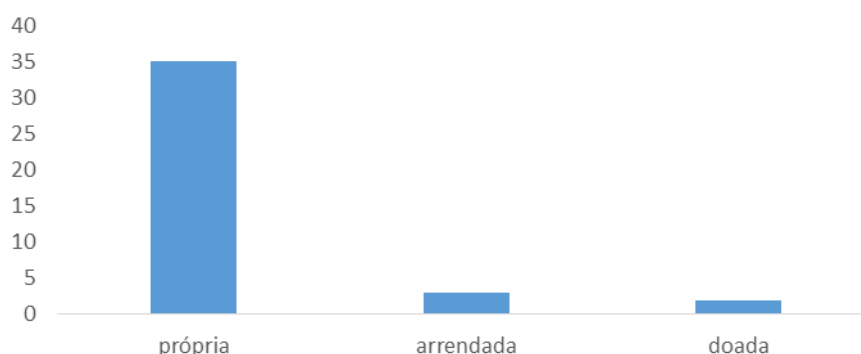
Um aspecto que chamou a atenção foi em relação à chefia do estabelecimento, pois 78% ainda permanecem sendo chefiados por homens, enquanto 22% são chefiados por mulheres. Estas assumem a frente do estabelecimento quando perdem o companheiro, se divorciam ou eles migram. Quando questionados sobre a mortalidade de crianças e nascimentos no último ano, 100% responderam que não houve mortalidade, nem nascimento, verificando-se uma melhoria na área da saúde e diminuição na taxa de fecundidade.

Em relação aos locais de residência dos entrevistados foi observada a permanência no ambiente rural; 56% dos entrevistados responderam que residem em outro local da zona rural, 39% no próprio estabelecimento e apenas 5% na sede municipal.

A importância do agricultor familiar permanecer no espaço rural e cultivar sua terra, ocorre a partir do valor que se atribui a essa categoria no espaço agrário brasileiro, na última década através do acesso dos agricultores as políticas públicas deu maior condições á esses em permanecer no meio rural, minimizando os altos índices de urbanização e contribuindo para a crescente oferta de produtos ao mercado consumidor.

Quanto à condição legal da terra, 87,5 % dos entrevistados responderam ser próprias, 7,5% disseram ser arrendada e 5% contaram que a parcela de terra em que trabalham é doação. Sobre esse assunto os entrevistados explicaram que a doação é uma cessão por tempo indeterminado para o uso da terra. Geralmente a doação é feita pelos pais para que os filhos continuem a trabalhar na agricultura depois que formam uma família e não tem emprego fixo.

Figura 16- Condição Legal da Terra



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

Outro indicador importante para caracterizar o perfil das famílias refere-se à forma de obtenção da terra. Nesse ponto 52,5% dos entrevistados afirmaram ter obtido a parcela de terra como herança, 17,5% contaram ter comprado por meio de uma cooperativa, pois assim, pagam um valor mais baixo pela terra. Essa forma de obtenção é muito comum no município de Japaratuba, visto que o solo é muito valorizado na região. Ainda com relação a esse tema, 7,5% dos entrevistados disseram ter adquirido a parcela de terra comprando dos parentes, a mesma porcentagem dos que responderam ter comprado a terceiros.

Observa-se, também, que a questão da herança das terras tem relação com a tradição da permanência no campo. Esta é uma estratégia de fixar os filhos no mundo rural; mesmo com o crescimento do mercado de terras a herança ainda é a forma que mais prevalece quanto ao acesso, porém, a nova juventude rural, com maior acessibilidade urbana e uma nova mentalidade, vem buscando não apenas a cidade, mas o acesso à educação, trabalho e renda, possibilidades que existe em maior projeção nos espaços urbanos.

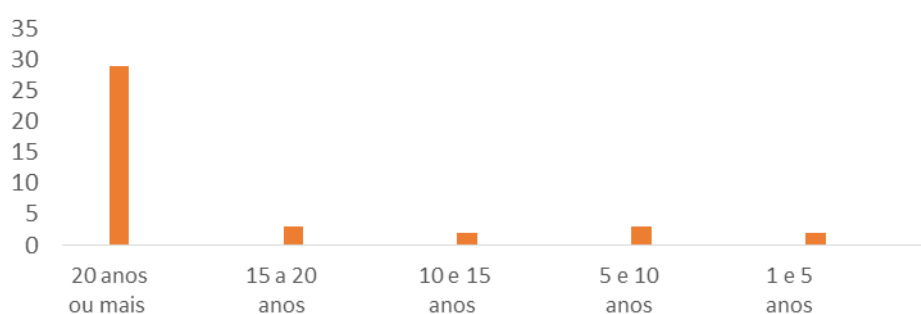
A juventude rural vem afirmando que sair do campo é uma condição, e não necessariamente um desejo, um sonho. Sendo assim, pode-se afirmar que a decisão sobre ficar ou sair do campo não resulta, exclusivamente, da construção de vínculos familiares e da

identidade com a terra, mas, passa por mudanças políticas estruturais que promovam a revalorização dos agricultores, com garantia de vida digna, boas condições de trabalho, produção, comercialização, participação política e acesso às políticas públicas.

Em relação ao número de tarefas, que é a medida usada pelos agricultores familiares para medir a área dos estabelecimentos, a média de tarefas das 40 unidades familiares pesquisadas é de 8,92 tarefas, o equivalente a 2,67 hectares, o que significa que são considerados pequenos produtores.

Sobre o tempo de trabalho na própria terra percebeu-se que a maioria dos agricultores trabalha há mais de 20 anos, tempo suficiente para obter experiências para lidar com os desafios e intempéries comuns na agricultura. Em relação às alterações do tamanho das propriedades nos últimos anos 32,5% dos entrevistados responderam ter aumentado, enquanto 67,5% disseram não ter sofrido nenhuma alteração; quanto aos que aumentaram o tamanho da área, 30% responderam comprar a parte de terras dos parentes.

Figura 17- Tempo de Trabalho na Terra Própria Agricultores de Japarutuba e Moita Bonita - SE



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

Nos questionários aplicados foram abordados pontos sobre família e trabalho, estrutura fundiária, perfil demográfico, acesso à terra, produção agropecuária, atividades para autoconsumo, renda familiar, tipo de tração utilizada, equipamentos e máquinas utilizados, abastecimento e saneamento, inserção no mercado de trabalho, condições de vida (como vivem hoje), destino dos migrantes, despesas com mão de obra, forma da propriedade familiar e participação em organização social.

Através dos questionamentos foi possível fazer uma relação dos produtos que eram cultivados, beneficiados e vendidos, o tamanho da área plantada e o valor recebido (tabela 12). Desta forma, foi possível observar que a produção é voltada principalmente para os

produtos de maior venda, destacando-se a mandioca e a batata doce. Quanto à venda, 100% dos agricultores destinam os produtos ao intermediário. De acordo com os agricultores, mesmo com a perda no valor pago pelos produtos o único benefício é a venda garantida, com valores estabelecidos na hora, em dinheiro vivo.

Tabela12-Produção agrícola de Japarutuba e Moita Bonita –SE 2015

Hortaliças, frutas e raízes	Área plantada ha	Produção total Quantidade (sacos)	KG	Venda	Total R\$
Mandioca	31,5	201	12060	66,7% beneficia e 33,3% Comercializa	3.225
Coco	1,8	800	Unidades	100%	500
Abóbora	0,3	30	Unidades	100%	100
Mangaba	0,5	2		0%	0
Macaxeira	4,6	278	12200	80% venda e 20% consumo	1.200
Quiabo	0,6	4		100%	500
Laranja	0,1	2	120	Consumo	0
Feijão	1,5	14	840	66,6% Consumo e 33,3% Venda	600
Amendoim	0,7	52	2340	100%	10000
Banana	2,2	2.000 dúzias		100%	1.300
Milho	0,7	10.663 unidades	17350	77,7% venda e 22,2% consumo	12900
batata doce	16,5	654	39.400	100%	16000
Pimenta	0,3	50	1250	100%	600

Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Organização da autora

Além da produção agrícola, boa parte dos agricultores familiares investe na produção agropecuária para obter ganhos extras. Neste ponto, 25% dos entrevistados afirmaram criar aves, tendo como principais compradores a comunidade, seguida de restaurantes. A média de preços varia de acordo com a região. Em Japaratuba o preço em média é de R\$ 35,00 enquanto em Moita Bonita o preço em média é de R\$ 40,00. A criação de bovinos também tem se destacado como uma boa opção para a geração de renda, onde 20% dos agricultores familiares afirmaram criar bovinos.

O rebanho criado nos estabelecimentos é em média de 7 (sete) cabeças e o padrão racial predominante de animais cruzados é o Holandês-Zebu, de acordo com os agricultores, esses animais são tidos como uma “poupança viva”, uma vez que, nos momentos de maiores dificuldades a venda é uma estratégia de reprodução do trabalho familiar.

Os preços do gado variam de acordo com a arroba, medida de massa utilizada no Brasil para medir o peso do animal, uma arroba equivale a 15 (quinze) quilos. Nos dois municípios não houve discrepância em relação aos valores, que são em média de R\$ 1.500,00 a R\$ 3.500,00. Os suínos também são comumente criados pelos agricultores familiares pelo fato de serem animais muito fáceis de serem vendidos e de baixo custo de criação. Nesse caso, 15% dos entrevistados declararam criar suínos em suas unidades familiares e o preço médio de venda é de R\$ 250,00 a R\$ 400,00 nos dois municípios pesquisados.

Figura 18- Animais Criados pelos Agricultores em Japaratuba e Moita Bonita-SE 2015



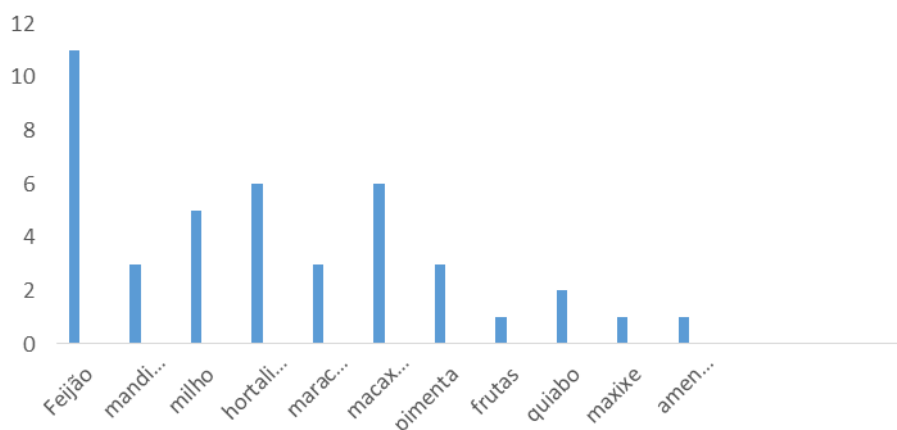
Fonte: Trabalho de Campo (2015).

Através das afirmações dos entrevistados foi possível observar que há uma diminuição dos agricultores que cultivavam produtos para o auto consumo da família. Menos da metade dos entrevistados responderam que produzem algo para auto consumo. De acordo com a afirmação de (G.S.S), uma responsável pelas chamadas “hortas”:

“Hoje em dia tem uma maior facilidade pra comprar os produtos, posso ir à feira, ou ao mercadinho e encontro tudo, às vezes sai até mais fácil e mais barato do que plantar, porque às vezes os animal come e destrói e aí é prejuízo”.

Isso mostra que a diminuição da produção para o auto consumo é uma nova tendência no meio rural, devido às proximidades dos centros de abastecimento como supermercados, mercearias e feiras, assim como o aumento do poder de compra e as facilidades de acesso aos transportes. Entre as famílias que ainda produzem algum produto, os principais itens para o auto consumo são feijão, mandioca e milho, visto que o feijão é um alimento básico para a população brasileira e a mandioca e o milho são produtos que são beneficiados e transformados em alimentos essenciais para o cardápio nordestino, a exemplo da farinha de mandioca e farinha de milho.

Figura 19- Principais cultivos para auto consumo em Japarutuba e Moita Bonita-SE 2015



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

Em relação aos responsáveis pelas hortas nota se que, no geral, é uma atividade liderada pela esposa e os filhos, enquanto os companheiros são os provedores do lar e direcionam seus trabalhos para a gestão dos estabelecimentos e o cultivo dos produtos a serem vendidos.

Quanto à fonte de renda, 58 % dos entrevistados afirmaram ser a aposentadoria a principal fonte, seguida em 17% pelos programas de políticas públicas, 15%, as pensões e apenas 10% da agricultura familiar. Nesse sentido, é pertinente afirmar que, apenas o trabalho na agricultura ainda não é suficiente para prover o sustento da família, sendo necessárias outras fontes para ajudar na complementação da renda.

3.2 A CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES

Neste tópico serão apresentados e discutidos, também, os dados obtidos a partir dos questionários, buscando entender as particularidades e os modos de vida nas unidades familiares. A família rural se constitui como o centro de análise deste estudo, pois é no âmbito familiar que se organiza a inserção produtiva e social dos membros familiares.

De acordo com Lamarche (1993) o conceito de agricultura familiar funda-se na existência de uma estrutura produtiva que associa família - produção - trabalho e revela a possibilidade de diferentes combinações entre propriedade e trabalho, resultando numa diversidade de formas sociais (entre elas camponesa) que variam no tempo e no espaço.

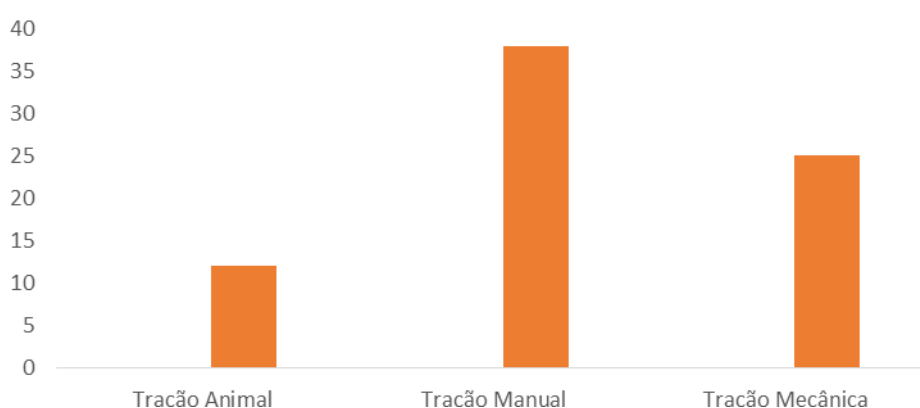
As análises do trabalho de campo (2015) demonstram a persistência das características da pequena produção, como a pouca disponibilidade de terras, uso intensivo da força de trabalho familiar, pequena produtividade e baixo nível de renda.

De acordo com os entrevistados, a inserção tecnológica nas unidades e uso de tração mecânica contínua ainda é uma realidade muito distante, visto que, nos últimos anos, mesmo com o aumento do uso do trator, não houve crescimento de excedente em relação aos produtos; no caso de Japaratuba, a mandioca e o milho e, em Moita Bonita, a batata doce, não compensando o investimento na aquisição do trator.

No município de Japaratuba a locação do trator custa R\$ 100,00 a hora, já no município de Moita Bonita a hora custa, em média, R\$ 120,00. Apesar de a modernização facilitar o processo e promover uma aceleração no preparo do solo, todos os agricultores entrevistados ainda utilizam o arado como tração manual principal, mesmo os que utilizam o uso do trator. A tração manual é caracterizada pelo uso intensivo da força humana com uso dos instrumentos como pá, enxada, facão, foice e arado com o objetivo de preparar o solo para viabilizar o desenvolvimento das plantações.

Já a tração animal é uma forma mais mecanizada e que contribui sensivelmente para o aumento da produtividade, é uma forma bem eficiente em pequenas áreas e que pode ser facilmente utilizada no processo produtivo, os animais são utilizados no processo de tração é um trabalho manual com o auxílio de arados, capinadeiras e as vantagens são o custo benefício nas pequenas unidades produtivas que não dispõem de renda suficiente para o uso da mecanização. A tração mecânica é o uso de maquinários agrícola com a intenção de aumentar a produtividade e otimização do uso dos insumos aumentando a lucratividade.

Figura 20- Tipos de Tração utilizada pelos Agricultores em Japarutuba e Moita Bonita SE 2015



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

Em relação à análise do solo 94% dos agricultores afirmaram nunca ter realizado esse processo nas suas unidades, enquanto apenas 6% responderam ter feito de forma particular, com o objetivo de ter um melhor aproveitamento da produção. Quanto ao uso de equipamentos na produção, observamos que a maioria dos agricultores utilizam com maior frequência os instrumentos manuais tradicionais, como enxada, pá e arado. Nos últimos anos, com a chegada da técnica da irrigação, alguns agricultores perceberam o aumento da capacidade produtiva e iniciaram a agregação de instrumentos tecnologicamente mais sofisticados, variando de acordo com o rendimento.

Nesse sentido, Martins (2003) destaca que a família está orientada cada vez mais para o moderno, para o mercado e para a modernização, ou seja, para a inserção na economia de mercado de produtos agrícolas, secundarizando o velho modelo de subsistência, mesmo sendo um trabalhador empreendedor em conflito. Mas o moderno e capitalista aparece nessa

trajetória como afirmação de valores da tradição conservadora: família, comunidade, terra, trabalho e religião.

Ou seja, um trabalhador que toma a iniciativa de empreender em sua unidade produtiva e trabalha com as duas técnicas de produção manual e moderna. No entanto, se ele não tomar a iniciativa, dificilmente se tornará um empreendedor, visto que as relações modernas de capital é quem define a produção e os interesses do campo, voltados principalmente para o aparelhamento tecnológico no agronegócio e deixando para trás milhares de agricultores familiares.

Figura 21- Uso de equipamentos manuais, Município de Japaratuba SE 2015



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

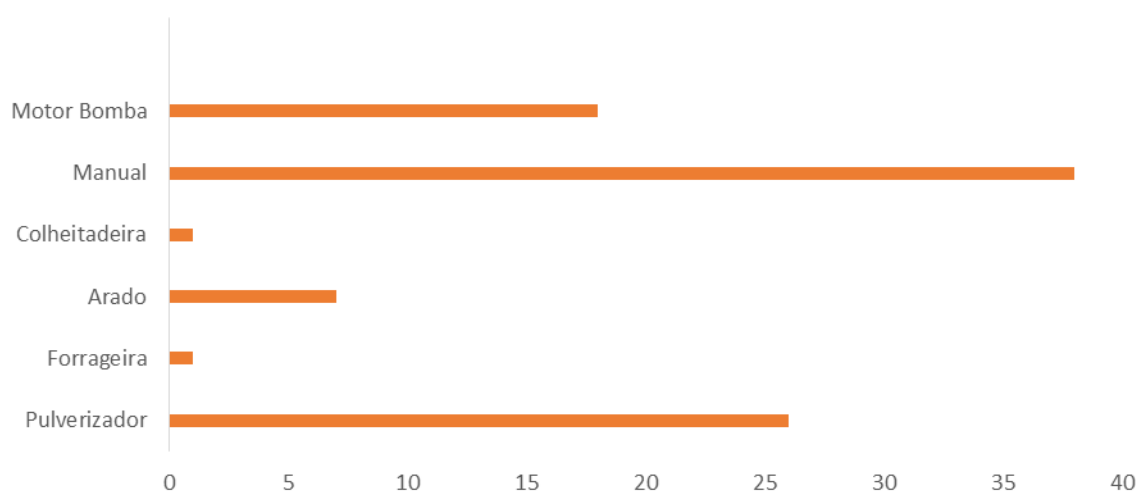
Figura 22- Uso de equipamentos manuais, Município de Moita Bonita-SE 2015



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

De um universo de 40 famílias, apenas três agricultores afirmaram utilizarem a colheitadeira. Nesse caso, observou-se um maior nível de renda. Uma grande preocupação é que 65% dos agricultores afirmaram usar pulverizador, instrumento utilizado para aplicação de defensivos e herbicidas para o controle de pragas e doenças. Algo que é preocupante, pois, muitos desses agricultores utilizam esse equipamento sem o uso dos aparelhos de proteção adequados, podendo sofrer consequências graves pondo em risco a saúde, como também degradando o solo, o lençol freático e, inclusive, com tendência de contaminação dos produtos cultivados.

Figura 23- Equipamentos e Máquinas utilizadas



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

Outro detalhe importante é que no trabalho de campo 48% dos agricultores afirmaram que, apesar de a família auxiliar na produção, ainda existe a necessidade eventual do trabalho contratado para o desenvolvimento de atividades do estabelecimento agropecuário. Na maioria dos casos, o principal modo é o trabalhador temporário, ou seja, pessoa contratada para trabalhar no estabelecimento agropecuário, uma ou mais vezes, em tarefas temporárias ou eventuais, principalmente no preparo da terra, plantio e colheita.

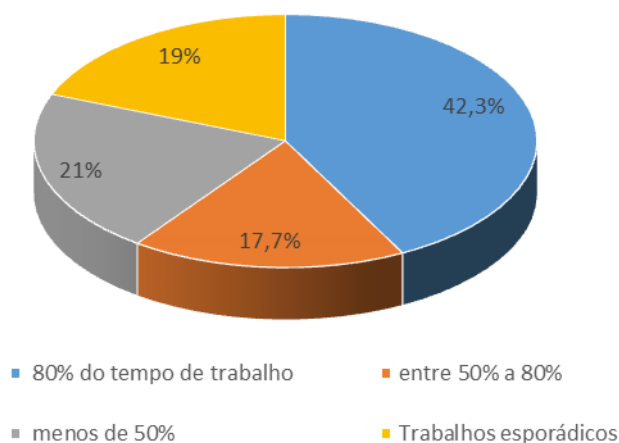
Outra situação é que apenas 9% dos entrevistados responderam que utilizam a parceria, ou seja, pessoa empregada no estabelecimento e subordinada diretamente ao dono do estabelecimento, que executou tarefa mediante recebimento de uma parte da produção como meeiro.

Em relação ao valor pago em dinheiro ou em produtos, para as pessoas que trabalham com o produtor, podemos dizer que não existe uma grande variação; a diária custa em média R\$ 50,00 nos dois municípios em estudo.

Atualmente, uma preocupação dos agricultores é que, segundo eles, mesmo pagando bem, alguns afirmaram que “falta mão de obra” “e muitas vezes faz-se necessário que a família trabalhe em “dobro.” Acrescenta-se, também, que não foram encontrados trabalhadores com os direitos trabalhistas assegurados como carteira assinada, 13º salário e férias.

Sobre o tempo de dedicação ao trabalho na agricultura, os entrevistados relataram que a maior parte do tempo é voltada para trabalhos executados no campo, seja no próprio estabelecimento ou executando trabalhos para outros. A partir dessa constatação é possível afirmar que a segunda fonte de trabalho, depois da propriedade, são os trabalhos temporários executados em outros estabelecimentos.

Figura 24- Tempo de dedicação do Trabalho à agricultura



Fonte: Trabalho de campo (2015)

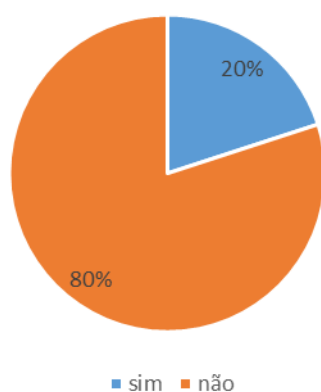
Em relação à infraestrutura, ao abastecimento de água e acesso ao saneamento, foi possível observar certo descaso em relação à população rural. As 40 famílias entrevistadas nos dois municípios não possuem acesso à água encanada; o acesso a esse bem precioso e fundamental para as atividades dos agricultores é obtido por meio de fontes ou poços artesianos e o seu destino é a céu aberto, não há tratamento de esgotos. Os dejetos dos animais não são recolhidos e os dos humanos são destinados a fossas sépticas; quanto ao lixo, 59% dos entrevistados responderam que a prefeitura faz a coleta e 41% afirmaram queimar, pois

não gostam de esperar a coleta da prefeitura devido ao fato de que os animais que geralmente bagunçam.

Quanto às condições de vida, 100% dos agricultores dos dois municípios afirmaram residirem em casa de alvenaria, coberta com telhados de cerâmica; todos tem acesso à energia elétrica, geladeira, fogão a gás e televisão, bens que há anos atrás era objeto de desejo das famílias rurais. Apenas 20% dos entrevistados afirmaram ter acesso a carro ou motos, demonstrando que, apesar das melhorias de vida nos últimos anos, o acesso ao transporte particular ainda é uma realidade distante.

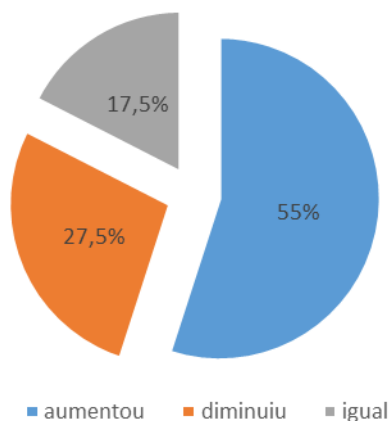
No geral, a planta da casa dos agricultores familiares é composta por três quartos, uma sala, um banheiro e uma cozinha. Quando questionados sobre como vivem atualmente 97% responderam viver melhor que quando eram crianças, apenas 3% disseram viver igual e, em relação à perspectiva de melhoria, 70% acreditam que as condições de vida podem melhorar, enquanto 30% ‘não acreditam em mais nada’, segundo eles, devido ao “caos da política brasileira”. Indagados sobre se as políticas públicas contribuem para a agricultura familiar, 66% dos entrevistados afirmaram que sim e 33% disseram não, pois não tinham acesso. Contudo, apesar dos desafios e dificuldades no meio rural, os entrevistados afirmaram que não gostariam de deixar a agricultura, apenas desejavam apoio e acesso a programas para facilitar a vida.

Figura 25- Questionamento sobre permanecer ou deixar a agricultura



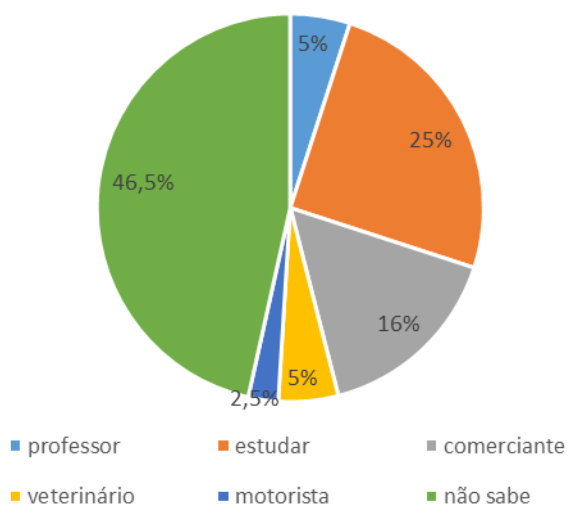
Fonte: Trabalho de Campo (2015)

De acordo com os entrevistados, nos últimos anos o número de famílias de agricultores tem aumentado, devido à atividade da agricultura ter uma garantia de renda certa, quando é intermediada e o aumento do custo de vida tem feito muitas famílias iniciarem a produção na agricultura.

Figura 26- Quantidade de famílias agricultoras

Fonte: Trabalho de Campo (2015)

Contudo, as famílias não gostariam que seus filhos se tornassem agricultores familiares. Nesse ponto, 67,5% responderam que essa não é a profissão que almejam para eles, enquanto 30% disseram que ficariam felizes em ver seus filhos dando continuidade ao trabalho no campo e 2,5% dos entrevistados não sabiam responder se essa seria a profissão ideal. Em relação às atividades que gostariam de exercer, a maioria os entrevistados disseram não saber, apenas prefeririam estudar, para obter melhores condições de vida.

Figura 27- Profissões que os agricultores familiares gostariam de exercer

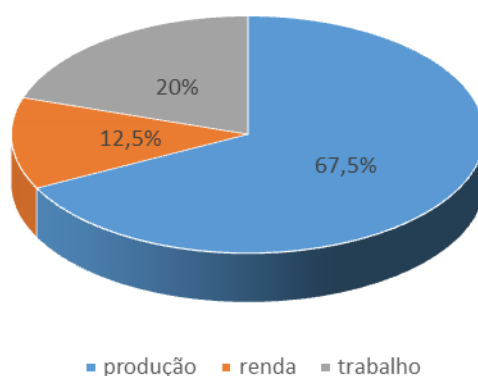
Fonte: Trabalho de Campo (2015)

Através das alegações dos entrevistados, foram indicados os piores e melhores fatores de residir no campo. De acordo com a maioria dos agricultores, os melhores fatores de residir no campo são ‘a liberdade, o sossego, sempre ter tudo para comer, terra para plantar e comer, a tranquilidade, o custo de vida baixo e a união com os vizinhos’. Quanto aos piores fatores de residir no campo estão ‘o lazer, a falta de assistência médica, a violência, a dificuldade de transporte, a educação, a falta de trabalho e as condições de vida’. Os agricultores foram questionados, ainda, sobre os fatores mais importantes para a permanência no campo, onde grande parte respondeu que são ‘terra própria, água e dinheiro’.

A partir das respostas dos agricultores notamos que as condições de saúde, a dependência de medicamentos, o acesso aos serviços de saúde, educação e transporte e as formas de lazer ainda não são suficientes para dar uma melhor qualidade de vida aos habitantes da zona rural. Visto que, a vinculação a um trabalho mais prazeroso e reconhecido socialmente e a capacidade de ter aspirações, melhorando a condição de autoestima ainda não é possível trabalhando e residindo na zona rural dos locais estudados.

Outro aspecto apontado pelos entrevistados é em relação às dificuldades encontradas para a inserção tecnológica, que é de grande relevância para um desenvolvimento consolidado. De acordo com os entrevistados, os principais entraves são o acesso ao dinheiro, a ausência de uma associação, a falta de conhecimento para obter créditos, a falta da capacitação para manusear os equipamentos e a burocracia. Questionados sobre o que melhoraria com o acesso às tecnologias nas propriedades, 67,5% responderam que melhoraria a produção, 20% responderam que melhoraria o trabalho, pois diminuiria o esforço e 12,5% disseram que melhoraria a renda porque aumentaria a produção.

Figura 28- Melhorias a partir do acesso as tecnologias



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

A esse respeito e em relação às formas familiares de produção, que são as características das unidades em relação ao tamanho e à produtividade, 42,5 % dos agricultores responderam produzir uma safra ao ano, enquanto 57,5 % afirmaram produzir duas safras. Neste caso, é importante ressaltar que os agricultores que produzem duas safras ao ano são financeiramente estabilizados e tem acesso à irrigação.

Figura 29- Uso da Irrigação no Município de Japaratuba- SE 2015



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

Figura 30- Uso da Irrigação no Município de Moita Bonita-SE 2015



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

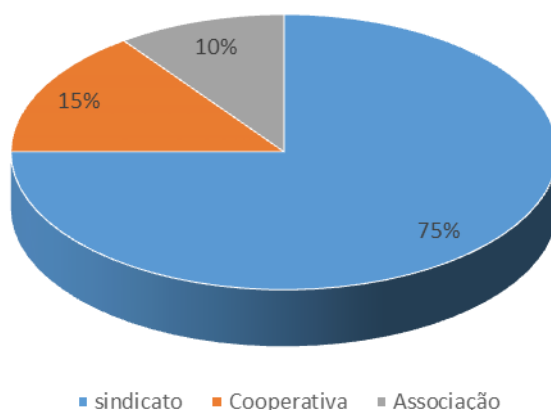
Nesse sentido, é pertinente afirmar que, apesar das melhorias implementadas nos estabelecimentos ao longo dos últimos anos, ainda existe um bom número de agricultores descapitalizados, que produzem nas formas mais tradicionais, com utensílios manuais e com baixa produtividade.

Do mesmo modo, 97,5 % dos agricultores afirmaram que a técnica mais usada em todas as fases do plantio é a manual, quando questionados sobre a qualidade do solo, responderam ser bom. Segundo eles, o solo encontrado em Japaratuba é o massapê e em Moita Bonita o amarelado como é conhecido o solo podzólico.

Outra caracterização importante descrita pelos agricultores é em relação ao tamanho ideal de um estabelecimento nos municípios em estudo. No caso de Japaratuba a média descrita pelos agricultores foi 23,66 tarefas, ou seja, 7 hectares e, no município de Moita Bonita, a média de tarefas foi de 6,75 totalizando 2 hectares.

Na ótica dos entrevistados esses tamanhos de estabelecimentos, o acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e uma participação efetiva das associações e cooperativas seriam o caminho mais fácil para o desenvolvimento da agricultura familiar nas localidades estudadas, visto que muitos agricultores participam efetivamente dessas entidades depositando nelas uma credibilidade para o acesso a melhorias e benefícios.

Figura 31- Participação dos entrevistados em organização social em Japaratuba e Moita Bonita-SE 2015



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

3.3 AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES

A unidade familiar se constitui como um caso muito interessante para o estudo, devido à sua relevância pelas muitas estratégias que desenvolve e pelas articulações que podem garantir, ou não, a reprodução do grupo familiar como agricultores familiares.

Dessa forma, entende-se que as estratégias de reprodução das unidades ocorrem por meio da diversificação na ocupação e na renda, que estão centralizadas, principalmente, na combinação de atividades agrícolas e não agrícolas.

É importante verificar como os agricultores familiares dos municípios de Japaratuba e Moita Bonita tem sobrevivido ao sistema capitalista, diante dos problemas enfrentados cotidianamente e que decorrem deste sistema. A organização familiar, em sua grande maioria, é baseada na centralidade da figura paterna, essa que tem a maior experiência e assume a responsabilidade pelo lote, permitindo a viabilização das condições necessárias à sobrevivência da família.

Um indicador importante é a variável demográfica, que constitui um importante elemento na reprodução social da família, pois mostra a disponibilidade de mão de obra no estabelecimento familiar, essa que demonstra a relação entre a disponibilidade de membros e o desenvolvimento da pluriatividade. O trabalho familiar é observado e existe uma variação de 2 a 4 pessoas da família que trabalham no estabelecimento ou em outras atividades para ter acesso à renda.

O trabalho complementar é uma importante ocupação do agricultor, porém, como às vezes não é possível retirar o sustento apenas com o trabalho no lote, existe a necessidade de complementação. Assim, fica evidenciado que apenas 15% das famílias tem seus membros trabalhando exclusivamente na unidade familiar.

Identifica-se que muitas famílias não conseguem atender satisfatoriamente às suas necessidades trabalhando apenas no seu lote, existindo a necessidade de vender sua força de trabalho para atingir uma renda mínima, um elemento importante na reprodução social. Nesse sentido, é importante ressaltar que, de acordo com a pesquisa de campo, a ocupação na agricultura corresponde a 90 % das famílias em relação às outras atividades. Por outro lado, 7,25% das famílias tiveram algum dos seus membros em ocupações remuneradas fora da agricultura e 2,75% dos entrevistados responderam que são autônomos.

No entanto, como indicam os dados, podemos observar que parte dos agricultores possui outras atividades, dentro dos estabelecimentos familiares e relacionadas à agricultura e, fora destes, em outras atividades não relacionadas à agricultura. Podemos considerar essas unidades familiares como pluriativas, pois, combinam mais de uma atividade e possuem mais de uma fonte de renda. Como afirma WANDERLEY, 2009, p.10:

[...] a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam necessariamente a desagregação da família, mas constituem

frequentemente, elementos positivos, com a qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias e reprodução presente e futuras.

A pluriatividade tem se constituído como umas das estratégias de reprodução mais rentáveis para as famílias rurais. De acordo com os estudos de Baumel e Basso (2004, p. 139), que defendem a tese da pluriatividade, na busca do desenvolvimento da agricultura familiar:

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura.

A pluriatividade se caracteriza pela diversificação das atividades rentáveis por aqueles que são agricultores familiares. É através dela que os membros das famílias de agricultores residentes no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou ainda, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Ainda sobre pluriatividade, Alentejano (2001, p. 157) esclarece: a noção de pluriatividade permite dar conta melhor do caráter familiar da unidade agrícola, pois parte dos membros pode dedicar-se até integralmente ao trabalho agrícola, enquanto outros trabalham em outras atividades.

Desse modo, a capacidade produtiva do agricultor familiar não se restringe unicamente às atividades agrícolas; com a pluriatividade os estabelecimentos familiares podem obter a renda por meios de diferentes de diferentes tipos de atividades.

Outro elemento estratégico para a melhoria de vida dos agricultores familiares é a modernização dos estabelecimentos, pois, dessa forma é possível aumentar a produção e ampliar a renda familiar. Sobre isso Diniz afirma que:

[...] é o aumento da produção através da modernização, quer seja a substituição de produto tradicionais por outros mais rentáveis, quer seja pelo uso de insumos modernos. De qualquer modo o que se visa é o aumento de renda da família, que também pode existir via incrementada do trabalho externo à unidade produtiva. (1993, pg. 144)

O uso de novas técnicas, máquinas e equipamentos, sementes selecionadas, adubação e irrigação são componentes básicos para que o processo da modernização seja iniciado. Mas, para que isso ocorra é necessário que os agricultores tenham também o acesso ao

conhecimento de técnicas e manuseio de máquinas agrícolas e os ensinamentos podem ser realizados por órgãos governamentais como EMDAGRO e SECRETARIA DE AGRICULTURA. Esses ensinamentos são essenciais para que os agricultores obtenham resultados expressivos. No entanto, tem ocorrido por parte do poder público uma omissão quanto aos serviços de extensão rural.

O uso do crédito tem possibilitado a alguns agricultores familiares adquirirem insumos e equipamentos para melhoria da produtividade agrícola do estabelecimento. Quanto a essa questão SANTOS destaca:

A importância do crédito agrícola para o processo de modernização da agricultura pode ser avaliada, quando se comparam os valores do crédito concedido para determinados insumos e a soma total dos recursos gastos pelos agricultores em sua aquisição. (1996, pg. 93)

O acesso ao crédito agrícola também constitui um fator importantíssimo e uma estratégia para o pequeno produtor obter melhorias em seu estabelecimento, viabilizando uma maior produtividade e assegurando uma melhoria na qualidade de vida da família. Dentre os agricultores consultados, 84 % disseram ter tido acesso ao crédito agrícola. Por outro lado, 16% informaram a não utilização em nenhum período de sua atividade agrícola, pois são exigidos muitos documentos e comprovações que são demoradas e emperram a obtenção.

A estratégia do agricultor familiar mais utilizada é o aumento da área cultivada, que ocorre quando a família se capitaliza adquirindo outra forma ou unidade de trabalho, arrendando terra e aumentando a produção.

Além dessas estratégias de reprodução citadas existe outra muito importante, a aposentadoria. O acesso a esse benefício viabiliza a sobrevivência da família, pois corresponde a um acesso garantido mensalmente, independente das circunstâncias do tempo ou da política econômica vigente. Sendo assim, ter acesso a uma aposentadoria pode significar ter condições mínimas de sobrevivência e uma forma de complementar a renda obtida através da produção no estabelecimento familiar.

Sobre essa questão Delgado (1995) afirma que a previdência além de ter uma participação significativa na composição da renda, tem um peso estratégico na estabilização da renda familiar ao longo do ciclo agrícola. Isto fez com que a partir da metade dos anos 90 os idosos começassem a ser disputados nas famílias eram garantia de uma renda mensal importante.

Apesar dos agricultores familiares enfrentarem muitos obstáculos, ainda é grande a luta para a sobrevivência e reprodução da família. Portanto, é necessária uma maior atenção do poder público, em prol de um desenvolvimento rural. A política agrícola deve ser ampliada de modo a inserir os pequenos produtores e estruturá-los social e economicamente, levando os agricultores familiares a obterem melhores níveis de produção e comercialização.

3.4 AS FONTES DE RENDA NAS UNIDADES FAMILIARES E A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O objetivo desta seção é identificar as fontes de renda, sejam elas monetárias ou não, principal e secundária das famílias entrevistadas, analisando quais os membros das famílias responsáveis por obtê-las e verificar a utilização de fontes de crédito pelos responsáveis nos estabelecimentos familiares.

Renda, no conceito econômico, é o somatório de todos os rendimentos de residentes em um determinado local, incluindo todas as obtenções de dinheiro, salários, pensão, renda (aluguéis, juros).

O código tributário nacional o art. 43 estabelece uma definição de renda.⁴

“Art. 43 a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

- I- De renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;
- II- De proventos de qualquer natureza, assim entendido os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.”

As fontes de renda são fundamentais para o êxito das estratégias de reprodução social das famílias; as ocupações indicam a maneira como as famílias se relacionam social e economicamente com a sociedade e com o Estado. Por estarmos cientes das dificuldades encontradas na obtenção de dados confiáveis para quantificação das rendas e devido a uma certa resistência das famílias em transmitir este tipo de informação, a finalidade deste trabalho deve ser a análise das combinações das fontes de renda que foram declaradas pela família.

⁴ www.senado.leg.br/bdsf.

Observamos que, nos estabelecimentos familiares, as famílias optaram por uma diversificação das atividades ao invés da diversificação de produtos, no entanto, as atividades relacionadas à agricultura é o ponto de partida das ocupações para obtenção de renda das famílias.

De acordo com 35% dos entrevistados a ocupação principal é a agricultura, seguida do trabalho rural com 15,6%; do total, 8,5% afirmaram ser aposentados ou pensionistas, 7,3% revelaram trabalhar na construção civil, 5,4% relataram trabalhar no serviço público, 2,4% disseram ser trabalhadores domésticos, 3,9% responderam trabalhar no comércio, 0,8% contaram ser pescadores a mesma porcentagem de marisqueiros. Além desses, 17% dos entrevistados disseram não trabalhar e 4,1% responderam que a principal fonte de renda são outras (as diárias domésticas, trabalhos complementares, costuras, manicuras e cabeleireiros).

Figura 32- Quarto de Costura de agricultora familiar



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

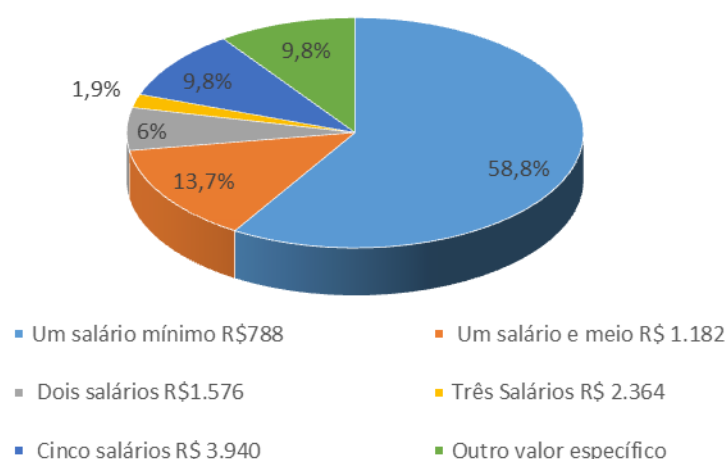
Quando se fala em trabalho na agricultura, não se refere apenas à exploração do lote, mas, também às atividades relacionadas ao beneficiamento do produto que é produzido no estabelecimento como, por exemplo a produção dos produtos derivados da mandioca no município de Japaratuba e dos derivados da batata doce no município de Moita Bonita.

Em Japaratuba o beneficiamento da mandioca é encontrado em todo o município, sua cultura tem destinação à produção de farinha, beijus, tapiocas, e outros derivados, que são vendidos diretamente ao consumidor.

Figura 33- Venda direta dos derivados da mandioca em Japaratuba SE 2015

Fonte: Trabalho de Campo (2015)

Quanto à renda obtida com as profissões citadas como ocupação principal, a maioria dos entrevistados respondeu que recebem apenas um salário mínimo⁵, sendo necessário exercer o trabalho complementar para reprodução da família e capitalização da mesma, visto que é necessário ter sempre uma renda extra para futuros investimentos ou, como afirmaram alguns agricultores, para os momentos mais difíceis como, seca, doença e queda dos rendimentos.

Figura 34- Valores da Renda obtida pelos agricultores na ocupação principal

Fonte: Trabalho de Campo (2015)

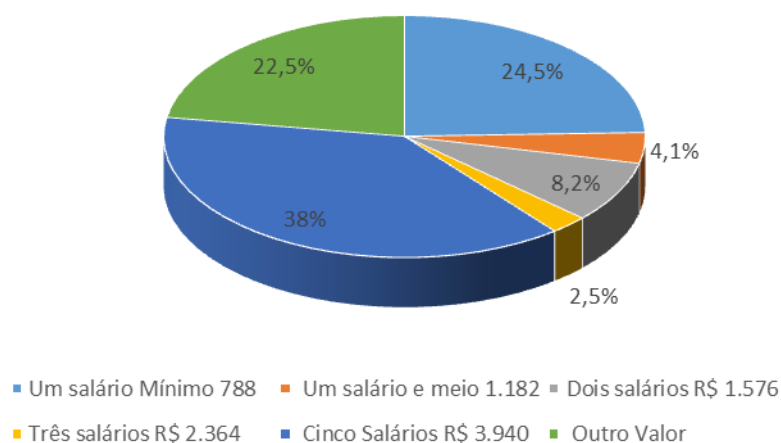
Em relação à ocupação secundária, 25,9 % dos entrevistados responderam que é a agricultura, 22,2 % afirmaram ser o trabalho rural, 14,8 % disseram trabalhar no comércio a

⁵ Foi utilizado como critério o valor do salário mínimo vigente no Brasil no ano de 2015.

mesma porcentagem dos que relataram exercer bicos, 14,9% declararam ser aposentados ou pensionistas, 3,7 % contaram trabalhar na construção civil a mesma porcentagem dos que asseveraram que a renda é obtida por meio das diárias os chamados “bicos”, com renda média mensal de R\$ 400,00 em Japaratuba e R\$ 500,00 em Moita Bonita, 2,4% explanaram trabalhar no serviço doméstico, 0,6% certificaram ser pescadores a mesma porcentagem de marisqueiro.

Em relação a renda secundária, a maioria dos entrevistados responderam receber um salário mínimo. Dessa forma, a partir das análises através dos valores da renda por meio das ocupações principal e secundária, é possível afirmar que parte dos agricultores familiares sobrevivem com a renda média de dois salários mínimos.

Figura 35- Valores da Renda secundária dos agricultores familiares



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

Sobre os “bicos” que os agricultores familiares afirmaram ter como fonte de renda, no município de Japaratuba o artesanato é uma atividade que vem crescendo nos últimos anos, devido a boa aceitação de venda e pelo lucro final pois, nesse caso, a venda é direta e realizada em feiras livres ou eventos sociais, não tendo a figura do atravessador diminuindo a porcentagem do lucro. No município de Moita Bonita os “bicos” são as várias tarefas realizadas em diferentes setores para obter uma renda a exemplo da diária doméstica, lavagem da batata e limpeza dos estabelecimentos.

Figura 36- Produtos produzidos pelos agricultores familiares para obtenção de renda



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

A reprodução social das famílias entrevistadas, ou seja, os modos de vida são caracterizados pela diversificação da obtenção da renda. Sob a perspectiva do desenvolvimento rural é possível observar a preferência por múltiplas ocupações devido à diminuição da vulnerabilidade dos estabelecimentos, diante do declínio da produção e da instabilidade dos mercados.

As fontes de renda dos agricultores familiares dos municípios pesquisados se baseiam, sobretudo, na combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, como também na estruturação familiar e produtiva, resultado das tomadas de decisões e na elaboração das estratégias de reprodução. Um aspecto observado é que a figura paterna, na grande maioria dos casos, é a responsável pelas tomadas de decisões nas unidades familiares.

3.5 OS DESAFIOS PARA INSERÇÃO TECNOLÓGICA E A GERAÇÃO DE RENDA NAS UNIDADES FAMILIARES

No primeiro capítulo, no qual foram abordadas várias definições para a agricultura familiar, notamos as múltiplas funções desta no meio econômico e social dos territórios, funções que já faziam parte da prática camponesa e que foram desaparecendo com o avanço do capitalismo no campo.

Para Carneiro (2009), a agricultura familiar é valorizada como segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, que resulta na fixação de parte da população no campo.

De acordo com Cazella et al 2009, a primeira contribuição da agricultura familiar diz respeito ao seu papel original de garantir a segurança alimentar. Essa função deve ser observada por duas dimensões, a produção agrícola e a capacidade de fornecer volumes de alimentos.

O universo da agricultura familiar demonstra uma grande capacidade produtiva, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento do país, mesmo com o pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas. Nos municípios de estudo foi possível observar as dificuldades que os pequenos produtores enfrentam diariamente para tentar se manter na agricultura e residir no campo, visto que, as políticas públicas pouco tem assistido a população, que se encontra cada vez mais dependente dos intermediários, diminuindo o lucro.

Nesse sentido Chayanov, apud Alfatin (2003), não nega o interesse da família agrícola em obter lucro com sua atividade produtiva, mas enfatiza que tal interesse está subordinado à satisfação da família. Para o autor, isso ocorre por não haver a separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e de sua família.

Deste modo, na agricultura familiar o agricultor sobrevive da terra, extrai da natureza sua sobrevivência, o que lhe possibilita criar novas alternativas para melhorar suas condições de vida e continuar no campo, produzindo de forma diferenciada, reinventando e criando alternativas que lhes possibilitem permanecer no meio rural com dignidade. Para GRAZIANO, 1999, p.26.

O cultivo de subsistência, esse sim, está ultrapassado pelos tempos, massacrado pela intermediação danosa. Aqui reside o grande desafio: modernizar a agricultura familiar, integrando-a nos agronegócios, transformando os pequenos agricultores em empreendedores rurais. Exportar, agregar valor, identificar origem, aprimorar embalagens, contratar demanda, lastrear preços, tudo isso- o mundo dos agronegócios-precisa chegar aos pequenos no campo.

No município de Japaratuba foi possível verificar que a maioria dos agricultores faz o beneficiamento da mandioca em casas de farinha tradicionais, onde todo o processo de fabricação dos produtos é feita de forma manual. Segundo os agricultores familiares a falta de uma associação atuante e as dificuldades de acesso ao crédito inviabiliza a progressão de vida e trabalho na família. Foram diagnosticadas apenas 3 (três) casas de farinhas mecanizadas no município.

Figura 37- Beneficiamento da mandioca de forma tradicional Povoado Mundo Novo Japaratuba SE 2015.



Fonte: Trabalho de Campo (2015)

Contudo, sem o apoio do Estado como proponente de ações que visam melhorias o que ocorrerá cada vez mais é a saída da população para outros locais, em busca de empregos em que possam proporcionar uma renda fixa, pois, devido a intempéries climáticas, os preços dos produtos oscilam muito. Ainda de acordo com op.cit 1999, p.26

Renegar a moderna tecnologia e esquecer os mercados significa obscurantismo. Pudera que todos os pequenos e médios agricultores se integrassem às dinâmicas cooperativas, vendendo com lucro e aprimorando seu sistema produtivo com tecnologia de ponta... Eles, como os demais, querem progredir, ganhar dinheiro, melhorar de vida.

De acordo com o relato do trabalho de campo (2015) os agricultores necessitam de uma cooperativa mais eficiente e mais acesso à educação, assim como a oferta de cursos profissionalizantes, para aprenderem a agregar valor ao que produzem e para que possam obter uma renda maior e viver tranquilamente no meio rural.

3.6 A QUESTÃO DA MIGRAÇÃO NO MUNDO RURAL

De acordo com Sandroni (2004) o deslocamento de indivíduos do campo para as cidades faz parte da história da humanidade desde que começaram a se constituir os povoados e cidades. Ele é caracterizado como um movimento populacional que se dirige de uma região para outra, geralmente ocorre porque as pessoas não encontram oportunidades sociais e econômicas ou por fatores culturais e políticos, que são compreendidos no Brasil como êxodo rural ou movimento migratório.

Para Singer (1976), o problema do êxodo rural é consequência da mecanização do campo, que propicia a saída de indivíduos do meio rural em direção ao meio urbano, em busca de melhores condições de vida, ou pela falsa ilusão de que o modo de vida na cidade seria mais fácil. Conforme este autor (1976, p. 129), “a mecanização da agricultura está historicamente ligada à redução da força de trabalho empregada na agricultura. Ela se desenvolveu em primeiro lugar nos Estados Unidos e estava ligada à redução da mão de obra agrícola naquele país”. Dentro dessa ótica SOUZA 2007, p 51 afirma que:

[...] seja por falta de incentivos no setor agrícola ou pela busca de melhoria dos serviços, os agricultores migram para o meio urbano, gerando uma massa de desempregados sujeitos a trabalhos com baixa remuneração e expostos a diversos desafios como: infraestrutura, habitação, saneamento básico, transporte, desemprego, entre outros.

Todavia, o movimento migratório causa diversas implicações tanto nas áreas de recepção como nas áreas de origem. Nas áreas de recepção, por exemplo, ocasiona o crescimento do meio urbano, muitas vezes de modo desordenado e sem infraestrutura. Essa é uma realidade que vem ocorrendo no Brasil nas últimas décadas em decorrência, principalmente, do êxodo rural.

O estado de Sergipe, por ser o menor estado do país e ter dimensões quilométricas muitas vezes menores que em outros estados do Brasil, tem um fluxo migratório dinâmico. Sobre isso FRANÇA et al 2010, pág. 123 afirma:

As migrações internas são dinâmicas e complexas, em função do tamanho reduzido do território sergipano e da malha viária, que possibilitam a movimentação, seja em caráter definitivo, seja em caráter sazonal ou pendular.

Nos municípios de Japaratuba e Moita Bonita não poderia ser diferente; por terem os setores de comércio e serviços inexpressivos e o setor industrial inexistente não atraem migrantes, pelo contrário expulsa a população jovem em busca de melhores condições de vida.

Segundo França (2010) tradicionalmente, o sergipano se constitui um migrante, em virtude da existência de uma economia liberadora de mão de obra do campo para cidade. Atribuir baixos rendimentos apenas á falta de qualificação do agricultor familiar inútil, a principal causa é o atual sistema de exploração baseado no latifúndio, a baixa produtividade está associada à falta de assessoria técnica e qualificação dos agricultores, sendo necessário acompanhamento técnico. Quanto a isso, FRANÇA et all 2010, pág. 121 comenta.

As pessoas residentes no interior, que enfrentam os problemas decorrentes da concentração da Terra, das longas estiagens e das dificuldades de emprego, foram atraídas pelas oportunidades de trabalho e pela política habitacional concentradas em Aracaju.

Moita Bonita pode ser caracterizado como um município onde a estrutura fundiária é representada por pequenos estabelecimentos, na qual a terra se apresenta fragmentada. O tamanho do lote, na sua grande maioria, é insuficiente para uma grande produção. Aliado a isso, existe a falta de estrutura para o progresso do plantio, pois os pequenos produtores não conseguem mecanizar sua produção e, conseqüentemente, tem baixo rendimento de produtividade, o que os coloca em desvantagem no mercado. Sendo assim, o fenômeno do êxodo rural é um fator atrativo que as cidades exercem sobre parte da população rural. Muitos migram para as cidades, principalmente as mais desenvolvidas, em busca de emprego e melhores condições de vida.

Em Japaratuba, os motivos que levam a população a migrar são: a permanência da concentração latifundiária, a monocultura da cana de açúcar e seu trabalho árduo, a mobilidade de trabalho com a proximidade com a capital Aracaju e a facilidade de transportes, a oportunidade do emprego formal com registro em carteira de trabalho com acesso a direitos trabalhistas, principalmente na cidade vizinha, Carmópolis, esta que sedia uma base da Petrobras e várias empresas terceirizadas. Com a chegada da Petrobras as pessoas começaram a migrar do campo para a cidade. Esse processo permitiu a intensa saída da população da sede do município de Japaratuba como também dos povoados mais próximos.

No entanto, o processo do êxodo rural gera vários problemas sociais, pois parte desses imigrantes não possui qualificação profissional exigida pelo mercado cada vez mais competitivo, conseqüentemente, há um aumento populacional desordenado, além do desemprego e do subemprego nessas cidades. Esse fenômeno vem ocorrendo atualmente nos municípios estudados, pois, a maioria da população jovem tem saído do campo, dos

estabelecimentos que pertencem à família, para buscar emprego com ou sem registro de carteira assinada.

De acordo com os relatos do trabalho de campo (2015) a população jovem de Moita Bonita tem migrado para o município vizinho de Itabaiana. Durante a realização do trabalho de campo foi possível ver a tristeza dos pais quanto a isso. Eles sempre afirmam que, com o trabalho no campo, os filhos ganhavam mensalmente em torno de R\$ 1.100,00, porém, mesmo ganhando menos estes preferem migrar pelo simples fato de não quererem ser agricultor familiar e trabalhar na terra.

A partir das análises dos questionários aplicados no trabalho de campo (2015) a média de idade dos migrantes é de 32 anos, migraram em média há 11,5 anos, tendo como principais motivos para a saída o trabalho e o casamento e como locais de migração a capital, os municípios vizinhos e o estado de São Paulo. A frequência de visitas às famílias é sempre nas férias e, quanto à vontade de voltar, os pais responderam que os filhos não desejam voltar a morar no local onde nasceram, segundo eles, porque não tem oportunidades de crescer na vida.

A migração rural não tem motivos apenas econômicos, ela é visivelmente o resultado de decisões ditadas pelo capital e pelos interesses de seus detentores em busca de maiores oportunidades de promoção econômica, cultural e social nas cidades.

Sobre esse tema GUANZIROLI et all. 2009, p. 42 afirma que:

Na situação atual do Brasil, apesar de todas as mudanças ocorridas e das oportunidades perdidas, uma grande massa de produtores familiares depende de atividades agrícolas e derivadas para sobreviver. As oportunidades de emprego rurais não agrícolas, que não são induzidas pela expansão agropecuária, que devem certamente ser estimuladas, estão limitadas pela elevada concentração de renda e riqueza que caracteriza o país. Portanto, para a eliminação da pobreza no campo e da redução da pressão migratória sobre as cidades, faz-se necessário um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar. Produção familiar que se encontra hoje em grande medida descapitalizada ou pouco capitalizada, mas que, repetindo, nenhum óbice tecnológico impede que inicie um processo de modernização e se torne progressivamente média e grande à medida que se eleva o custo de oportunidade.

É pertinente afirmar que, na atualidade, o meio rural enfrenta um grande desinteresse por parte dos jovens em permanecer na agricultura familiar, visto que a burocracia para o acesso às políticas públicas específicas tem deixado muitos jovens desacreditados da viabilidade das atividades. Esse fato, aliado à falta de oportunidades de trabalho, tem contribuído para o êxodo rural, por acreditarem que os centros urbanos são o melhor meio

para obtenção de renda adequada. É urgente a necessidade de estimular o empreendedorismo da juventude rural, buscando sua inserção no protagonismo das mudanças, para um verdadeiro e sólido desenvolvimento rural.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as definições encontradas para conceituar a agricultura familiar. Essa diversidade ocorre em função das particularidades encontradas nas regiões brasileiras. No entanto, apesar das várias definições verificam-se características em comum: a extensão das unidades familiares nas regiões, a venda e o contrato de mão de obra e o gerenciamento e trabalho familiar.

Em relação às discussões sobre o conceito, existem vertentes contrárias. Contudo, é pertinente afirmar que essa categoria, ao se capacitar e fazer uso técnicas modernas, pode produzir bons resultados. Os agricultores familiares, apesar das limitações, quanto à extensão das unidades produtivas, poder de contratação da mão de obra e poder econômico, diferem quanto à modernização, integração ao mercado, produtividade, rentabilidade e, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida do produtor.

Este estudo permitiu explicar e analisar as particularidades e os desafios da agricultura familiar nos municípios de Japaratuba e Moita Bonita, situados em duas regiões com realidades distintas da agricultura familiar. No município de Japaratuba observou-se uma agricultura familiar não consolidada, com forte produção em cooperação onde os vizinhos colaboram entre si no processo do plantio, a constante migração dos jovens em busca de empregos formais, visto que as ocupações em atividades não agrícolas pelo chefe ou membros da família indicam a perda progressiva de sua condição essencial de ser agricultor. Ou seja, a agricultura familiar, na realidade, é uma estratégia de sobrevivência para permanência no campo, pois, a sua fonte de renda não é suficiente para promover o bem estar da família apenas com o trabalho na agricultura.

No município de Moita Bonita, constatou-se uma agricultura familiar pouco consolidada, um forte processo de cooperativismo ativo, agricultores com produção individualizada, maior grau de uso de tecnologias como irrigação, técnicas e equipamentos. Nessa localidade, a principal fonte para geração de renda é a agricultura familiar, o que tem levado os agricultores a modificar suas formas de produção, produzindo de acordo com as necessidades do mercado. O processo de diversificação do desenvolvimento rural é pensado no sentido de mudar as ocupações buscando capacitar os agricultores familiares, permitindo o engajamento em outras ocupações e diminuindo a vulnerabilidade dos estabelecimentos familiares diante do mercado.

Sendo assim, foi possível identificar que as mulheres do município tem realizado cursos de capacitação para fazer o beneficiamento dos produtos produzidos nas unidades familiares como, por exemplo, doces, biscoitos e bolos.

O perfil do estabelecimento familiar que apresenta maior índice de produção é uma unidade com média de 6 hectares no município de Moita Bonita e de 12 hectares em Japaratuba, com o chefe da família apresentando 2º grau completo; sua família é composta por um conjugue e três filhos, a esposa tem um emprego no serviço público, os filhos ajudam parcialmente, beneficiam metade da produção, a outra parte vende aos intermediários e parte dos lucros é investida na melhoria do estabelecimento realizando compras de insumos e maquinários, não aplicando na compra de animais (suínos, galináceos, bois e vacas), ao contrário do que é comumente encontrado como primeira opção no emprego do lucro dos agricultores familiares.

Uma premissa que pode justificar maior ganho de alguns estabelecimentos é o foco na produção, ou seja, de acordo com os proprietários eles não são fazendeiros para investir em gados, são agricultores e necessitam investir primeiramente nos seus estabelecimentos. A cada ano que se investe na produção o lucro dobra, pois produzem o dobro nas safras seguintes; as melhorias identificadas nesses estabelecimentos são o uso de sementes selecionadas, insumos, investimento com irrigação, contrato de mão de obra e de análise de solo.

Quanto às condições de vida dos agricultores familiares dos municípios em estudo, foi possível ver uma melhoria destas, o que está nitidamente associada ao acesso aos programas do governo e ao acesso às políticas públicas na última década, principalmente o papel do programa Bolsa Família, esse que tem garantido às famílias o acesso a serviços essenciais como alimentação, saúde e educação e, assim como foi relatado pelos agricultores, em alguns momentos, possibilitando realizar pequenos investimentos nos estabelecimentos com a compra de sementes e equipamentos manuais, como enxada, facão, carrinho de mão, dentre outros.

Em relação às condições de vida dos agricultores mais pobres e dos mais desenvolvidos (consolidados), constata-se uma discrepância: os mais desenvolvidos possuem casas mais confortáveis, pagam escolas dos filhos, a residência é no geral maior e mais confortável, com acesso a bens como eletrodomésticos de última geração e possuem carros ou motos. Enquanto os mais pobres possuem uma casa mais simples, seus filhos estudam em escolas públicas, tem acesso a todos os eletrodomésticos, no entanto, não são de última geração e não tem acesso a transporte particular.

Sobre a modernização, é pertinente afirmar que o tamanho das unidades não é determinante no que tange ao total da produção. Essas unidades, com média entre 6 a 12 hectares, mostram que, com a inserção tecnológica, é possível otimizar o espaço e obter uma boa produção, pois o conhecimento aprofundado do solo, das necessidades de rotação de cultura e adubação adequada da terra motivam a adoção conjunta de um elenco de tecnologias nas unidades, culminando com ganhos ambientais significativos e obtenção de bons resultados econômicos.

De acordo com a classificação taxonômica dos agricultores familiares, estabelecida no primeiro capítulo, que são: **Táxon 1** - Propriedade Tradicional; **Táxon 2** - Propriedade em Prosperidade; **Táxon 3** - Propriedade com Inserção Tecnológica, onde os táxons distinguem as propriedades e seu grau de ascendência nota-se, que 45% dos agricultores se encontram no **táxon 1**, 47% situam-se no **táxon 2** e apenas 8% pertencem ao **táxon 3**.

Nessa perspectiva, deveria existir a possibilidade do aumento no valor do crédito repassado aos agricultores e, conseqüentemente, deveria haver um maior número de parcelas, visto que, os agricultores familiares necessitam de crédito para fortalecer as transações econômicas, estimulando seus investimentos, alavancando a geração de renda e influenciando na melhoria da qualidade de vida. Contudo, esbarram nas dificuldades ao acesso do crédito devido a alguns fatores, a exemplo do crédito custeio exigido pelos bancos, bem como o endividamento, pois, às vezes ocorrem perdas na produção devido às intempéries climáticas dificultando o pagamento do compromisso porque não obtiveram lucro. Em alguns casos de agricultores que já ficaram endividados, os bancos exigiram a hipoteca de primeiro grau (bens que não são garantia de outros financiamentos).

Com essa realidade, muitos agricultores desistem de ter acesso à linha de créditos e não conseguem obter melhorias para seu estabelecimento. A administração de um estabelecimento rural é bastante complexa e exige dos administradores muitas habilidades para possibilitar que essas unidades rurais sejam competitivas no mercado. O estudo demonstrou que o uso de tecnologias representa efetivamente um diferencial na geração de resultados ao pequeno produtor rural; os dados analisados indicam que o acesso às tecnologias possibilita alavancar os excedentes na agricultura familiar.

É importante ressaltar que o acesso ao crédito representa o maior acesso à tecnologia agrícola. Nos municípios de estudo, a evidência é que os estabelecimentos rurais com maior acesso às tecnologias tinham histórico com o acesso ao crédito. Isso mostra que uma política

de crédito rural restrita pode ser desastrosa para o processo de modernização rural. Dessa forma, o avanço técnico deve ser favorecido e facilitado através do acesso ao crédito.

Quanto à percepção dos agricultores em relação à sua permanência nos estabelecimentos, constatou-se que eles, mesmo com as dificuldades encontradas diariamente, estão satisfeitos em viver no meio rural e sonham com perspectivas de desempenho futuro da atividade. Segundo seus depoimentos, não tem nenhuma pretensão de sair do campo. Entendem que a propriedade, gerida com a implementação gradativa das diversas tecnologias disponíveis, proverá o sustento da família e possibilitará, cada vez mais, estruturá-la na forma de uma empresa rural.

O afeto pela terra, o sentimento de pertencimento e a ligação com a localidade são fatores ainda determinantes para os agricultores quanto à possibilidade de mudança de espaço, do rural para o urbano.

Uma das formas de transformar a realidade de um agricultor familiar é instruí-los e dar-lhes acesso à educação, formar mentes brilhantes é hoje um grande desafio para o Estado brasileiro. Grandes mentes significam agricultores profissionalizados, com condições de aplicar conhecimentos que viabilizem o cultivo de produtos com maior valor agregado em pequenas áreas. É de suma importância aumentar a densidade econômica nos pequenos estabelecimentos rurais, isso exige um planejamento das atividades agrícolas, ensinar aos pequenos produtores a trabalhar com os recursos naturais conduzindo-os a trabalhar com espécies produtivas para gerar o maior resultado possível, otimizando a produção. O pequeno produtor necessita agregar valor ao produto, pois vender ao mercado e competir com as grandes propriedades mecanizadas, para a atividade da agricultura familiar não se torna viável e sustentável economicamente.

Assim, as pequenas propriedades conseguem e podem fazer grandes negócios desde que se dediquem e ofereçam produtos diferenciados que possibilite agregar valor. Diversificação produtiva é de suma importância principalmente, em se tratando de pequena propriedade rural familiar pouco capitalizada. A diversidade reduz o risco econômico para o produtor, já que ele poderá contar com alternativas de geração de renda. Para a diversificação produtiva, o cultivo consorciado é uma boa alternativa, pois permite o uso mais intensivo da área, eleva a produção, sem necessidade de grandes investimentos.

A diversificação também fornece uma garantia em torno de perda da lavoura com as mudanças climáticas, pragas, mercado e etc. além de proteger o solo de erosões e trazer maior lucro ao produtor, pela produção de um maior número de produtos.

Sendo assim, pode-se concluir que com uma postura organizacional e com a utilização de tecnologias a unidade rural deixa de ser uma mera localidade de produção da agricultura familiar, para se tornar uma empresa, com objetivos definidos e a participação da família na conquista das metas. Neste sentido, o nosso estudo chama atenção para a necessidade de fomento à implementação de tecnologias nas pequenas propriedades rurais como fator importante para o êxito das políticas públicas de incentivo à produção na agricultura familiar, possibilitando uma melhoria nas condições de vida e uma diminuição da migração rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **A dualização como caminho para a agricultura sustentável**. In: Estudos Econômicos, v.24 n° Especial, FIEPE, 1994. Disponível em http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_científicos/1994/A_dualizacao.pdf. Acesso setembro de 2015.

_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão** Ed. Hucitec. 2ª Ed SP Campinas, 1998.

ALCANTARA, Fernanda Viana de; COSTA, José Eloízio da. CARVALHO, Rafael. Território e a Abordagem Territorial: Contexto do Território Rural do Agreste de Alagoas in **Contextos do espaço rural no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

ALENTEJANO, Paulo R. R. **Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 3ª. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. Cap. 4, p. 149-175.

ANDRADE ,Filho, OLIVEIRA, Edmar. **Imposto de Renda das Empresas**.3ª Edição. São Paulo Atlas.2006

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas,1986.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Paisagens e problemas do Brasil**.2º edição, Editora Brasiliense, 1969.

ANDRADE, José Augusto. **O município de Moita Bonita (SE) e a pequena produção camponesa**. Dissertação de Mestrado, Aracaju-Se. NPGEU UFS 1991.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO REGIONAL E SETORIAL DOS RECURSOS**. Soc. & Nat., Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set/dez. 2011.

ALTAFIN. Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Fav/UnB, 2003.

ARAÚJO, Hélio Mário. **Da Agricultura de Subsistência: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores Rurais na Zona Canavieira Sergipana**. Dissertação de Mestrado, Aracaju-Se, NPGEU UFS, 1991.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. **Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural**. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.). **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BROSE, Markus. **Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDNISC, 1999-2000.

BUAINAIM, Antônio Márcio (et all). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília IICA 2012 Série desenvolvimento rural sustentável.

_____. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

CABRAL, Eduardo Carvalho. **Japaratuba: da origem ao século XIX** Aracaju, Triunfo, 2007.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CARVALHO, Diana Mendonça de; ALCANTARA, Fernanda Viana de; COSTA, José Eloízio (ORGANIZADORES). **Experiências e reflexões sobre o desenvolvimento rural e regional: realidades do nordeste brasileiro**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe –EDISE, 2014.

_____. **Contextos do espaço rural no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

CAZELLA, A. Ademir; PHILIPPE. Bounal; MALUF. Renato S. **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

Código tributário Nacional. <http://www.planalto.gov.br/ccivil.03/leis>. Acessado em outubro de 2015.

CONTADOR, Cláudio,R. **Tecnologias e rentabilidade na agricultura**. Brasil Instituto de Planejamento Econômico e Social.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 15-47.

CORRÊA, A. R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986. 93p.

COVAS. **A Ruralidades I: Temas e Problemas do mundo rural**. Portimão: Edições da Universidade do Algarve, 2007^a.

COSTA, J. E. et. al. A face oculta da Inadimplência do PRONAF A em Sergipe: causas e contradições nas áreas de assentamentos rurais In: CARVALHO, D. M. de Et. al. **Experiências e reflexões sobre o desenvolvimento rural e regional: realidades do nordeste brasileiro**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe –EDISE, 2014.

COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda, PAULINO, Sônia Regina. **A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O CONCEITO DE MÓDULO RURAL**. Artigo apresentado no ENCONTRO REGIONAL DA APIPSA (Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura), realizado em Marília-SP, no Campus da UNESP, no período de 3 a 5 de setembro de 1991. Publicado Posteriormente na Revista Perspectivas, São Paulo, 15: 121 – 141, 1992. Disponível em: www.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1964/1602 de VMH de Miranda Costa - 2009. Acesso em outubro de 2015.

CULTURA DO AÇÚCAR ORG. Fundação Joaquim Nabuco, TV Escola. - Recife. Editora Massangana, 2010. 180 pg.

De JANVRY, Alain, and Sadoulet, “**Rural Poverty in Latin America: determinants and Exit Paths**”. Food Policy, 25:389-409, 2000.

DEDECCA, Claudio, BUAINAIN, Antônio, NEDER, Henrique & TROVÃO, Cassiano. “*Uma abordagem multidimensional da pobreza segundo a perspectiva da política pública*” in **A Nova Face da Pobreza Rural. Volume 18**, IICA, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: editora da UNICAMP/ICONE ,1985.

DEMO, PEDRO; **Pesquisa: princípio científico e educativo**; SÃO PAULO. CORTEZ; 2002.

DINIZ, José Alexandre Felizola; **A Condição Camponesa em Sergipe**; Desigualdade e Persistência da agricultura Familiar; Aracaju; NPGeo-UFS, 1996.

_____. **Agricultura e Pequena Produção em Sergipe**. 1. ed. São Cristóvão: NPGeo, 1997. v.1.

_____. **Geografia da Agricultura**, DIFEL, São Paulo, 1984.

FAVARETTO, Arilson da Silva. **Paradigmas do Desenvolvimento rural em Questão - do Agrário ao Territorial**. Tese (doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano, Marta Inez Medeiro Marques, Júlio Cesar Suzuki(org.) **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª ed São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FILHO, José Eustáquio Ribeiro Vieira. *Distribuição produtiva e tecnológica dos estabelecimentos agropecuários de menor porte e gestão familiar no Brasil* in **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** – Brasília : CGEE, 2013

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza (organizadoras). **Atlas Escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**, João Pessoa (PB): Editora Grafset, 2007.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da Geografia**. Tradução Heloysa de Lima Dantas. Difel, Rio de Janeiro, 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas.

GRAZIANO, Xico. *Um novo paradigma agrário*. In: **Novo Mundo Rural: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. 1.Ed. São Paulo, UNESP, 2015, Pg 23-51.

GUANZIROLI, Carlos. Mercados viáveis para a inserção econômica dos agricultores familiares. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** – Brasília: CGEE, 2013

GUANZIROLI, Carlos Enrique. (et al). **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI/Rio de Janeiro**:Garamond,2009.

_____. **PRONAF DEZ ANOS DEPOIS: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun. 2007 – Impressa em abril 2007.

GUERRA, A.C.; TOLEDO, D. A.C.; CASTANHEIRA, L. F. M.; OLIVEIRA, B. A. M. **Agricultura familiar e economia solidária: o programa compra direta como política de inserção.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7. 2007, Fortaleza. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/139.pdf>. Acesso em dezembro de 2014

HAESBAERT, Rogério Costa. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HELFRAND, Steven M. *“Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil”* in **A Nova Face da Pobreza Rural. Volume 18**, IICA, 2012.

HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew. **Investigação por Questionário.** Edições Sílabo. Lisboa, 2012

HOFFMANN, Rodolfo e Ney Marlom Gomes. Brasília Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em www.ibge.gov.br Acessado em agosto de 2015

_____. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/.../agropecuaria/censoagro/2006/. Acessado em agosto de 2015

_____. População e Demografia, in Séries Estatísticas e Séries Históricas acessado em agosto de 2015.

_____. Produção Agrícola Municipal 2011-2014. Disponível em www.ibge.gov.br. Base de dados agregados SIDRA. Acesso em novembro de 2015, organização da autora

_____. Lavoura Temporária. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em <http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acessado em novembro de 2015

Ministério do Trabalho e Emprego. Dados RAIS 2015

Disponível em: www.mte.gov.br Acessado em Outubro de 2015

JESUS, Givaldo Santos de. **Camponeses “Órfãos”: farinha de Ribeirópolis e São Domingos- SE.** São Cristóvão, UFS/NPGeo, 2006. (Dissertação de Mestrado)

KAGEYAMA, A. (1998) **Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos.** Economia Aplicada, São Paulo, v.2, n.3, p.515-551, jul./set.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme.** Coleção Repertórios Campinas: Ed. UNICAMP, 1993, 336 p.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; **Tecnologia e Renda na agricultura familiar irrigada em Sergipe;** São Cristóvão; Embrapa-CPATC, 1997

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Da colonização dirigida na Amazônia à reforma agrária no Nordeste (origem, trajetórias e perspectivas de colonos e assentados).** São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo [et.al]. **Distribuição dos estabelecimentos agropecuários e índice de Gini do estado de Sergipe.** São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

_____. COSTA, José Eloízio da Org. **Territórios rurais e agricultura familiar no nordeste;** São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

_____. CARVALHO, Diana Mendonça de Carvalho. **A “Regionalização” Construída pelos Atores Sociais Envolvidos com a reforma Agrária em Sergipe in Experiências e reflexões sobre o desenvolvimento rural e regional: realidades do nordeste brasileiro.** Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe –EDISE, 2014.

MARTINS, José de Souza **O cativo da Terra** ed. Hucitec. São Paulo 1996 6ª edição.

MATTEI, Lauro (2002) **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): concepção, abrangência e limites observados.** Texto apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, realizado em Belém (PA). Disponível em <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicações/artigos-e-trabalhos/trabalhosbs3.pdf> Acesso em :janeiro de 2015

_____. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores.** Brasília: MDA/NEAD, 2005. 136 p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: janeiro de 2015

Ministério do Desenvolvimento agrário. Brasília-DF. Pesquisa On-line. Disponível em: (<http://www.gov.gov.br>)

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2007

NAVARRO, Zander (org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.** 2011 Brasília, DF, Ipea p 237-258

_____. PEDROSO, M.T.M **Agricultura Familiar: é preciso mudar para avançar.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 248 p. il; 21-15 cm (texto para discussão/ Embrapa. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, ISSN 1677-5473; 42)

OLIVEIRA, J. T. A. **Lógicas Produtivas e Impactos Ambientais: Estudo Comparativo de Sistemas de Produção.** 2000. 284p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Unicamp, Campinas, 2000.

PAIVA, Ruy Miller. **Modernização e dualismo Tecnológico na Agricultura: Uma Reformulação.** Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol.5, Nº 1, Junho de 1975, p 123
PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira; MENEZES, Ana Virgínia Costa de et al. **Organização e dinâmica do espaço agrário e regional.** São Cristóvão: NPGeo, UFS, 2003

PORTUGAL, Alberto Duque. **O Desafio da Agricultura Familiar.** Artigo publicado na Revista Agroanalysis. Tema: Agricultura Familiar; (07/12/ 2004). Acesso em (22/12/2014) <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>

PRANCE, T. Ghilean. **LA TAXONOMIA Y SUAS RELACION COM LAS CIENCIAS AGRICOLAS.** Trabajo presentado em la reunion de directores y curadores de Herbarios Colombianos, Medellín 26 de junho 1986

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder,** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

ROSS, Jurandyr; L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil.** ed. rev. e ampl- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica:** guia para eficiência nos estudos. 5Ed

SACHS, Ignacy. **Brasil rural: da redescoberta à invenção**. Estudos Avançados, v.15,2001.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 14 ed. São Paulo: Best Seller, 2004

SANTOS, Aldeci Figueiredo; ANDRADE, Augusto José. **Nova Geografia de Sergipe**. Aracaju, Secretaria de Estado da Educação; Universidade Federal de Sergipe 1998.

SANTOS, Lourival Santana. **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução/** [organização de] Lourival Santana Santos- Aracaju: NPGE/UFS, 1996, 2014 p

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro:Record,2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC,2000

_____. **Espaço e Método**. 4º Ed. São Paulo: Nobel, 1997b.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997a.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo**. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias. Porto Alegre, ano 6, n.11, p 88-125, jan-jun2010.

_____. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. RBCS.Vol.18, Nº51, Fevereiro de 2003.

_____. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**- 2 ed -Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Editora /UFRGS 1999,205 p.

_____. **Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 114.

_____. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Revista de Economia Política (Impresso), v 30, p 511-531, 2010.

_____. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil.** RBCS vol. 18 fev. 2003.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2 ed. Porto Alegre: UFRS, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. Entender a Produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática.** Presidente Prudente /SP: FCT/UNESP/GASPERR, 2005, p. 35-51.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Proposições para Estudos Territoriais.** Revista Geografia, ano VIII, n.15, 2006.

_____. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** CAMPINAS, SP: UNICAMP, 1993 (coleção pesquisas, 1).

SILVA, J. Graziano da. **O novo Rural Brasileiro.** 2 ed Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1981. 210 p. (Economia & Planejamento. Série “Teses e Pesquisas”).

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 1999. 239 p.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira** 2.ed.rev-Campinas, SP: UNICAMP.IE,1998

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**.5. Ed. São Paulo: Atlas.2007

SOUZA, Rômulo Vinícius C.C de et all. **O acesso às inovações nos sistemas da agricultura familiar tradicional e em assentamentos da reforma agrária**. In: I encontro da Rede de Estudos Rurais, Niterói, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.;2000

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.7- 116.

SOUZA FILHO, Hildo M.; BATALHA, Mário O. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2005.

STACE, C. (1992). **Plant Taxonomy and Biosystematics. (2nd Edition Ed.)**. Cambridge: Cambridge University Press

STRAUSS, Anselm; Juliet Corbin, Tradução Luciene De Oliveira Rocha. **Pesquisa Qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar; Realidades e Perspectivas**; Passo Fundo; Editora da UPF, 2001, pp. 57-103.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local (sob o ângulo do Estado)** [http:// www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/apdf/03_atr_pp_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/apdf/03_atr_pp_papel.pdf) ano 2002

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica**. São Paulo: Edusp: Hucitec, 1991.

VESENTINI, José William. **Geografia: geografia geral e do Brasil: livro do professor**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2005

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, cap. 1, p. 21-55, 2

_____. **O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, abril 2009, vol. 17, n. 1, p.60-85.

_____. **A ruralidade no Brasil Moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Buenos Aires 1995, pág. 57. Consejo Latino americano de Ciencias Sociales. Rede de bibliotecas virtuales de ciencias sociales de America Latina (CLACSO) <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/rural/wanderley/pdf>. Acessado em junho de 2015

APÊNDICE

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PESQUISA: Aspectos taxonômicos das formas familiares de produção: um estudo de caso no estado de Sergipe

ROTEIRO DE ENTREVISTA – ATER/JAPARATUBA

Data-

Nome do entrevistado-

- 1- Qual é a sua função? se trabalha só com agricultores familiares assentados ou não?
- 2- Há um plano de desenvolvimento rural para o município em relação a ATER?
- 3-Quais as principais atividades desenvolvidas?
- 4- Como é avaliado o acesso as políticas e programas de ATER no município?
- 5- Em 2015 os serviços de ATER contemplaram quantos agricultores familiares no Município?
- 6- Quais as principais demandas de ATER no município?
- 7- Quais os procedimentos para os agricultores terem acesso aos serviços de ATER?
- 8- Na sua opinião, como os agricultores avaliam os resultados das ações de ATER no município?
- 9- Quais as principais demandas e integração de ATER como agente de políticas públicas no município?

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PESQUISA: Aspectos taxonômicos das formas familiares de produção: um estudo de caso no estado de Sergipe

ROTEIRO DE ENTREVISTA- EMDAGRO

Data-

Nome do entrevistado-

Função-

- 1- Quantos profissionais possui o escritório da EMDAGRO e Quais são as atribuições no Município?
- 2- É desenvolvido algum estudo para otimizar os serviços de assistência técnica?
- 3- Quais foram as ações desenvolvidas nos últimos 5 anos e seus resultados?
- 4- Na operacionalização do PRONAF, quantos agricultores são cadastrados no município?
- 5- Qual o valor monetário aplicado para do desenvolvimento da agricultura familiar no município?
- 6- Na sua opinião, quais são os motivos do não desenvolvimento da agricultura familiar no município, visto que o mesmo se caracteriza como um município de maioria da população no meio rural?
- 7- A Emdagro faz algum trabalho com relação ao uso de agrotóxico? Qual?
- 8- Quais ações necessitam ser realizadas para o desenvolvimento da agricultura familiar no município?
- 9- Qual o alcance dessa entidade no que se refere as mudanças da agricultura familiar no município?
- 10- Existe relação de articulação dessa entidade com a secretaria municipal de agricultura? Quais os resultados?
- 11- A Emdagro tem efetivado ações para o desenvolvimento da agricultura familiar no município? Tem acompanhado os agricultores?

- 12- A Emdagro faz algum trabalho com relação á conscientização ao uso de agrotóxico?
Qual?
- 13- Como se dá a interação da Emdagro com a associação dos agricultores familiares?
- 14- Qual a importância da Emdagro hoje para os agricultores familiares?

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PESQUISA: Aspectos taxonômicos das formas familiares de produção: um estudo de caso no estado de Sergipe

ROTEIRO DE ENTREVISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Data

Entrevistado:

- 1-Quais são as principais características das formas familiares de produção no Município?
- 2-Na região especificadamente no município de Moita Bonita / Japarutuba, o que leva o agricultor a diversificar suas formas de produção?
- 3-Qual o grau de inserção produtiva?
- 4- Existe alguma organização entre os produtores?
- 5- O senhor(a) observou impactos das políticas de transferência de renda, a partir do processo de monetarização das famílias rurais? Ou seja, abandono a agricultura, saída dos jovens rurais.
- 6 -Existem mudanças mais recentes na organização da produção e principalmente na constituição da renda da família?
- 7-Há parceiros que auxiliam na pesquisa e produção? Se sim, quem são e o que fazem?
- 8-Quais ações são desenvolvidas pela secretaria municipal de agricultura para fortalecimento da Agricultura Familiar?
- 9- Quais são os povoados que mais produzem no município?

10-Possui dados da produção? O que produzem e qual o destino da produção?

11-Nos últimos anos observou um crescimento ou decréscimo da agricultura familiar no município?

12-Qual maior desafio para inserir melhorias na agricultura familiar no Município?

13- Como é realizada a interação da secretaria com a associação dos agricultores familiares e sindicatos?

14- Existe algum trabalho ou estudo com relação ao uso do solo?

15- De qual forma é feito o acompanhamento da agricultura familiar no município?

ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa: Aspectos taxonômicos das Formas familiares de Produção: um estudo de caso no estado de Sergipe

ENTREVISTADOR (A): _____ DATA: __/__/__

MUNICÍPIO: _____

POVOADO: _____

NOME DO ENTREVISTADO: _____ APELIDO: _____

I. COMPOSIÇÃO E OCUPAÇÃO DOS MEMBROS DA UNIDADE FAMILIAR – ACESSO À EDUCAÇÃO

OBS- PERGUNTAR QUEM É O RESPONSÁVEL E MARCAR UM (X) Ao LADO DO NOME.

Nº	Nome (F) OBS: Numerar ao lado	S E X O	Idade	Grau De Parentesco (A)	Escolaridade (B)	Ocupação Principal (C)	Renda Mensal na ocupação principal(D)	Ocupação Secundária (C)	Renda Mensal na ocupação secundária (E)	Dedicação a atividade agropecuária (G)
01										
02										
03										
04										
05										
06										
07										
08										
09										
10										
	(A)	(B)		(C)		(D) e (E)		(F)		(G)
	1-Responsável (a) 2-conjuge(a) 3-filho(a) 4-pai/mãe/(a) 5-sogro(a) 6-nora/genro 7-neto(a) 8-agregados 9-outros	1-analfabeto(a) 2-Saber ler e escrever 3-1º G incompleto 4.1ºG completo(ginásio) 5- 2º grau incompleto 6-2º grau completo(Colegial) 7-Curso Técnico 8-Superior incompleto 9-Superior Completo 10- não soube informar	1-Agricultor 2-trabalhador rural 3-Pescador 4-Trabalhador Domestico 5- Comerciante 6-Servidor Público 7- Construção civil 8Aposentado/Pensionista 9-Não Trabalha 0- outro	1-Na unidade produtiva/ Domicílio 2-Fora do estabelecimento em atividade agrícola 3-Fora do estabelecimento em outra atividade 4-No estabelecimento e fora em atividade agrícola 5-No estabelecimento e fora em atividade não-agrícola. 6-Não Trabalha 0-outro	1 – pai 2 – mãe 3 – filho 4 – irmão 5 – neto 6 – tio 0 – outro (genro, nora, não parente, etc.)	Média anual de dedicação a atividade agrícola 1- + de 80% do tempo de trabalho 2- entre 50 a 80% 3- menos de 50% 4-Trabalhos esporádicos				

II- PERFIL DEMOGRÁFICO

2.1-O chefe do estabelecimento é:

1 () Homem () Mulher

2.2 -Na família já teve algum caso de filho nascido morto? (mortalidade infantil)

1 () Sim 2 () Não

2.3-No ano de 2014 nasceu alguma criança que reside no estabelecimento?

1 () Sim 2 () Não Masc. () Fem. ()

III – ACESSO Á TERRA

Nome do responsável:
Residência do responsável: () no estabelecimento () na cidade () em outro local na zona rural
Número total de ha ou tarefas:
Qual seria o tamanho ideal de tarefas ou ha para uma sobrevivência ideal?
Há quanto tem trabalha nessa parcela de terra: 1 () 20 anos ou mais 2 () 15 e 20 anos 3 () 10 e 15 anos 4 () 5 e 10 anos 5 () 1 e 5 anos 6 () menos de 1 ano 7 () outro/ especificar ()
Condição legal da Terra: 1 () própria 2 () arrendada 3 () pareceria 4 () posse 5 () outro/especificar
Se a Terra for própria: Forma de aquisição: 1 () herança de pai/mãe 2 () herança do pai/mãe/ da esposa/o 3 () compra vizinho 4 () compra de parente 5 () assentamento 6 () outra /especificar
Alteração na Terra nos últimos 5 anos: 1 () aumentou 2 () diminuiu 3 () não mudou Se aumentou: 4 () comprou de parentes 5 () comprou a terceiros 6 () outro especificar
Se diminuiu: 1 () vendeu a parente 2 () vendeu a vizinho 3 () vendeu a pessoa de fora 4 () outro/especificar

IV- PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, PESQUEIRA, NÃO-AGRÍCOLAS E COMERCIALIZAÇÃO.

4.1

Produto	Área	Produção Total	Destino da produção			Após mecanização aumentou a produção?	% de aumento na produção
HORTALIÇAS, FRUTAS E RAÍZES	Plantada (Ha)	Quant. %	Comercializada			Sim ou Não	
			Quant Venda %	Valor Total (R\$)	Principal Comprador (A)		

Principais Produtos	Rebanho (Cabeças) Número de	Média da Produção Anual	Quantidade e Vendida	Valor	Principal Comprador		
Aves		Cab					
Bovinos		Cab					
Ovinos-Caprilinos		Cab					
Suínos		Cab					
Leite		L					
Ovos		Dz					
Peixes		Kg					
Camarão		Kg					
Mel							

Principal Comprador (A): 1 – Venda direta (feiras-livres); 2- Venda institucional (CONAB, Prefeitura, PNAE); 3 – Intermediário; 4- Cooperativa; 5 – Agroindústria/Beneficiamento; 6-Supermercados;7- Intermediários 8 – Outro:

4.2 Atividades para Auto consumo

Atividades para auto consumo	Principais Produtos	Responsável (A)	Informações Complementares (B)

A- 1 -responsável; 2-Filho/Filha 3- Conjugue 4- Outro Especificar

B- Se o entrevistado falar, mencionar as pessoas responsáveis pelas tarefas

4.3 Quais alimentos costumam comprar mensalmente?

4.4 RENDA FAMILIAR -FONTES MONETÁRIAS FAMILIAR (o agricultor deve enumerar suas fontes de renda e valores)

Tipos fontes Monetárias	Sim	Não	Valores
1- Aluguel de máquinas			
2-Aluguel de Pastos			
3-Parceria			
4-Arendamentos			
5- Aluguel de Casa na cidade			
6- Aluguel de Casa no povoado			
7- Aposentadoria			
8- Acesso a políticas públicas (bolsa família)			
9- Recurso enviado por parente			
9-Pensão			

TOTAL:

NÃO PERGUNTAR- CALCULAR QUAL A RENDA MENSAL DA FAMÍLIA

V TIPO DE TRACÇÃO UTILIZADA

Tipo	Sim	Não	Próprio	Alugado	Associação
1-Tração Animal					
2- Tração Mecânica (Trator)					
3 – Tração Manual					

VI EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS UTILIZADAS

Tipo	Sim	Não	Próprio	Alugado	Associação
1-Adubadeira					
2- Semeadeira					
3 – Trator					
4- Pulverizador					
5- Forrageira					
6- Trilhadeira					
7- Arado					
8- Colheitadeira					
9- Capinadeira					
10 – Ferramenta-foice, enxada, facão.					
11- Moto-bomba/bomba					
12- Nenhum					
0 outro					

VII ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

Qual sistema de abastecimento de água utilizada? (A)	Qual o destino dado aos dejetos humanos? (B)
	1 () Privada
1 () poço artesiano 2 () água encanada	2 () Privada com fossa séptica
3 () Mina/fonte 4 () outro	3 () descarrega no rio
Qual destino dado aos dejetos animais? (C)	(D) Qual o destino da água usada?
1 () céu aberto	1 () sumidouro
2 () buraco no chão	2 () céu aberto
3 () esterqueira 4 () outro	3 () esgoto/ água encanada

VIII INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

8.1-Quantas pessoas trabalham fora da unidade produtiva de forma remunerada na família?

R-

8.2- O que levou membros da família a trabalhar fora da unidade familiar?

R-

8.3-Para a família ou fora do estabelecimento as crianças de 9 a 14 anos exercem algum trabalho remunerado? 1 () Sim 2 () Não

8.4-Quantas pessoas trabalham por conta própria (autônomo) na família? -----

8.5-Quantas pessoas trabalham no estabelecimento familiar? -----

IX- CONDIÇÕES DE VIDA

9.1-A casa é toda construída em alvenaria?

1 () Sim 2 () Não

9.2-O telhado da casa é constituído:

1 () Telhas 2 () Telha Eternit 3 () Laje 4 () Madeira e palha

9.3-Quantos cômodos tem a casa?

() Sala () Cozinha () Quartos () Banheiros () Garagem

9.4-Qual é o destino final do lixo?

1 () coleta p/ prefeitura 2 () queimado 3 () jogado em aterro

4 () jogado em terreno baldio 5 () outro

9.5-O domicílio possui energia elétrica?

1 () Sim 2 () Não

9.7-A casa possui geladeira ou freezer?

1 () Sim 2 () Não OBS- Se sim especificar quantidade
Geladeira: Freezer:

9.8-Em relação a seus pais o senhor (a) considera que vive hoje:

() Melhor- em quais aspectos?

() Pior- em quais aspectos?

() Igual- Por quê?

9.9-Vê a possibilidade de melhorar a sua situação, em relação a que ela se encontra hoje?

1 () Sim 2 () Não Por quê?-----

9.10- O senhor (a) acha que as políticas e programas do governo contribuem para a agricultura familiar?

1 () Sim 2 () Não Se sim quais programas tem acesso e por quê?-----

9.11-Em sua opinião, o número de famílias agricultoras em sua comunidade e município, tem:

1 () diminuído 2 () permanecido o mesmo 3 () aumentado 4 () não sabe

9.12- Caso esteja diminuindo o número de agricultores, isso:

1 () vem acontecendo com muitos agricultores

2 () acontece em número muito pequeno

2 () vem acontecendo apenas com os jovens

4 () não sabe informar

9.13-Tem algum filho (a) que não reside com o senhor (a)?

1 () Sim 2 () Não

9.13 Destino dos(as) que migraram

Sexo (a)	Idade atual	Saiu a quanto tempo?	Qual o motivo da saída? (B)	Onde vive? (C)	Relação com os parentes (D)	Pretende voltar Sim /Não

(A) 1 Masculino 2 Feminino

(B) 1 estudo 2 trabalho 3 casou-se 4 outro- especificar

(C) 1 município- centro urbano 2 capital ARACAJU 3 outra cidade de Sergipe 4 outra cidade do Brasil 5 outra capital 6 outra área rural

(D) 1 vem finais de semana 2 vem várias vezes durante o ano 3 vem nas férias 4 vem raramente 5 nunca vem

9.14-Gostaria que seus filhos se tornassem agricultores?

1 () Sim 2 () Não 3 () não sabe

Se SIM Por quê? -----

Se NÃO qual profissão gostaria que os filhos tivessem seguido? -----

9.15- O senhor (a) gostaria de deixar a agricultura?

1 () Sim 2 () Não

Por quê? -----

9.16-Que outra atividade gostaria de exercer?

9.17- Em sua opinião:

Em quê a vida do campo é melhor que a cidade? -----

Em quê a vida do campo é pior que a cidade? -----

9.18-Na sua opinião, quais são as 3 coisas mais importantes para que a família possa viver melhor no campo? Por quê?

Atenção: SE NECESSÁRIO CITAR EXEMPLOS A SEGUIR, NO ENTANTO CUIDADO PARA NÃO IINDUZIR A RESPOSTA. (SER PROPRIETÁRIO, CRÉDITO, TECNOLOGIA, CAPACITAÇÃO OU RECURSOS PARA DESENVOLVER OUTROS TRABALHOS, ETC)

9.19- Em sua opinião qual a maior dificuldade para inserção da tecnologia nas pequenas propriedades?

9.20-Se na sua propriedade tivesse alguma inserção tecnológica em quais aspectos melhoraria?

X- DESPESA COM MÃO-DE-OBRA CONTRATADA

	Sim	Não	Valor Pago
1 Assalariado permanente agrícola			
2 Trabalhador agrícola temporário			
3 Empreitada agrícola			
4 Contratação de Serviços de Máquinas (trator, etc) para plantio, colheita, etc			
5 Diarista			
6 Contratação de serviço de tração animal			
0 outro			

XI- FORMA DA PROPRIEDADE FAMILIAR

11- Quantas safras por ano é produzida no Estabelecimento?

11.1 Têm acesso á crédito PRONAF?

11.2- Quais são os equipamentos usados no estabelecimento? Com que intensidade é usada?

11.3- Em que fases é utilizadas com mais frequência?

() Plantio () Traços Culturais () Colheita () TODAS

11.4- É feito alguma análise de solos durante o período do plantio?

() SIM () NÃO

Se sim, de que forma é feito?

() PARTICULAR () PÚBLICA (EMDAGRO, EMBRAPA, SEC MUNICIPAL AGRICULTURA ,OUTRA)

11.5- O solo é considerado Fértil?

11.6- Qual tipo de solo do estabelecimento?

11.7- Qual seria o tamanho ideal de um Estabelecimento no Município, para obtenção de uma renda suficiente apenas com o trabalho na agricultura?

XII -PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Tipo	1 Sim	2 Não	Sim (Vínculo)		
			1 Sócio	2 Diretoria	3 Conselho Fiscal
1. Sindicato					
2. Cooperativa de produtores					
3. Associação					
4. CMDRS					
5. Colegiado Territorial					
0. Outros					

OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR: condições gerais em que foi aplicado o questionário.